

CURSO DE NUTRIÇÃO
Faculdade de Ciências Médicas

**Revista
de Nutrição
da Puccamp**

VOLUME 1 – NÚMERO 2

JULHO/DEZEMBRO DE 1988

REVISTA DE NUTRIÇÃO DA PUCAMP

**Revista semestral do Curso de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas
volume 1 – número 2 – julho/dezembro de 1988**

Conselho Editorial – Coordenadores: Daisy Blumenberg Wolkoff e Rye Katsurayama de Arrivillaga. **Membros:** Eliete Salomon Tudisco, Maria Cristina Faber Boog, Olga Maria Silvério Amâncio e Vera Gallo Yahn.

Capa: Alcy Gomes Ribeiro

Normalização e revisão de arte-final: Vera Gallo Yahn

Diagramação e Composição – Supervisão Geral: Anis Carlos Fares; **Coordenadora:** Celia Regina Fogagnoli Marçola; **Equipe:** Maria Rita Aparecida Bulgarelli e Silvana Dias de Souza; **Desenhistas:** Alcy Gomes Ribeiro e João Daniel de Araújo.

Impressão – Encarregado: Benedito Antonio Gavioli; **Equipe:** Ademilson Batista da Silva, Douglas Heleno Ciolfi, Eduardo Paulo Mageste, Jamil Aparecido Milani, João Divino Pereira Pardin, Luiz Carlos Batista Grillo, Nilson José Marçola e Ricardo Maçaneiro.

Revista de Nutrição da PUCAMP, órgão oficial do Curso de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Publica trabalhos da área de Nutrição e Alimentos realizados na Universidade, bem como de colaboradores externos.

O Conselho editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
(Sociedade Campineira de Educação e Instrução)

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

REITOR:

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio José de Pinho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

Prof. Dr. Hélio de Oliveira Santos

VICE-DIRETORA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

Prof.^a Sandra M. Galheigo

COORDENADORA DO CURSO DE NUTRIÇÃO

Prof.^a Rye Katsurayama de Arrivillaga

CORRESPONDÊNCIA:

Revista de Nutrição da PUCAMP Secretaria do Curso de Nutrição PUCAMP
Av. John Boyd Dunlop, s/nº Jd. Ipaussurama 13060 Campinas, SP

Revista de Nutrição da Puccamp

ISSN 0103-1627

R. Nutr. PUCCAMP	Campinas	v. 1	n. 2	p. 81-196	jul./dez. 1988
------------------	----------	------	------	-----------	----------------

Revista de Nutrição da PUCCAMP.

(Faculdade de Ciências Médicas – Curso de Nutrição)

Campinas, SP, Brasil, 1988–

1988, 1(2)

Semestral.

1. Nutrição-Periódico.



CDD 612.305

A eventual citação de produtos e marcas comerciais não expressa recomendação do seu uso pela instituição.

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A reprodução total depende de autorização da revista.

SUMÁRIO

	Págs.
EDITORIAL	85
 ARTIGOS	
As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. I. Período de 1940 a 1964. Solange L'Abbate	87
Situação profissional dos nutricionistas egressos da PUCAMP. I. Áreas de atuação, estabilidade, abandono da profissão, desemprego. Maria Cristina Faber Boog, Kátia Regina Martini Rodrigues e Sônia Maria Ferreira da Silva	139
Avaliação do Programa de Nutrição em Saúde, no grupo de gestantes de sete municípios de São Paulo, Brasil Maria Lúcia Rosa Stefanini, Doris Lucia Martini Lei, Barbara Regina Lerner, Sandra Pinheiro Chaves e Lenise Mondini	153
Utilização do sangue bovino para alimentação humana Semíramis Martins Álvares Domene	163
 INFORME	
A Universidade integrada ao SUDS Eduardo José Pereira Coelho	180
 NOTÍCIAS	
Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.	182
Lançamento de revista	182
Revista de Nutrição da PUCAMP: Comentários recebidos	183
VI Semana de Estudos de Nutrição.	186
Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo	
A APNESP torna-se sindicato.	188
O Sindicato noticia	188
Novas edições de livros sobre nutrição	189
ITAL: Desenvolvimento de projetos, novas publicações e cursos realizados.	189
Correção a ser feita no volume 1, número 1	191

EDITORIAL

Desde a publicação do primeiro número da "Revista de Nutrição da PUCCAMP", temos recebido inúmeras manifestações de apoio e estímulo que muito nos têm incentivado. Além disso, recebemos várias publicações a título de permuta, enriquecendo a nossa biblioteca.

As dificuldades para a elaboração do segundo número foram muitas e nós nos perguntávamos: Conseguiremos recursos? Como estarão os artigos? Manteremos os prazos? Sem dúvida, a aceitação da Revista pelos leitores nos impulsionou a lutar pelos nossos objetivos. Podemos considerar vencida essa etapa.

Neste número, nossa preocupação foi mais uma vez a de compatibilizar a qualidade técnica do conteúdo com uma forma de leitura agradável. Assim, nossa intenção foi a de publicar uma revista boa de "ler" e boa de "ter", isto é, que também funcione como fonte de atualização e consulta dos profissionais e estudantes da área. Nosso compromisso com os leitores será o de manter a periodicidade e o nível de qualidade dos trabalhos publicados.

Temos ainda a satisfação de informar que, em 27 de julho de 1988, foi-nos comunicado pela Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde que a Revista de Nutrição da PUCCAMP reúne os requisitos para ser indexada na Base de Dados LILACS – Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde.

Por ser uma publicação recente, solicitamos aos nossos leitores que divulguem a Revista. Aos interessados em recebê-la, que entrem em contato conosco, pois estamos ampliando nosso cadastro.

Agradecemos aos colaboradores desta edição e comunicamos que já estamos aceitando trabalhos para os próximos números.

ARTIGOS

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL

I. PERÍODO DE 1940 a 1964¹

Solange L'ABBATE²

RESUMO

O presente artigo analisa o processo político de institucionalização das agências públicas federais destinadas a implementar a Política de Alimentação e Nutrição, no Brasil, no período de 1940 a 1964. Refere-se, também, à importância que teve, nesse processo, a incorporação, pelo Estado, do saber produzido pelo grupo de médicos-nutrólogos que procurou, através das agências públicas, realizar a aplicação social da Ciência da Nutrição.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço de Alimentação da Previdência Social, o SAPS, criado em 1940 no Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio, durante a vigência do Estado Novo de Vargas é o primeiro órgão de política de alimentação instituído no Estado brasileiro. O SAPS durou mais de trinta anos, pois foi extinto em 1967, durante o governo de Costa e Silva. Durante sua existência, o SAPS conviveu com duas outras agências de política

(1) Os artigos sobre políticas de Alimentação e Nutrição, publicados neste e no próximo número desta Revista, constituem uma revisão resumida e atualizada da dissertação de mestrado "Fome e desnutrição: os descaminhos da política social", apresentada pela autora ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no final de 1982. Nesses artigos procurou-se delinear os aspectos mais marcantes da política de Alimentação e Nutrição, aqui entendida como aquela voltada para a intervenção nos hábitos alimentares de grupos da população, seja através da educação alimentar, seja através da doação de alimentos.

Por conter informações de rico conteúdo para profissionais e estudantes da área, o Conselho Editorial julgou por bem publicá-los com as notas e as referências bibliográficas apresentadas pela autora, embora de forma diferente da orientação desta Revista. (2) Socióloga, Professora Assistente do Departamento de Medicina Preventiva e Social, Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP, Caixa Postal 6121, 13081 Campinas, SP.

de alimentação: o Serviço Técnico de Alimentação Nacional, de 1942 a 1945, e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), de 1945 a 1972.

Além dessas agências de política propriamente dita, no mesmo período são criadas instituições visando ao desenvolvimento da Ciência da Nutrição: o Instituto de Tecnologia Alimentar, criado em 1944 com apoio da indústria, praticamente transformado, em 1946, no Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e, para divulgar os conhecimentos produzidos pela nova Ciência não só no Brasil como em outros países foram publicados de 1944 a 1968 os Arquivos Brasileiros de Nutrição.

Por último, um programa de alimentação iniciado em 1955, por proposta dos nutrólogos da Comissão Nacional de Alimentação, mas sediado no Ministério da Educação e Cultura, existe até os dias de hoje. Trata-se da Campanha Nacional de Merenda Escolar, atual Programa Nacional de Alimentação do Escolar.

Nesse período, alimentação e nutrição se constituíram como prática política e como saber (1), e esse processo de constituição apresenta uma especificidade importante: foi obra de um grupo de médicos-nutrólogos que conseguiu incorporar-se ao Estado, fazendo com que este assumisse suas idéias e propostas. Naturalmente o Estado brasileiro, sob a égide do populismo, sobretudo o varguista, acolheu com boa vontade os nutrólogos, pois dessa união extraía importantes vantagens.

É preciso assinalar que durante esse período de quase trinta anos nem tudo foi um "mar de rosas" para a política de alimentação. A um primeiro momento de várias realizações que vai até 1946, segue-se um período de "vacas magras", mais ou menos até 1951, após o qual se prepara a Campanha Nacional de Merenda Escolar, finalmente estabelecida em 1955, sem dúvida o principal órgão de política de alimentação do período, uma vez que as demais agências que permanecem — SAPS e CNA — realizam muito pouco a partir de meados da década de 50.

O principal ator desse cenário, do lado dos nutrólogos, foi Josué de Castro (2), que esteve à frente de todos os órgãos relacionados com a política de alimentação e com o saber da Nutrição, instituídos no período, além de atuação e projeção ao nível internacional. Ligados a Castro, vários nutrólogos tiveram atuação destacada, embora não com o mesmo peso e importância, como Dante Costa (3), que durante vários anos esteve na direção do SAPS além de ter produzido grande quantidade de trabalhos e pesquisas, sobretudo em relação à alimentação do escolar, e

Walter Santos (4), que atuou principalmente na Comissão Nacional de Alimentação e na Campanha Nacional de Merenda Escolar.

Como parceiro político, os estudiosos da Nutrição contavam com o respaldo e Castro, com a admiração, nada mais nada menos, da principal figura do período — GETÚLIO VARGAS — pois foi durante os dois governos de Vargas, de 1937 a 1945, que os principais fatos relacionados ao nosso tema aconteceram. E mesmo a Comissão Nacional de Alimentação, criada em 1945, só foi regulamentada em 1951, com a volta de Vargas ao poder. Apesar de durante o governo Dutra, os nutrólogos não terem tido o mesmo apoio, Castro e seu grupo não deixaram de gozar de algum prestígio junto ao novo presidente: mantiveram a CNA, Castro elaborou as propostas do setor alimentação do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) e o governo deu as condições para a realização da II Conferência Latino-Americana da FAO, em 1950, no Rio. Dutra foi o patrono e Castro, o presidente do evento, sendo que a partir de então, este último tornar-se-ia diretor daquele órgão internacional.

Tais fatos ficarão mais claros no decorrer deste artigo.

2. A ALIMENTAÇÃO TRANSFORMA-SE EM NUTRIÇÃO

Ao nível internacional, de 1915 a 1935, em países de matizes político-ideológicos tão diversos, como Inglaterra, França, URSS, Japão, Estados Unidos, Itália, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Espanha, Austrália e Argentina, são criados centros de estudos e comissões relacionadas com a alimentação e nutrição (5).

Em 1934, o Comitê de Higiene da Sociedade das Nações fez uma consolidação dos estudos realizados até então. Em síntese, tais estudos tratavam de três problemas principais: 1. a determinação das necessidades alimentícias básicas do ser humano; 2. o estudo dos recursos disponíveis para satisfazer as necessidades e 3. a colocação desses recursos ao alcance daquelas necessidades (6).

No Brasil, a formação de núcleos especializados em Nutrologia data dos anos trintas, ocorrendo nos dois maiores centros urbanos do País — Rio de Janeiro e São Paulo — e apresentando já no seu nascedouro um grau de especialização característica da Ciência da Nutrição durante todo o período.

No Rio, o Professor Annes Dias cria, em 1932, a primeira cátedra de Nutrição da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, da qual faziam parte jovens médicos dentre os quais Josué de Castro, Peregrino Júnior e Seabra Velloso, que traduziram o tratado de alimentação de Pedro Escudero, médico e nutrólogo argentino, diretor do Instituto Nacional de Nutrição daquele país, que abordava os problemas alimentares numa perspectiva social. Tal orientação será a seguida pelo grupo de estudiosos sediados no Rio, que irão constituir a *vertente social* da Ciência da Nutrição que se produziu no nosso País, e que seria hegemônica nesse período.

Em São Paulo, também em 1932, o Professor Moura Campos, da antiga Faculdade de Medicina, atualmente incorporada à Universidade de São Paulo, sob influência norte-americana, inicia suas pesquisas de tipo experimental e laboratorial. Congregando estudiosos paulistas como Paula Santos e Dutra de Oliveira, entre outros, e mesmo cariocas, como Silva Mello e Alexandre Moscoso, esse grupo constitui a *vertente técnica* da Ciência da Nutrição, sendo responsável pela publicação de várias e sofisticadas pesquisas, sobretudo de 1940 a 1950.

Em 1935 e 1937/38, são elaborados os primeiros inquéritos alimentares, ambos coordenados por Josué de Castro: o de 1935 "Condições de vida das classes operárias no Recife", realizado com quinhentas famílias residentes na capital pernambucana; o segundo, realizado pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, no Rio de Janeiro, como estudo básico para a legislação do salário-mínimo, que viria a ser decretado em 1940 (7).

No mesmo período, Paula Souza, Pedro Egydio e Ulhoa Cintra, do Instituto de Higiene, atual Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, realizavam, no bairro de Pinheiros, da capital paulista, um inquérito, com cerca de 460 famílias, no qual foram investigados os gastos com alimentação e consideradas as possibilidades de as famílias se alimentarem adequadamente (8).

Tais inquéritos procuravam medir, avaliar e quantificar as carências alimentares a partir de uma comparação com as despesas familiares com alimentação, incluindo, às vezes, as despesas familiares com outros gastos. Esses estudos e outros que se seguiram tiveram a grande importância de fornecer uma explicação científica para a realidade que muitos já conheciam: a precariedade das condições de vida e da alimentação de certas camadas da população.

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

Com isso, a Nutrologia nacional dava um passo decisivo para a construção da Ciência da Nutrição. Ao mesmo tempo, os nutrólogos propõem que o povo deva ser ensinado a comer convenientemente, através de uma autêntica **Cruzada Educativa de Alimentação**, que deveria atuar de duas maneiras: 1. "racionalizar a oferta de alimentos através de medidas que ajustassem a produção e a comercialização" e 2. "educar o povo pela palavra e o exemplo a se alimentar convenientemente" (9).

Publicando vários trabalhos e utilizando de todos os meios de divulgação disponíveis, os nutrólogos levam avante a sua **Cruzada**, visando algo bem concreto: à criação, ao nível estatal, de medidas políticas, através das quais pudessem levar a toda a sociedade suas idéias e propostas.

Um dos resultados desse esforço é, sem dúvida, a criação em 1940 da Sociedade Brasileira de Alimentação, presidida por Josué de Castro, com o principal objetivo de

"ventilar conhecimentos ao povo sobre os preceitos da higiene e economia alimentares, pelos meios comuns de difusão educativa" (10).

A propaganda das idéias dos nutrólogos encontra repercussão no ambiente político da ditadura de Vargas do Estado Novo, período durante o qual vários intelectuais foram chamados a colaborar no "projeto de reconstrução da sociedade" (11).

Dessa convergência de interesses, os nutrólogos detendo o saber e procurando obter poder para transformar esse saber em medidas concretas e o Estado, dispondo de grande quantidade de poder e com a intenção de trazer para o seu interior os intelectuais que pudessem concorrer para o seu projeto político, nasce a política de alimentação no Brasil, sendo o primeiro órgão criado dentro dessa política, o SAPS, do qual se tratará a seguir.

3. O SAPS: O CONGRAÇAMENTO DOS TRABALHADORES NOS RESTAURANTES POPULARES

A criação do SAPS, em 1940, foi precedida de duas medidas governamentais tomadas no ano anterior: o Decreto-Lei nº 1.228 de 2 de maio de 1939, estabelecendo a obrigatoriedade para as empresas com mais de quinhentos empregados instalar refeitórios para os trabalhadores (12) e sobretudo a criação, em 25 de outubro do mesmo ano, do Serviço Central de Alimentação, no IAPI (13).

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

Criado a partir do reconhecimento da "necessidade de se estabelecer uma verdadeira campanha nacional de alimentação que promovesse a progressiva racionalização dos hábitos alimentares do trabalhador brasileiro", a direção desse Serviço foi entregue a Josué de Castro e a um Conselho Consultivo de quatro membros indicados pelo Ministério "dentre especialistas de notório conhecimento em matéria de alimentação" (14).

A abrangência de objetivos desse Serviço consistia, em última análise, na fase da "etapa de aplicação social" da Nutrologia nacional, conforme colocava Josué de Castro. De acordo com Coimbra et al., no trabalho citado:

"A realização de pesquisas de laboratório e de inquéritos, a indagação das causas dos problemas de abastecimento, o desenvolvimento de programas de distribuição de alimentos a título pedagógico, a educação do povo para comer racionalmente e a formação de pessoal para auxiliar os médicos-nutrólogos em tão grandiosas tarefas, tudo isso, ora mais, ora menos, ora dirigido a um grupo populacional, ora a outro, vinha a ser o projeto de intervenção, que durante os vinte e cinco anos seguintes iria ser aplicado pelo Estado, guiado pelos nutrólogos" (15).

A criação do Serviço Central de Alimentação é significativa por dois motivos: a entrada dos médicos-nutrólogos diretamente no Estado e o fato de situar-se dentro do IAPI, considerado o Instituto "mais moderno e técnico" da Previdência Social.

Durante seu quase um ano de existência, o Serviço Central de Alimentação construiu um restaurante na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro, e iniciou um curso de "Auxiliares de Alimentação" (16). Tais medidas seriam continuadas pelo **Serviço de Alimentação da Previdência Social** — o SAPS — que dará maior amplitude ao tema da alimentação, dirigido de agora em diante não apenas aos industriários, mas ao conjunto dos trabalhadores, praticamente a população como um todo. Esse objetivo será atingido através da educação alimentar.

O Decreto-Lei nº 2.478 de 5 de agosto de 1940 (17), instituindo o SAPS, estabelece em seu artigo 1º que o órgão destina-se "principalmente a assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos de Aposentadorias e Pensões subordinados ao respectivo Ministério" e afirma em seu artigo 2º que:

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

"Para propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata, o Serviço promoverá:

- I – Ampla divulgação, nos meios trabalhistas, das vantagens que tem o trabalhador de alimentar-se convenientemente, bem como da utilidade de se lhe garantir alimentação adequada e oportuna.*
- II – A propaganda dos órgãos de Serviço encarregados do fornecimento de refeições aos trabalhadores.*
- III – A formação, na coletividade, de uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas da alimentação.*
- IV – A instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores.*
- V – O fornecimento de alimentos, por parte das empresas com mais de 500 empregados, cujos refeitórios tiverem sido financiados pelos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões.*
- VI – A seleção dos gêneros alimentícios e o barateamento dos respectivos preços.*
- VII – O funcionamento dos órgãos necessários à integral execução dos seus trabalhos, conforme determinar o regulamento deste Decreto-Lei".*

Os primeiros incisos deste artigo estabelecendo o papel do SAPS na formação de uma consciência alimentar serão enfatizados pelo Decreto-Lei nº 3.709 de 14 de outubro de 1941, que determinava a reorganização do SAPS. Em seu artigo terceiro, entre as medidas tomadas pelo órgão para promover seus objetivos, inclui-se:

"Uma ação educativa sistemática junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados" (18).

Essa ação educativa era realizada através de folhetos, cartazes, folhinhas etc., elaborados por uma Seção de Divulgação. Alguns modelos bastantes ilustrativos são colocados por Anna Maria de Castro em seu trabalho já referido. A seguir, o texto de um dos boletins do SAPS distribuídos nos restaurantes.

ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

Rio, 1942

SAPS

nº 28

Restaurante Central

TRABALHADOR: LEVE PARA CASA ESTE BOLETIM

ALMOÇO DO DIA

Picadinho	Leite
Cenoura ensopada	Pão
Arroz	Manteiga
Feijão	Laranja

Trabalhador: os cardápios do SAPS, simples e variados, mostram que não é difícil nem complicado o modo de bem se alimentar. É necessário, em primeiro lugar, haver variedade de alimentos, para que não venha a faltar nenhum princípio nutritivo necessário à saúde: proteínas, gorduras, hidratos de carbono, minerais e vitaminas. A quantidade de cada um deve ser também adequada. No cardápio de hoje, temos as proteínas do leite, da carne e do feijão. Como gorduras, além da banha, temos a manteiga, que também é rica em vitamina A. Há hidratos de carbono em boa quantidade no arroz, no feijão e no pão. Há cálcio no leite. Há ferro no feijão, no pão integral e na carne. E há vitaminas na laranja, na cenoura, no leite, no pão integral e na manteiga" (19).

Observa-se no texto desse Boletim, que o trabalhador recebia, no momento de tomar suas refeições no SAPS, a preocupação dos nutrólogos que dirigiam o Serviço em transmitir conhecimentos sobre as regras da boa alimentação e o valor nutritivo dos alimentos. Em outras palavras, a ênfase na educação alimentar, através da pedagogia da palavra e de um exemplo concreto: o prato de comida que o trabalhador tinha à sua frente.

3.1 Funcionamento e realizações do SAPS

O funcionamento do SAPS é algo nebuloso e sua organização sofreu do ponto de vista administrativo várias mudanças advindas de

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

constantes trocas de chefia. O grupo de nutrólogos de Josué de Castro nem sempre esteve à frente do Serviço de Alimentação e apenas um dos nutrólogos desse grupo — Dante Costa — permaneceu vários anos dirigindo uma de suas seções.

Segundo o decreto de sua criação, o SAPS deveria ser dirigido por um Conselho Diretor de seis membros, um deles assumindo a Presidência e, outro, a Superintendência Geral (20). Essa forma de comando foi mantida até janeiro de 1941, e em outubro do mesmo ano, extinguiu-se o Conselho, criando-se o cargo de Diretor. O primeiro a ser indicado por Getúlio Vargas para ocupar o posto foi Helion Póvoa, que comungava dos mesmos ideais do grupo de Josué de Castro, expressando em seu discurso de posse o modo de pensar predominante dos especialistas da Nutrologia em relação à necessidade de atuar junto ao poder público a fim de ensinar o operário a comer bem:

"(...) A dignidade da refeição foi uma vitória da era cristã. (...) Se porém a civilização cristã dignificou o ato da refeição, longe estamos ainda todos nós de um almejado corretismo alimentar. E o nosso operário, como a maioria dos povos, ainda não elevou, por motivos múltiplos, a sua alimentação ao nível justo de seus imperativos biológicos e de sua condição social humilde mas digna e nobre" (grifos da autora).

Depois de condenar o uso das marmitas, onde "a falta de higiene facilita as perigosas contaminações", continua Póvoa:

"E a razão alimentar, tecnicamente falando, muitas vezes está aquém das rações, no sentido popular e inferior do termo. No entanto, aqui está o restaurante do SAPS como triunfo governamental, apoiado na ajuda dos técnicos, com o seu aspecto social confortador: silêncio, ordem, asseio, economia, saúde, vida, homens e mulheres trabalhadores melhor vestidos e operários de macacão, mas todos sentados e não de cócoras, alegres e não soturnos, revigorados e não exaustos" (grifos da autora) (21).

Assim, os estudiosos da Nutrição, ao assumir posições de direção do órgão encarregado de realizar a política alimentar, acreditavam poder auxiliar o trabalhador a alcançar um "corretismo alimentar" através do próprio exemplo do restaurante onde existe "silêncio, ordem e asseio" e onde a comida, segundo esclarecimentos colocados no cardápio, possui todos os elementos nutritivos básicos para a saúde.

No entanto, Póvoa permanece na direção do SAPS apenas quatro meses. Ao demitir-se, em fevereiro de 42, é substituído pelo único membro do Conselho Diretor sem ligações com o grupo da Nutrologia, Edison Pitombo Cavalcanti. Tratava-se, segundo Coimbra et al. (22):

“de um “administrador” e é em sua gestão que o SAPS vai ampliando de tal forma suas atividades e programas que se torna, a bem dizer, um “pastiche” organizacional, amálgama heterogêneo e confuso de estilos de atuação e discursos, de técnica e clientelismo”.

Realmente, as realizações do SAPS até 1945 apontam para uma grande ampliação e diversificação de atividades como se verá a seguir.

Em relação aos restaurantes populares, havia um restaurante Central, atendendo a cerca de 5.000 pessoas e quatro “restaurantes gregários”. A própria localização desses restaurantes é ilustrativa: o Central localizava-se na Praça da Bandeira, os “gregários”, respectivamente na Imprensa Nacional, na União Nacional dos Estudantes, em Inhaúna, na firma Klabin & Irmãos e no Cais do Porto.

O SAPS também fornecia para 55 firmas refeições transportadas em caminhões-térmicos, “especialmente construídos, que asseguravam, durante o percurso, a manutenção de suas propriedades nutritivas”, e ainda “fiscalizava 45 outros, mantidos diretamente por empresas e órgãos públicos, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 1.238” já referido. Possuía, finalmente, para completar, um Restaurante-Escola, “nos baixos” do Teatro Municipal. Além de servir de escola, esse restaurante objetivava também “proporcionar refeições saudias e baratas à classe média” (23).

Além dos restaurantes, o SAPS interferia no abastecimento de gêneros de primeira necessidade aos trabalhadores, a preço de custo, acrescidos de 10% de taxa de administração.

Tal atividade, implantada a partir de uma Seção de Subsistência, criada pelo Decreto-Lei nº 4.859 de 21 de outubro de 1942, resultou na venda de alimentos em postos especiais nos restaurantes próprios ou sob convênio, ou ainda através dos sindicatos profissionais. Em 1946, o SAPS mantinha 44 postos de subsistência: 14 no Distrito Federal, 6 no Espírito Santo, 12 em Minas Gerais, 6 no Estado do Rio, 3 no Rio Grande do Sul e 3 em São Paulo (24).

Apesar de se chamar Serviço de Alimentação, o SAPS cuidou, através de algumas atividades de âmbito cultural, do aperfeiçoamento

intelectual para os freqüentadores dos restaurantes. No Restaurante Central funcionava a "Escola-Biblioteca Getúlio Vargas nº 1", para alfabetizar alguns freqüentadores; foi inaugurada também a "Sala de Leitura João Carlos Vital", que reunia várias atividades: ali, os trabalhadores podiam ler livros "não só de ficção, mas também didáticos", ouvir música, entregando-se "ao prazer de ouvir suas estações de rádio e seus discos favoritos". Além disso, a sala era utilizada para "aula de corte e costura" que o SAPS mantém "para as filhas pequenas dos trabalhadores". Finalmente, nas noites de sábado, após o jantar, "o SAPS oferece aos trabalhadores uma sessão cinematográfica com filmes atuais e de alto interesse para todos" constituindo em grande atrativo do Restaurante Central (25).

A necessidade de promover a educação alimentar da população, bem como de contar com técnicos para a execução das várias atividades necessárias ao setor, esbarrava com a falta de pessoal especializado. Por isso, o SAPS, sob a direção de Dante Costa, formava a primeira turma de nutricionistas em 1943 e nesse mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 5.443 de 30 de abril, criavam-se cursos técnicos e profissionais na área de Nutrição, bem como pessoal para executar as tarefas de copa e cozinha (26).

Entre os vários profissionais formados pelo SAPS, sem dúvida era às visitadoras que se atribuía maior responsabilidade no tocante à educação alimentar, inclusive no meio rural. A primeira escola de Visitadoras de Alimentação foi criada em Fortaleza, Ceará, em 1945, e a segunda, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1951. A importância do trabalho das visitadoras é assinalada por Walter Santos:

"As visitadoras trabalham junto aos lares e de preferência nas comunidades rurais. Através de Clubes de Adultos e Crianças e Clubes de Donas de Casa, despertam a cooperação e o interesse dos grupos populares para os assuntos de nutrição. Servem de consultoras técnicas para as pequenas localidades e mantêm de forma presente e continuada a atmosfera educacional necessária à formação da consciência alimentar" (grifos da autora) (27).

Havia ainda as atividades de extensão e divulgação, entre as quais uma série de publicações, que em 1945 possuía 26 títulos "que iam do complicado **Pelagra associada a múltiplas desvitaminoses**, de Dante Costa, até ao delicado **Sonho de Ana Maria**, de Maria José Amorim Santos,

“uma história infantil com conselhos sobre alimentação” e **Maneco no mundo da saúde**, de Vitor Mariano Dantas Lessa, que era uma “história da viagem maravilhosa de um garoto pelo reino das vitaminas”, este em sua segunda edição. Além disso, os técnicos do SAPS faziam conferências e palestras, respondiam a consultas e colaboravam com outras agências na elaboração de trabalhos relacionados à área de alimentação, como por exemplo, uma publicação sobre alimentação racional dos trabalhadores nordestinos que foram para a Amazônia participar da batalha da borracha (28).

Em relação a pesquisas, um Laboratório, um Biotério e uma Cozinha-Escola, constituíam esse setor, no qual funcionava uma Comissão de Estudos que teve grande influência na Nutrologia, sobretudo através do trabalho de Dante Costa, médico que havia sido chefe do Setor de Alimentação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro e que em 1943 exercia o cargo de chefe de Seção Técnica. O setor de pesquisas chegou a realizar, em 1945, 7 projetos experimentais e outros 24 “trabalhos técnico-científicos” (29). Finalmente, o SAPS mantinha um “Setor de Encaminhamento e Empregos” funcionando como um tipo de seguro-desemprego, fornecendo alimentação àqueles que procuravam tal serviço, não se sabe por quanto tempo. Havia também um “Consultório de Alimentação Econômica” para orientar o trabalhador sobre quanto comprar de alimentos para sua família. Citando um texto que explicita “até nos casos mais ingratos em que o salário é insuficiente para a alimentação da família, são inegáveis os benefícios deste serviço, de vez que o trabalhador orientado convenientemente pode auferir o máximo proveito de seus poucos recursos”, comentam Coimbra et al.

“O texto citado não especifica o movimento do consultório, que não deve ter sido muito grande, nem quais, afinal, seriam os benefícios nesses casos “ingratos” (30).

Na realidade, a amplitude de realizações do SAPS, que na visão dos nutrólogos constitui um “desvirtuamento” do órgão, corresponde à ampliação do seu papel político-ideológico como um dos meios de sustentação do getulismo, sobretudo entre 1943 e 1945. Durante esses dois anos, os nutrólogos são praticamente afastados, mas, em 1945, quando Miguel Martins assume a direção do SAPS, Josué de Castro e Dante Costa são chamados de volta. O primeiro, cuja atuação havia sido crucial na época da criação do órgão, voltava para assumir a chefia da Seção de Cursos. O segundo, que havia sido afastado em 1944 da função de técnico de alimentação da Seção Técnica, retornava para “estudar e organizar um

plano destinado a fixar as bases de um organismo de longo raio de ação técnica, administrativa e social, cuja falta já se vinha fazendo sentir entre nós: o nosso Instituto Nacional de Alimentação" (31).

Do Instituto Nacional de Alimentação deveriam constar quatro Departamentos: 1. Pesquisas e educação alimentar; 2. Alimentação pública; 3. Controle e estatística e 4. Administração. O Departamento de Alimentação Pública teria duas divisões: de produção e abastecimento e de assistência alimentar, estando a produção garantida por "granjas, fazendas-modelo, chácaras, frigoríficos, armazéns distribuidores e laboratórios bromatológicos" (32). Na opinião de Coimbra et al., o instituto assim pensado não passa de uma "fantasia nutrológica, que supunha poder assegurar o controle das políticas de abastecimento e fiscalização, esquecendo-se dos interesses e das forças sociais que nelas se expressavam. Basta dizer que nunca deixou o papel, sendo apenas mais um episódio na história dos atritos entre "alimentação" e "abastecimento", que continuaram e até ganharam intensidade na década de 50" (33).

Apesar de essa proposta não ter passado de um sonho na cabeça dos nutrólogos, a partir daí, Dante Costa não mais saíria do SAPS, aí organizando uma equipe importante, responsável pela elaboração de vários trabalhos e participante do debate político até o fim da existência do órgão, em 1967. Quanto a Josué de Castro, tomaria outros caminhos, como se verá na continuação deste artigo.

No entanto, a permanência dos nutrólogos não garantiu uma situação de tranqüilidade para o SAPS. Internamente continuaram a ocorrer mudanças quanto à direção do Serviço; externamente, sobretudo no início da década de 50, a aprovação das verbas destinadas ao SAPS era sempre motivo de controvérsia no parlamento, como se verá adiante.

3.2 Os nutrólogos do grupo de Castro saem da direção do SAPS

Em 1947, Martins é destituído, sendo colocado na direção do SAPS o Major Humberto Peregrino, que inicia a sua gestão criticando as administrações anteriores:

"Ao assumir a direção do SAPS, essa instituição vinha de atravessar as mais negras e perigosas vicissitudes. O seu descrédito era alarmante e generalizado. O ambiente no seio do funcionalismo era de desconfiança e luta (...) em tais condições de trabalho, a desordem administrativa, já se vê havia de ser grande" (34).

Com maior contundência ainda, expressava-se um dos seus auxiliares, da Seção de Propaganda do SAPS, no primeiro aniversário da nova administração:

"A história da vida do SAPS está dividida em duas fases: a primeira, de sete anos, toda ela vazia de iniciativas, toda ela sem sinal de um só empreendimento de vulto (...) a outra fase tem apenas dois anos, é a antítese da primeira, é a parte que empresta conteúdo à história do SAPS (...) brilhante e fecunda (...) é o triunfo" (35).

Assim, para "começar tudo de novo", Peregrino instala a Comissão de Reestruturação, que após estudos sobre a situação do SAPS sugere sua transformação em Serviço Nacional de Alimentação, que ampliaria o atendimento alimentar a toda a população (e não apenas aos contribuintes dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões) e a todo o território (diversos estados brasileiros continuavam excluídos das atividades do SAPS, inclusive os grandes centros industriais que estavam se constituindo em torno da capital de São Paulo). A ampliação da assistência alimentar a todo o País se apoiava em quatro planos básicos: de "reestruturação", de "expansão", de "abastecimento" e de "meios", este último voltado para o estudo da grave situação econômico-financeira do SAPS e para a proposta da criação de uma Taxa de Alimentação Popular (36).

Em 1972, portanto, 25 anos mais tarde, Peregrino, em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", confessa que fora um "apaixonado" pelo SAPS, tendo chegado a contratar uma orquestra para tocar no restaurante da Praça das Bandeiras no Rio. Tentara também exercer um rígido controle sobre todo o material utilizado nos restaurantes e, para tanto, segundo suas próprias palavras:

"Instituí um sem-número de fiscais, que eram os próprios trabalhadores-usuários. Em cada restaurante havia uma caixa de reclamações e sugestões, cuja chave ficava comigo. Eu, pessoalmente, ia abri-la para retirar os relatórios de meus fiscais. Dessa forma, eu acabava sabendo de tudo: desde os maus tratos de funcionários para com os fregueses, até a falta de sal no arroz" (37).

Peregrino deixa a direção do SAPS no final do governo Dutra sem conseguir a reestruturação pretendida, e segundo Anna Maria de Castro, a partir daí, o Serviço "teve os seus dias contados",

sucumbindo ao seu próprio gigantismo. As explicações dada pela autora ligam-se às

"(...) prováveis indecisões e conflitos estabelecidos, a nível de governo, quanto a melhor forma de enfrentar o problema alimentar do trabalhador, peça indispensável ao processo de industrialização, devem ter ocasionado as flutuações de atitudes",

e também ao

"(...) contínuo processo de intervenção do Estado em domínios antes exclusivos da iniciativa privada, entre eles, ressalte-se, o do abastecimento, afastando-o de sua meta primeira (...) e tornando impossível o cumprimento das demais tarefas acrescidas" (38).

Na realidade, "tais conflitos ao nível do governo" dizem respeito não apenas à "forma de enfrentar o problema de alimentar o trabalhador" mas à própria consideração de como o Estado deve intervir em relação ao projeto econômico orientado para industrialização, a partir do momento em que, com o fim da II Guerra Mundial, torna-se possível reorganizar o setor agrário-exportador. Mais ainda, a queda de Vargas, em 1945, determina, em grande medida, uma alteração dos objetivos da política trabalhista "proposta e aplicada com o objetivo precípua de sistematizar e formalizar as relações políticas entre as classes sociais urbanas" (39).

É provável que durante o período do governo Dutra, 1946-1951, tenha havido um interesse menor pelo SAPS, como de resto pelos demais órgãos da política de alimentação, como se verá adiante, neste artigo. No entanto, com a volta de Vargas ao poder em 1951 e, sobretudo, a partir da mensagem presidencial de 1952 estabelecendo a reserva de 3% sobre o valor total da arrecadação do sistema previdenciário para o SAPS, evidencia-se que sua importância política ainda permanece.

A controvérsia causada pelo envio dessa mensagem ao Congresso no mesmo momento em que o Legislativo discutia o projeto da Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS – cria um clima de acalorada disputa no plenário, fazendo com que a Lei Orgânica fosse sequer discutida. Como afirma COHN (40):

"embora fosse bastante combatido pelo vulto das verbas que consumia e por privilegiar somente alguns empregados dos

setores urbanos mais industrializados, a rentabilidade política do SAPS junto às classes assalariadas era bastante grande. Não obstante, era ele um fator de esvaziamento dos cofres previdenciários, e freqüentemente o mais atacado em termos de desvios de verbas e corrupção”.

Com efeito, informa Cohn, os 3% dos recursos previstos para o SAPS correspondiam a duzentos e quarenta milhões de cruzeiros à época; e quanto aos restaurantes, onze se localizavam no Distrito Federal, três, em São Paulo e cinco, em cidades menores. Não se duvida, portanto, “sobre o privilegiamento dos trabalhadores dos grandes centros urbanos bem como do uso de critérios não propriamente “técnicos” para a instalação desses restaurantes, na medida em que São Paulo evidentemente congregava uma massa muito maior de trabalhadores do que o Distrito Federal” (41).

Na realidade, o funcionamento dos restaurantes do SAPS nos grandes centros urbanos fazia com que se efetivasse melhor seu caráter de prática de estilo “populista” própria desse período. O conagraçamento dos trabalhadores em torno da satisfação de uma necessidade básica — a alimentação — no caso oferecida a preço de custo pelo Estado em um ambiente ordeiro, aseado e alegre, só poderia resultar no estabelecimento de um “**laço simbólico**” entre o trabalhador e o Estado.

Para o trabalhador, aqueles momentos nos quais imperava a “dignidade da refeição”, encontrava-se com os companheiros, adquiria conhecimentos sobre o comer bem, ou até mesmo ajudava a fiscalizar o funcionamento do restaurante e a qualidade da comida, só podiam resultar no estabelecimento de uma ligação mais intensa, mais comprometida com o poder constituído. E este não ignorava este ganho político. Daí a localização da maior parte dos restaurantes e dos postos de subsistência no Distrito Federal — centro político — e não em São Paulo — centro econômico; daí a quantidade de verbas destinadas ao SAPS em detrimento de setores mais importantes da Previdência Social.

3.3 Realização do SAPS de 1950 a 1953

Alguns dados do relatório sobre a situação alimentar do Brasil na Terceira Conferência Latino-Americana de Nutrição, realizada em 1953, em Caracas, Venezuela, demonstram o crescimento do SAPS de 1951 a 53, coincidindo com a volta de Vargas ao poder, dessa vez pela via das urnas.

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

Nesse período, o SAPS instalou só no Distrito Federal: 6 restaurantes, 3 cantinas, 39 barracas de gêneros alimentícios e 30 postos de subsistência; 59 desses postos foram criados nos demais Estados. Nos restaurantes, foram servidas cerca de 12.500.000 refeições; houve aproximadamente quatro milhões de compradores nos postos de subsistência e o movimento de compras nos postos e barracas resulta mais de duzentos milhões de cruzeiros a preços da época (42).

Na mensagem presidencial enviada ao Congresso em 15 de fevereiro de 1954, procede-se a uma avaliação das atividades realizadas em 1953: fornecimento de 82.816 desjejuns escolares aos filhos dos trabalhadores e produção de mercadorias numa granja situada na Rodovia Rio-São Paulo, no valor de cerca de Cr\$4.600.000,00. Prevê-se também a realização, com verbas determinadas pela Lei nº 2.158 de 2 de janeiro de 1954, de novas atividades, buscando alcançar no corrente ano, em seu âmbito de ação, todos os principais centros do País. Desse programa de desenvolvimento constam quatro frigoríficos, vinte novos restaurantes, um matadouro industrial e vários postos de abastecimento e armazéns de estocagem e distribuição. Provavelmente, para tentar diminuir as despesas do SAPS, afirma o texto da mensagem:

“O plano de expansão inclui ainda a construção de um conjunto industrial composto de fábrica de doces, fábrica de sabão (com aproveitamento de gordura da carne dos restaurantes, não consumida), fábrica de massa de tomate, fábrica de conservas, padarias e lavanderia. Este programa industrial está ligado a outro, de instalação de uma rede de granjas hortícolas e de criação, junto aos principais centros consumidores. A produção de tais estabelecimentos agrícolas será aproveitada, em parte, pelas fábricas citadas, com extraordinária redução de despesa, nos postos e restaurantes. (...) Pretende o Governo, ainda, através do SAPS, estimular os pequenos agricultores, fornecendo-lhes tratores e outros materiais, pelo preço de custo, a serem pagos com a produção de gêneros” (grifos da autora) (43).

Tal plano de expansão, ao que tudo indica apenas proposto, contém uma característica marcante a todo o desenvolvimento posterior da política de alimentação: o relacionamento entre as atividades específicas dessa política, como está sendo aqui considerado, e as atividades industriais, agrícolas e de abastecimento. As tentativas e os contatos efetivamente firmados perpassam toda a história das políticas públicas de alimentação, conforme será visto.

Quanto ao SAPS, apesar de suas várias atividades relacionadas com a assistência e educação alimentar, formação de pessoal, produção e divulgação de estudos e pesquisas e mesmo comercialização de alimentos, não mais alcançaria o vigor dos primeiros anos e, em 1967, quando o então Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, durante o Governo Costa e Silva decretou sua extinção, poucas dependências do órgão encontravam-se em funcionamento.

3.4 O significado do SAPS

A análise de uma experiência como a do SAPS, de marcado significado político-ideológico sobretudo em sua fase inicial e com uma vigência de quase trinta anos, não se esgota nas colocações feitas aqui. Mesmo assim, alguns comentários devem ser feitos no sentido de elucidar o papel e o significado desta que foi a primeira agência governamental de política de alimentação no nosso País.

De um ponto de vista mais amplo, é importante refletir sobre as funções mais imediatas atribuídas a um órgão destinado à execução de parte da política social do Estado, funções que se inter-relacionam intimamente a uma determinada conjuntura econômico-social e política que lhe imprime força e sentido.

O SAPS é gerado no âmbito da "política de massa" ou "populista" como um organismo destinado a contribuir para o estabelecimento de um "laço simbólico" entre a classe trabalhadora e o Estado. Como órgão auxiliar da política trabalhista de Vargas colabora, a seu modo, para suavizar as possíveis tensões sociais, indesejáveis no momento em que se deve concentrar todos os esforços na construção de um sistema econômico de base capitalista industrial sob a vigência da ideologia nacionalista.

A suavização das tensões torna-se mais evidente, quando se observa que um dos pontos chaves da política trabalhista getulista, o **salário-mínimo**, conforme rezava a legislação, deveria ser calculado tendo por base o custo de uma ração alimentar mínima também estabelecida por decreto (44). Ora, criando um órgão, cujo principal objetivo era fornecer refeições a preços mais baratos aos trabalhadores, o Estado getulista amenizava o verdadeiro sentido da instituição do salário-mínimo, qual seja, o de ser interpretado, na prática, como rigorosamente de subsistência, como parte de "um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação" (45). E o cálculo da ração mínima em termos de

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

horas trabalhadas pelo trabalhador, de 1940 até o momento atual, tem demonstrado este fato (46).

Suavizar tensões, criar um laço simbólico entre os trabalhadores e o Estado, tudo isso fez com que o SAPS, apesar dos problemas administrativos, denúncias de corrupção e práticas de clientelismo, resistisse por trinta anos, percorrendo outros governos que apesar de manterem certos traços populistas, tanto se diferenciavam do getulismo. Não é por coincidência que três anos após o golpe militar de 1964, o SAPS tenha sido extinto. A partir daí, altera-se o padrão de relacionamento entre o Estado e os trabalhadores, entre o Estado e a sociedade e a política de alimentação deveria trilhar outros caminhos.

A força do SAPS no populismo, sobretudo no populismo de Vargas é apenas uma parte do seu significado. Na verdade, o SAPS possui um papel praticamente complementar às várias atividades que constituíam aquela política. Na perspectiva da história da alimentação, porém, o papel do SAPS não é complementar, mas primordial.

Como vimos, o SAPS surge a partir da atuação de um grupo de estudiosos da Nutrologia, tornando possível a aplicação social da Ciência da Nutrição. Apesar das várias idas e vindas administrativas e da multiplicidade de atividades desenvolvidas de 1943 a 1945, o Serviço de Alimentação da Previdência Social constitui-se num excelente meio de atuação desses estudiosos tanto no sentido da execução de uma política pública, quanto do ponto de vista do apoio institucional necessário à elaboração de estudos e pesquisas que contribuíssem para o desenvolvimento de uma ciência que tratasse a alimentação como questão social, sem no entanto descuidar do desenvolvimento dos aspectos clínicos e laboratoriais da Nutrologia.

Sabe-se que as condições para tal produção intelectual incluíam também a formação de profissionais e novos estudiosos. Como pudemos observar, o SAPS constitui exatamente a concretização de todos esses aspectos, centralizando e sintetizando os interesses e as motivações do grupo de estudiosos.

A partir dessa primeira experiência e tendo o grupo se fortalecido, os estudiosos da Nutrição souberam perceber novas formas de atuação possíveis, ampliando seu campo de ação, sempre em consonância com as necessidades colocadas pela sociedade brasileira em termos de seu próprio desenvolvimento e com suas próprias aspirações de exercer o poder nas instituições públicas destinadas à alimentação, das quais o SAPS foi o primeiro e legítimo representante.

A segunda agência pública da política de alimentação foi o Serviço Técnico da Alimentação Nacional, como se verá a seguir.

4. O SERVIÇO TÉCNICO DA ALIMENTAÇÃO NACIONAL: O INÍCIO DO NAMORO ENTRE A NUTROLOGIA E A INDÚSTRIA

Criado pela Portaria nº 5-42 de 19 de outubro de 1942, como órgão da Coordenação da Mobilização Econômica, instituída em setembro do mesmo ano, com poderes de "verdadeiro superministério", mediante o qual o governo coordenava todas as atividades relacionadas aos assuntos econômicos nacionais, considerados como a "economia de um país em estado de guerra" (47), o Serviço Técnico da Alimentação Nacional (STAN) visava, antes de tudo:

(...) "a obtenção de elementos e de dados científicos seguros, com os quais possa dar uma assistência técnica efetiva às fontes nacionais de produção de alimentos, aos agricultores e aos industriais" (48),

partindo da

(...) "necessidade de que se estabeleça para todo o país um plano de economia alimentar cientificamente dirigido" (49).

Pelo mesmo ato de criação do STAN, o ministro da Coordenação da Mobilização Econômica, João Alberto, designa Josué de Castro para dirigi-lo e para elaborar o regulamento do Serviço. Segundo esse regulamento, aprovado em 1943, o STAN contaria com uma Divisão Técnica e uma Divisão Administrativa sendo que da primeira fariam parte quatro Consultorias: de Política Econômica da Alimentação, de Produção Agrícola e Indústrias Alimentares, de Investigações Biológicas e de Propaganda Alimentar e Organização Social (50).

A importância que Josué de Castro dava ao STAN e as suas idéias a respeito da inter-relação entre a Ciência da Nutrição e as medidas governamentais destinadas a melhorar a situação da alimentação do brasileiro podem ser observadas no primeiro número dos Arquivos Brasileiros de Nutrição de maio de 1944, em editorial por ele assinado (51).

Nesse editorial, Castro se refere aos progressos alcançados pela "Ciência da Nutrição" no Brasil nos últimos quinze anos, progressos que

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

podem ser percebidos através dos inúmeros estudos que vêm sendo feitos, tanto pesquisas laboratoriais sobre aspectos relacionados à fisiologia da nutrição, como inquéritos estatísticos, abordando as condições de alimentação do "nosso povo". Esse desenvolvimento foi de tal significado, que hoje se pode falar numa escola brasileira de Nutrição respeitada nos maiores centros científicos do mundo.

Além disso, esse esforço contribuiu para sensibilizar os "poderes públicos" na compreensão de que devem "cuidar seriamente do problema e de buscar-lhe soluções adequadas" e para tanto, havia sido criado o STAN, que deverá "aplicar os seus resultados práticos no interesse das coletividades" (52) (grifos da autora).

"Resultados práticos" referem-se sobretudo ao apoio que o STAN deverá proporcionar à industrialização em grande escala de produtos alimentares. Através da Consultoria Técnica da Produção Agrícola e de Indústrias Alimentares, o STAN deverá se incumbir de:

"Orientar tecnicamente a produção agrícola e industrial de alimentos, de acordo com as necessidades da nutrição nacional:

- a) promovendo, dentro desse objetivo, os meios de seleção e de controle racional da produção agropecuária e desenvolvendo métodos racionais e de comercialização de alimentos;*
- b) prestando assistência técnica à indústria de alimentos através de seu laboratório de tecnologia alimentar, onde serão processados estudos experimentais sobre alimentação em escala laboratorial e semi-industrial" (53).*

Pela primeira vez, uma agência da política de alimentação se referia claramente à indústria de alimentos, iniciando assim a colaboração entre os nutrólogos e a indústria.

O esforço para "aperfeiçoar a indústria brasileira", ou seja, o desenvolvimento tecnológico no sentido de implementar novos métodos de conservar os alimentos, resulta na criação, em 1944, do Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA), "destinado a realizar estudos, trabalhos e pesquisas de caráter experimental no campo da ciência alimentar" (54).

Coimbra et al. assinalam a importância da criação do ITA para o desenvolvimento da Ciência da Nutrição no Brasil, considerando que o Instituto constituía "em eloqüente sinal da formação de um anel burocrático entre os nutrólogos e a indústria", pois, na realidade, "é esta que fornece um laboratório completo de pesquisas ao STAN que iria se

chamar Instituto de Tecnologia Alimentar", como se pode concluir da seguinte referência dos Arquivos Brasileiros de Nutrição:

"A 21 de março último (1944) teve lugar na sede do Serviço Técnico da Alimentação Nacional, sob a presidência do Ministro João Alberto, a assinatura solene de escritura de fundação do Instituto de Tecnologia Alimentar, instituição destinada a realizar estudos e pesquisas de caráter experimental no campo da ciência alimentar. Representa a iniciativa de um grupo de indústrias do ramo, que dessa forma, procuram colaborar com a Coordenação da Mobilização Econômica, no seu programa de ampliação das indústrias nacionais, nesse importante setor" (55) (grifos da autora).

Especificamente, o ITA deveria:

"Dar assistência técnica às indústrias de alimentação, promovendo a aplicação, no campo industrial, das modernas aquisições da ciência da nutrição" (56).

Isso significava que o Instituto pretendia realizar pesquisas sobre a desidratação e compressão de alimentos, o enriquecimento de produtos alimentares por vitaminização, a mineralização e irradiação e a preservação, conservação e acondicionamento de produtos alimentares, bem como sobre o "estudo e planejamento de novas fórmulas de alimentos (e seus) processos de fabricação" (57).

Os nutrólogos do grupo de Josué de Castro estão bem cientes da importância do ITA, como se depreende do seguinte comentário feito nos Arquivos:

"A criação do Instituto é um indício inegável do espírito de agregação, união e solidariedade das indústrias brasileiras que demonstram à sociedade o equilíbrio financeiro e humanístico em que geram seus múltiplos negócios (...) é assim uma pura expressão do patriotismo sadio, de nacionalismo sem retórica" (58).

Os eloqüentes elogios não são gratuitos. Os estudiosos da Nutrição sabiam que essa união traria bons frutos para eles e para a indústria. E os resultados começam a aparecer, como se verá a seguir.

Uma Campanha Nacional de Vitaminas é realizada pelo STAN visando implementar o desenvolvimento das indústrias nacionais na

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

produção de comprimidos de vitaminas e é instituída pelo Conselho Federal de Comércio Exterior uma Comissão "para estudar as bases de implantação da indústria de desidratação de produtos alimentares no Brasil".

A Campanha de Vitaminas prevê um plano para a distribuição de comprimidos de vitaminas a grupos da população sem esquecer o aspecto educativo: a distribuição deveria ser acompanhada de orientação técnico-científica, por intermédio dos meios de divulgação disponíveis, a fim de diminuir "a ignorância dos conhecimentos relativos à boa alimentação, uma das causas da sub e má nutrição do povo" (grifos da autora) (59).

Quanto à indústria de desidratação, a Comissão encarregada de estudar o problema, composta de representantes de várias instituições ligadas à educação, saúde, tecnologia, produção vegetal e animal e pesquisa biológica, encaminha ao Presidente Vargas um memorial sugerindo as medidas a serem tomadas (60).

Como assinala Josué de Castro, relator do memorial, tais medidas devem ser consideradas de dois pontos de vista:

(...) "Primeiro, como medida de emergência, para melhorar a angustiada situação do nosso abastecimento interno; segundo, como medida de previsão econômica, para tomar posição no mercado mundial de após-guerra, concorrendo com produtos industrializados desta categoria" (grifos da autora) (61).

Em suma, as atividades desenvolvidas pelo STAN dentro da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado para enfrentar as contingências da Segunda Guerra Mundial, voltaram-se sobretudo para a área de Tecnologia Alimentar, no sentido de implementar pesquisas e experimentos, criando novos métodos de conservação de alimentos, visando aumentar a produção interna de alimentos e também a de produtos químicos farmacêuticos.

Embora de curta duração — a Coordenação e seus órgãos internos foram extintos em 1945 — as atividades do STAN encontram-se, sem dúvida, integradas aos objetivos da política econômica vigente no período, no sentido de acelerar o processo de industrialização. Isso porque, "em face das tendências da industrialização, configuradas favoravelmente em dados momentos, o Estado desenvolve atividades destinadas a criar as condições de possibilidades do desenvolvimento" (62). A desorganização

do mercado mundial de produtos manufaturados com a Segunda Grande Guerra constituía esse momento favorável.

4.1 Os nutrólogos fundam a sua revista: os Arquivos Brasileiros de Nutrição

Outra direção das atividades de Castro no STAN orientou-se para o desenvolvimento de propostas relacionadas mais diretamente à educação alimentar, sempre pensada sob a premissa de que educar é transmitir conhecimentos. Dessa forma, o Serviço Técnico deverá:

“(...) realizar uma grande campanha educacional, visando difundir em todas as camadas sociais a importância, a significação e as bases fundamentais da fisiologia e da higiene da alimentação”,

educação que não deve visar apenas o povo, mas através da “educação técnica”, atingir as elites,

“(...) formadas de médicos, de químicos, de higienistas, de agrônomos, de tecnólogos alimentares, de educadores e de sociólogos, os quais possuindo um conhecimento mais amplo e mais profundo do assunto, irão constituir o estado maior deste exército empenhado a fundo na campanha do levantamento do standard de nutrição do povo brasileiro” (grifos da autora) (63).

Para o povo, o STAN organizava palestras radiofônicas realizadas como um Curso Popular de Alimentação (64) e para as “elites” destinou uma publicação específica, os Arquivos Brasileiros de Nutrição.

A proposta é que os **Arquivos** sejam produzidos por estudiosos brasileiros e estrangeiros. Para tanto, o STAN estabeleceu um convênio com a “Nutrition Foundation” de Nova York, mediante o qual foram concedidos os direitos de publicar, em português, nos **Arquivos**, os artigos da conceituada publicação daquela Fundação norte-americana – a “Nutrition Reviews” – nos quais são expostos com clareza e rigor científico os resultados dos mais expressivos trabalhos mundiais sobre a matéria. Assim, em maio de 1944, inicia-se a publicação dos **Arquivos**, com os objetivos de:

“contribuir com a difusão de conhecimentos seguros da ciência da nutrição para a formação deste corpo de nutricionistas,

especializados em quaisquer dos diferentes setores da matéria (...) e dar um conhecimento mais efetivo e mais amplo dos resultados dos trabalhos e dos estudos realizados no Brasil no campo da Nutrição" (65).

Através da existência dos **Arquivos**,

"planeja o Serviço Técnico da Alimentação Nacional realizar obra útil à cultura científica nacional e ao intercâmbio cultural das Américas" (66).

Os **Arquivos** cumpriram com êxito a missão para a qual foram criados. Editados durante 24 anos, de 1944 a 1968 (67), a leitura dos **Arquivos** nos permite conhecer o quadro geral do desenvolvimento da Ciência da Nutrição no País, bem como as medidas colocadas em prática pelos órgãos que foram sendo criados pelo Estado para cuidar da política social em alimentação, sendo fonte indispensável para o conhecimento da história da alimentação no Brasil, como saber e como prática.

Observando as seções nas quais se dividia a revista, ter-se-á uma idéia do âmbito abrangido pelos diversos assuntos tratados durante todo esse tempo, uma vez que a estruturação interna dos **Arquivos** manteve-se praticamente a mesma. O periódico abria-se com os "Grandes Vultos da Nutrologia" do qual constava foto e biografia resumida de personalidades de destaque no campo da Nutrição. A seguir, no "Editorial", a revista colocava sua posição frente aos planos e programas que estavam sendo executados pelo governo na área de Alimentação e Nutrição, ora concordando, ora discordando, sempre apresentando sugestões.

Embora haja certa coerência nas posições assumidas pelos editoriais no sentido de defender o desenvolvimento científico e técnico da Nutrição em bases nacionais e os planos governamentais em alimentação que privilegiassem o uso dos recursos nacionais, observam-se algumas mudanças a partir dos anos sessentas, quando os **Arquivos** assumem posições favoráveis em relação à campanha dos "Alimentos para a Paz", justificando a distribuição de leite em pó aos escolares (68). É que a doação desse leite era imprescindível para a continuidade da distribuição da merenda escolar.

Após o editorial, a seção de "Artigos Originais" publicava, na íntegra, relatos de pesquisas em Nutrição, desde inquéritos alimentares realizados com grupos da população até pesquisas de laboratório sobre fisiologia na Nutrição, qualidades nutritivas de certos alimentos etc. A

quarta seção dos Arquivos, "Recentes Aquisições da Nutrologia", compunha-se de resenhas de estudos apresentados simultaneamente na "Nutrition Reviews" americana. A seguir, a "Resenha Nacional de Nutrição" apresentava resumos de pesquisas em Alimentação e Nutrição realizadas no Brasil. Os resumos eram transcritos em português, inglês e espanhol. Na sexta seção, "Cursos e Conferências", havia notícias de cursos com seus respectivos currículos, bem como resumos de palestras e conferências proferidas em relação a temas de interesse da área.

A última seção, "Notas e Informações", abrangia vários assuntos, desde "Índices Sociais" sobre o custo da alimentação nas capitais brasileiras, até os decretos-leis relacionados com a implementação de medidas governamentais referentes a Alimentação. A partir de 1953, acrescentou-se a seção "Transcrições", constando de artigos, relatórios de conferências internacionais ou de atividades de alguma instituição ligada à área, já divulgados em outras publicações.

Os **Arquivos**, além de se prestarem à divulgação de conhecimentos da Ciência da Nutrição, de informações e discussões sobre as medidas governamentais em relação às políticas de alimentação, permitiram a Castro consolidar suas ligações externas, tanto acadêmicas quanto políticas, sobretudo quando se considera que a publicação da revista ultrapassa de muito tempo a existência do STAN.

Além do convênio com a Nutrition Foundation de New York, havia por parte de Castro atitudes visando fortalecer tais relações, como o fato de o "Grande Vulto da Nutrologia" homenageado no número de lançamento da revista não ter sido Escudero (69), como era de esperar, mas o Professor Henry Sherman, Chefe do Bureau de Nutrição Humana do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que pode ser considerado o STAN americano, "alguém com quem Castro tinha as melhores razões para se relacionar bem" (70).

Observa-se, portanto, que o STAN através do ITA e da publicação dos **Arquivos** cumpriu com bastante eficiência o papel para o qual fora criado na Coordenação da Mobilização Econômica, além de reforçar a presença de Castro e de seu grupo, sobretudo de Castro, no ambiente técnico-científico e no cenário político nacional, presença e influência que se estenderão para além das fronteiras brasileiras, como se verá.

Mas em 1945, com a saída do Ministro João Alberto, da Coordenação, Castro se demite do STAN, os **Arquivos** têm interrompida sua publicação e o ITA passa por grandes dificuldades para sobreviver "o

que sugere que o apoio da indústria não era tão grande quanto parecia, e o próprio Castro se recusa a aceitar os honorários devidos pela Diretoria Técnica do Instituto, que ele então assume" (71).

Entre os resultados da atuação do STAN e do ITA, destaca-se a Portaria nº 236 baixada pela Coordenação, em 12 de maio de 1944, obrigando a iodetação do sal de cozinha a ser comercializado "nas zonas onde grassa o bócio endêmico", além de recomendação semelhante em relação ao arroz, autorizando sua vitaminização, esta última não aprovada.

De acordo com Coimbra et al.:

"Em ambas, um traço idêntico: eram medidas de óbvia importância nutricional, de benefícios evidentes para a saúde, mas quem poderia assim enriquecer os alimentos era básica, ou exclusivamente, o segmento moderno da indústria. O namoro entre a Nutrição e a indústria já dava resultados" (72).

Apesar da curta duração do STAN, pois em 1945 o Serviço é extinto juntamente com a Coordenação da Mobilização Econômica, transformações importantes ocorreram, e elas dizem respeito, sobretudo, às possibilidades que começam a se apresentar para a Ciência da Nutrição, através de uma de suas modalidades de aplicação — a tecnologia alimentar. Na medida em que tal aproveitamento se dá justamente em relação à industrialização, atividade econômica que no momento é fundamental do ponto de vista da acumulação de capital, os estudiosos da Nutrição são ainda mais fortalecidos: em 1944, fundam a sua revista — Os Arquivos Brasileiros de Nutrição — e terão, a partir de 1946, o seu Instituto de Nutrição, criado sobre a estrutura do Instituto de Tecnologia Alimentar, como se verá no item seguinte.

Retomando o que havíamos colocado ao final da análise do SAPS, aumenta a convergência de interesses entre os intelectuais da Ciência da Nutrição e o Estado brasileiro. Se os intelectuais colaboram, realizando pesquisas de laboratório que resultam no desenvolvimento de uma tecnologia nacional aplicada aos processos de conservação dos alimentos, como a desidratação, ou à confecção de comprimidos de vitaminas, em contrapartida o Estado só pode continuar patrocinando os meios institucionais necessários ao aperfeiçoamento dos cientistas da Nutrição.

Ressalte-se, porém, tratar-se de uma relação até certo ponto dinâmica, o que permite aos intelectuais colocarem suas opiniões nos

editoriais dos **Arquivos** de forma independente. Ou seja, embora colocando seu saber e sua técnica a serviço do Estado, os cientistas da Nutrição, à época, mantêm um espaço próprio, mediante o qual podem-se manifestar. Assim, eles também falam por si mesmos, enquanto cientistas e não apenas enquanto funcionários do Estado. É importante percebermos este fato para compreendermos a diferença que se estabelecerá na década de 70, quando serão os tecnocratas que assumirão a direção da política social em alimentação.

5. A COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO: A POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO PASSA PARA O ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Extinto o Serviço Técnico da Alimentação Nacional, o Decreto-Lei nº 7.328 de fevereiro de 1945 cria, como órgão do Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) "destinada ao estudo de todos os assuntos que se prendem à alimentação da população". São objetivos da Comissão:

"Estudar e propor as normas da política nacional de alimentação. Estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, considerando o respectivo padrão de vida. Acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, propondo os auxílios que julgar necessários, ou convenientes. Trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira, estimulando e acompanhando as devidas campanhas educativas. Concorrer para o desenvolvimento da indústria de desidratação dos alimentos no Brasil, opinando sobre projetos e acompanhando a montagem de fábricas de desidratação, orientando o aproveitamento dos produtos desidratados, sobretudo pelos internatos, asilos, hotéis e cozinhas coletivas em geral, mantendo através de pesquisas e trabalhos o alto nível técnico da produção" (73).

O Decreto estabelece ainda que o presidente da CNA será o próprio diretor do Conselho Federal de Comércio Exterior, auxiliado por seis especialistas designados pelo Presidente da República.

O tipo de vinculação institucional, assim como as atribuições desse novo órgão, colocam-no, sem dúvida, na mesma direção do STAN.

Trata-se de dar um caráter mais permanente às atividades iniciadas pelo Serviço Técnico da Alimentação Nacional, quais sejam, a educação alimentar e a assistência à indústria nacional de alimentos, no tocante ao aperfeiçoamento de tecnologia também de base nacional.

Na verdade, o Conselho Federal de Comércio Exterior ao qual se vincula a CNA vinha, desde 1934, quando foi criado por Vargas, exercendo inúmeras atividades essenciais para o desenvolvimento do sistema econômico. Suas atribuições assumiram uma proporção tal ao nível de organização da atividade econômica, que pode ser considerado, segundo Ianni, o "primeiro órgão brasileiro de planejamento governamental" (74).

A criação da CNA assegurava as condições de sobrevivência para Castro e seu grupo na direção da política de alimentação. Com razão, afirmam Coimbra et al. que, pertencendo a Comissão ao Conselho Federal de Comércio Exterior, "com ela, os nutrólogos do grupo de Josué de Castro reforçaram suas ligações com o núcleo mais estratégico de articulação governo/empresas, ainda que em posição marginal, pois a Comissão nunca chegou a ser uma burocracia de grande poder" (75).

Isso porque a CNA teve, desde o início, seu funcionamento marcado por injunções políticas mais amplas do período que marca a queda de Vargas em 1945 e sua volta em 1951.

Instituída em fevereiro de 1945, a CNA só começa a funcionar em setembro do mesmo ano, ou seja, um mês antes da queda de Getúlio. Sua regulamentação ocorrerá seis anos depois, em 1951, e apenas em 1953, a Comissão apresentará o primeiro Plano Nacional de Alimentação.

Durante o governo Dutra (1946-1951) os problemas relacionados com a alimentação estavam englobados no Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte, Energia) (76).

A mensagem presidencial que introduz a parte específica do "Setor" denominado Alimentos é referida em editorial dos *Arquivos*, no qual os nutrólogos o apóiam. Os diversos problemas dessa área:

"(...) somente poderão ser resolvidos em conjunto e em coordenação com os empreendimentos compreendidos nos demais setores do mesmo plano, pois seria impraticável qualquer solução unilateral, uma vez que o aspecto agrônomo deve ser encarado em relação às atividades de ordem econômica, financeira, política, social e administrativa".

Após reafirmar que não basta só cuidar da produção, mas se deve melhorar a rede de transportes, assistir social e tecnicamente o trabalhador, sobretudo o rural, através de maiores facilidades de crédito, política de preços etc., esse editorial muito provavelmente escrito por Castro, conclui:

"O Plano SALTE procura pois, em síntese, estudar em conjunto, talvez pela vez primeira no Brasil, o problema alimentar em relação a outros problemas de que o mesmo depende para sua completa solução" (grifos da autora) (77).

O apoio dos nutrólogos ao Plano SALTE é compreensível. Consideravam-no como uma possibilidade de realizar um "estudo em conjunto" do problema alimentar no Brasil e, mais ainda, de possibilitar maior entrosamento entre os órgãos responsáveis pela política de alimentação, integração que vinha sendo reivindicada constantemente nos **Arquivos**.

Além disso, afastados do SAPS, extinto o Serviço Técnico da Alimentação, dirigindo uma Comissão que sequer havia sido regulamentada, Castro e seu grupo articulavam-se para manter-se presentes na discussão da política de alimentação desenvolvida ou proposta pelo Estado, sobretudo no momento em que seu principal parceiro político – Vargas – ausentara-se do poder.

O próprio Castro colaborou na redação do Plano SALTE no setor Assistência Alimentar. Neste item, foi possível destinar uma verba à CNA para o desenvolvimento de

"estudos e pesquisas (voltadas para) o conhecimento por-menorizado de nossos hábitos alimentares regionais, inclusive seus vícios, o conhecimento da composição de nossos produtos destinados à alimentação" (78).

ou seja, exatamente o que a CNA se proporá a assumir a partir de 1951.

5.1 O Instituto de Nutrição

Frente ao "compasso de espera" em relação à CNA e à falta de efetividade do Plano SALTE, Josué de Castro vai em busca de outros caminhos. Como nunca havia abandonado suas atividades acadêmicas na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, não foi difícil para

Castro fundar, nessa mesma Universidade, o Instituto de Nutrição, ao qual permaneceria ligado até os anos sessentas.

A criação do Instituto dá-se através da incorporação pela Universidade do Brasil do Instituto de Tecnologia Alimentar, doado pelas indústrias ao STAN.

Assim, o Decreto-Lei nº 8.648 de 16 de janeiro de 1946 estabelecia:

“1º – Fica a Universidade do Brasil autorizada a incorporar o Instituto de Tecnologia Alimentar, para o fim de constituir o Instituto de Nutrição.

2º – A incorporação se fará sem ônus de qualquer espécie para a Universidade do Brasil.

3º – O Governo Federal concorrerá para a manutenção do Instituto de Nutrição somente a partir de 1947” (79).

Como o Instituto começou a funcionar ainda em 1946, supõe-se que os recursos, nesse primeiro ano, tenham vindo das indústrias. Por que não prosseguir na experiência de união com os nutrólogos, interrompida com a extinção do STAN e do ITA? Dessa vez, o intento poderia alcançar resultados mais concretos e duradouros, uma vez que o novo instituto, pertencendo a uma instituição da Sociedade Civil — a Universidade — estava menos sujeito às injunções dos órgãos ligados diretamente ao Estado.

Para os nutrólogos do grupo de Castro, as vantagens da continuidade da união com a indústria logo se fariam sentir, pois obtiveram um local para dar continuidade à elaboração de suas pesquisas, como os **Arquivos**, criados para divulgar os resultados desses trabalhos, manter um intercâmbio entre os estudiosos da área e, sobretudo, constituir um espaço para discutir as questões ligadas à política de alimentação, voltando a circular em novembro de 1946, depois de um ano de interrupção. Ou seja, o principal veículo de divulgação dos nutrólogos prossegue seu caminho, coerente com os objetivos para os quais fora criado pelo STAN.

Castro, naturalmente colocado na direção do Instituto, apresentou um plano, aprovado pelo Conselho Universitário, que estabelecia para o Instituto, os seguintes objetivos:

“a) realizar investigações de natureza biológica e de natureza econômico-social acerca do problema da alimentação humana no nosso meio;

- b) realizar pesquisas e ensaios tecnológicos que conduzam à melhoria das condições de produção dos alimentos usuais;*
- c) formar técnicos especializados nos problemas de alimentação e nutrição;*
- d) difundir os conhecimentos de higiene alimentar através dos diferentes recursos educacionais" (80).*

Para cumprir esses objetivos, o Instituto se organizava em quatro seções: Pesquisas Biológicas, Pesquisas Sociais, Educação Alimentar e Patologia e Clínica. Os funcionários constituíam dois grupos: uns pertenciam ao Corpo Técnico e outros, ao Corpo Docente. Deste último faziam parte antigos funcionários do STAN, membros da Sociedade Brasileira de Alimentação e até alguns nutrólogos ligados ao SAPS (81).

O Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, "foi ao lado do SAPS, a outra grande escola da Nutrologia brasileira". Mais ainda, a instituição foi essencial para Josué de Castro, pois, "por não se vincular a nenhuma burocracia, pôde ele (Instituto de Nutrição) manter-se sempre à disposição das idas e vindas de Castro dentro do Estado, servindo de principal base institucional e de fonte de recrutamento e socialização para seu grupo" (82).

É importante para Castro essa base, uma vez que, de agora em diante, vai viver continuamente em missão no exterior e no País, além de ingressar na vida político-partidária, candidatando-se a deputado federal por Pernambuco, em 1950 (83). Embora tendo perdido a eleição nessa primeira tentativa, o fato foi importante para Castro se firmar no PTB, partido ao qual se manteria fiel até o fim de sua carreira e pelo qual se elegeria para a Câmara Federal por Pernambuco em 1954, tendo sido na ocasião o deputado mais votado do Nordeste, e se elegendo em 1958 (84).

5.2 A CNA é investida no papel de Comitê Nacional da FAO

Com a extinção do Conselho Federal de Comércio Exterior em 1949, a CNA passa a pertencer ao Ministério da Educação e Saúde, o que não muda o seu modo de funcionamento, como se verá adiante.

A regulamentação, há tanto esperada e reivindicada, só ocorre em 1951, com a volta de Vargas ao poder, através do Decreto nº 29.446 de 6 de abril de 1951, que "atribui funções à Comissão Nacional de

Alimentação" no sentido de transformá-la em Comitê Nacional da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), seguindo as recomendações desse organismo internacional para todos os países membros (85).

As formas de colaboração, aprovadas nas Conferências Latino-Americanas de Nutrição, de Montevideú, em 1948, e do Rio de Janeiro, em 1950, são as seguintes: realização de estudos conjuntos, divulgação dos assuntos de interesse das atividades da FAO, preparação de relatórios e informes e, finalmente, "o exame e o encaminhamento à FAO dos projetos de assistência técnica a serem executados no País, no campo da alimentação, com a colaboração da FAO" (86).

É importante lembrar que a Conferência de 1950, realizada no Rio de Janeiro, marca o início da carreira de Josué de Castro na FAO. Presidente da Conferência, Castro firmava sua presença nesse organismo internacional para o qual seria eleito e reeleito diretor de 1952 a 1956.

Uma das principais conclusões dessa reunião foi a recomendação de que os países latino-americanos estabelecessem "políticas e programas adequados de nutrição", cujos pontos indispensáveis deveriam ser: a extensão dos programas de nutrição às zonas rurais, a ampliação dos programas de alimentação do escolar e do trabalhador, a realização de inquéritos alimentares e de investigações laboratoriais, a avaliação do estado nutricional, o controle da análise química da composição de alimentos, o cuidado com a alimentação de gestantes, nutrízes e crianças, o desenvolvimento de programas de nutrição nos Departamentos de Saúde Pública, a educação do povo em matéria de nutrição e o preparo de pessoal especializado em Nutrição através da criação de Institutos e Departamentos de Nutrição (87).

Como se observa, tais recomendações não representam grandes novidades para os médicos-nutrólogos da CNA. De qualquer forma, passa a haver uma preocupação em elaborar o Primeiro Plano Nacional de Alimentação, o que realmente será feito.

O importante a salientar nesse conjunto de intenções da FAO é, sobretudo, o contexto político internacional dos anos cinqüentas, marcado pela divisão cada vez mais polarizada entre os países capitalistas e socialistas que caracteriza o período pós-II Guerra. As grandes potências capitalistas, lideradas pelos Estados Unidos, temendo a "sedução" que a propaganda socialista pudesse ter sobre os países pobres, procuram, através de organismos como a ONU, estabelecer programas de ajuda a eles.

Fundamentados na famosa doutrina do Ponto Quatro de Truman (88) e convencidos de que "na atual luta ideológica, os povos famintos têm mais receptividade para a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas" (89), os Estados Unidos iniciam, junto aos países pobres, sobretudo os da América Latina, os programas de assistência técnica à agricultura, de desenvolvimento de comunidade e de ajuda alimentar.

Os programas de ajuda alimentar estabelecidos através de alguns organismos da ONU, como a FAO e a UNICEF, prestam-se também ao escoamento dos excedentes de produção dos Estados Unidos e Canadá, países que haviam alcançado grande desenvolvimento agrícola a partir da chamada "Revolução Verde". Esses programas ganham maior expansão entre 1950 e 1960 e, em 1954, através da "Lei dos Alimentos para a Paz", os Estados Unidos passam a regulamentar essas "doações" (90).

No Brasil, essa distribuição de alimentos irá proporcionar a institucionalização, em março de 1955, da Campanha Nacional de Merenda Escolar, primeiro programa de ajuda alimentar que iria realmente "vingar" e que permanece até os dias de hoje.

O fato de a CNA haver se transformado em Comitê Nacional da FAO, embora, é provável, conferisse algum prestígio à Comissão, não alterou significativamente o seu funcionamento interno. É o que veremos a seguir.

O regulamento da CNA, através do Decreto nº 29.850 de 6 de agosto de 1951, mantém a Comissão como "órgão incumbido de assistir o governo na formulação da política nacional de alimentação, coordenando para este fim os vários órgãos da Administração Pública". Ampliam-se as atribuições e competências da Comissão, sem, no entanto, alterar substancialmente as atribuições colocadas no Decreto de sua criação.

A CNA deverá continuar (ou iniciar) estudos básicos para o estabelecimento de normas da política de alimentação nacional, "fixar tipos populares de rações alimentares", realizar campanhas nacionais de alimentação, articular os órgãos da administração pública que intervêm na política nacional de alimentação; realizar congressos, exposições e concursos, "destinados ao debate dos problemas alimentares e sua divulgação e à educação popular acerca das bases racionais da boa alimentação" (91).

Mantêm-se também as atribuições de apoio à indústria alimentar, no sentido de estudar as facilidades, entre as concessões de prioridades, subvenções e isenções fiscais, indicadas como indispensáveis para a implantação ou o desenvolvimento de indústrias alimentares, cujo

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

financiamento contenha um duplo interesse: "a melhoria das condições de alimentação das coletividades" e a promoção da "política nacional de alimentação" (92).

Como funcionaria internamente uma agência de tão amplas atribuições? Pelo Decreto de criação, o Diretor-Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior sugeriria ao Presidente da República o nome de seis especialistas "técnicos escolhidos nas repartições especializadas dos Ministérios da Educação, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Agricultura e dos Serviços Militares de Intendência" (93). Havendo necessidade, a Comissão poderia pedir ajuda aos diretores dos Serviços de Alimentação.

A regulamentação de 1951 previa a figura do Presidente, que deverá ser eleito em sessão plenária por maioria dos seus membros. O primeiro a ocupar o cargo é Josué de Castro. Quanto ao mais, presume-se ser a CNA composta exclusivamente por representantes dos vários Ministérios (94). Pelo Decreto nº 39.971 de 12 de outubro de 1956, o cargo do Presidente da CNA passa a depender de designação direta do Presidente da República (95).

Quanto ao funcionamento interno propriamente dito, seriam quinzenais as reuniões com os representantes dos Ministérios, enquanto um grupo de cerca de oito pessoas incumbia-se do trabalho cotidiano da Comissão. Metade desse grupo, segundo informam Coimbra et al., era constituída de "nutrólogos-militares", dos quais o mais importante era sem dúvida Walter Joaquim dos Santos, o principal colaborador de Castro até 1964. Formavam o restante do grupo um representante do Ministério do Trabalho, um engenheiro e uma pessoa encarregada da infra-estrutura. O oitavo seria Josué de Castro, sendo, contudo, difícil imaginar que tivesse tempo de ir todos os dias à CNA, em razão de seus múltiplos afazeres e viagens (96).

O tamanho do grupo responsável pela CNA leva a crer que a instituição não era tão importante como faziam supor as amplas atribuições contidas no decreto de regulamentação de 1951. Tal impressão é reforçada pela quantidade de verbas destinadas à CNA comparativamente às do SAPS, pois o Plano SALTE previa a dotação de cento e quinze milhões de cruzeiros à área de assistência alimentar, dos quais cem milhões seriam usados para a ampliação da rede de restaurantes do SAPS e quinze milhões visariam ao desenvolvimento de "estudos e pesquisas (voltados para) o conhecimento pormenorizado de nossos hábitos alimentares regionais, inclusive seus vícios, o conhecimento da composição de nossos

produtos destinados à alimentação (...)" (97), o que se imagina, seriam alocados na CNA.

O orçamento da Comissão feito em 1952 previu para o ano seguinte a verba de cinco milhões para todas as suas despesas (98), enquanto ao SAPS caberiam vinte milhões somente para "instalação de restaurantes populares e postos de abastecimento em cooperação com os governos estaduais" (99).

Tais verbas seriam utilizadas pela CNA para a elaboração em 1952 de um grande plano de trabalho: "**A Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil**", de cuja preparação participaram técnicos norte-americanos, que passam a assessorar a Comissão, sobretudo na realização dos inquéritos alimentares.

Na Conjuntura Alimentar, o discurso da Nutrição em sua fase de "aplicação social" aparece mais maduro e acabado, como se depreende da apresentação feita por Josué de Castro:

"É objetivo pois, desta publicação, não a propaganda precoce de iniciativas futuras ou de ilusões teóricas, mas a mobilização consciente do interesse coletivo para a solução de um dos problemas mais graves do País: o problema da subnutrição" (100).

5.3 O Plano Nacional de Alimentação

Os princípios fundamentais de orientação para esse Plano, segundo os nutrólogos da CNA são os de que:

"a subnutrição deve ser considerada o problema número um da Saúde Pública no Brasil" uma vez que "mais do que qualquer outro fator está contribuindo para um rápido desgaste dos recursos humanos do País". As principais causas da subnutrição generalizada são "o desenvolvimento econômico insuficiente do País e sua própria evolução", levando a que "o círculo vicioso forjado pelo binômio subnutrição e subprodução" seja "um dos mais sérios fatores a estrangular as aspirações e iniciativas de progresso e elevação do povo" (101).

Frente a essa análise e considerando que a reforma socioeconômica capaz de resolver convenientemente a crise alimentar não

constitui "tarefa de pronta execução", torna-se urgente "a execução de um plano para atender, com a presteza exigida pela gravidade da situação, às condições de saúde do povo brasileiro, plano este que deve ter como fundamento a luta contra a subnutrição" (102).

Enfatizando as relações entre subnutrição-saúde-produtividade postas num encadeamento de causa e efeito e reconhecendo que apenas a reforma socioeconômica é capaz de resolver o problema da desnutrição, mas considerando ser urgente fazer alguma coisa, o Plano estabelece os seguintes objetivos:

- 1º) *Atender com prioridade o problema da desnutrição infantil, através de programas de assistência e educação alimentar, inclusive um Programa Nacional de Merenda Escolar, bem como assistência alimentar aos demais grupos sensíveis, principalmente às gestantes e nutrízes.*
- 2º) *Desenvolver a assistência alimentar aos trabalhadores e aos estudantes, através da instalação e ampliação racional de cantinas e refeitórios populares.*
- 3º) *Promover, pela primeira vez no mundo, uma campanha em larga escala contra a anemia ancilostomótica através de métodos brasileiros de enriquecimento em ferro das dietas dos trabalhadores rurais.*
- 4º) *Estabelecer a iodetação do sal nas zonas bociogênicas, para o combate efetivo a esta carência, nos mesmos moldes já utilizados com sucesso em outros países.*
- 5º) *Combater as carências mais graves e nas zonas mais necessitadas, enriquecendo os alimentos básicos dessas regiões.*
- 6º) *Orientar a produção agrícola nacional, bem como a industrialização e distribuição dos alimentos, no sentido das reais necessidades do povo brasileiro.*

A importância de implementar tais medidas decorre de que:

"(...) estes problemas não podem ficar exclusivamente na dependência de interesses comerciais, visando o lucro, porquanto os alimentos se destinam a cobrir exigências biológicas, específicas e inadiáveis, que sintetizadas nos necessários nutritivos individuais, expressam em seu conjunto

as necessidades básicas de sobrevivência de toda a Nação" (103).

Esse Plano, apresentado na Terceira Conferência Latino-Americana de Nutrição, realizada em Caracas, Venezuela, é praticamente o primeiro a ser proposto, com a intenção de ser desenvolvido em todo o País, sendo possível considerá-lo um marco estratégico na trajetória da política social em alimentação e nutrição no Brasil. As experiências anteriores como o STAN e o SAPS, sobretudo este último que continuava em funcionamento, referiam-se à necessidade de melhorar a situação alimentar da população de maneira geral. O Plano Nacional de Alimentação é o primeiro a mencionar a necessidade de cuidar da desnutrição, problema "número um da Saúde Pública" que tem "suas raízes mergulhadas profundamente na estrutura econômica e social da Nação". Ao insistir na necessidade de cuidar da desnutrição e da subnutrição como problemas de saúde, passa-se a preocupar com o efeito (desnutrição) mais do que com a causa (fome).

A partir da ligação desnutrição-saúde, enfatiza-se a necessidade de privilegiar o grupo mais sensível aos efeitos da desnutrição — o materno-infantil. Menciona-se também o escolar e o trabalhador como grupos que devem ser cuidados.

A referência à relação entre "subnutrição e subprodução" não deixa de ser um "sinal dos tempos", quando se pensa na aproximação do governo Kubitschek, período durante o qual, mais do que nunca, o aumento da produtividade do trabalho era essencial. Senão, como o Brasil iria crescer "50 anos em 5", conforme almejava o Plano de Metas?

Na colocação dos binômios "desnutrição-saúde" e "subnutrição-subprodução" marcantes no discurso do primeiro Plano Nacional de Alimentação, elaborado de acordo com as recomendações da FAO e da OMS (104), encontram-se embrionariamente elementos característicos do discurso da alimentação que prevalecerá daí em diante. Sua elaboração mais acabada, no entanto, será fruto dos anos setentas.

Depois de procurar entender o discurso que justificava e apresentava o I Plano Nacional de Alimentação, analisam-se as ações efetivamente propostas e como os nutrólogos da CNA pensavam em executá-las.

O Plano compunha-se de duas etapas: a primeira, "fase preliminar", prevista para ser enunciada "nos primeiros dias de 1953", visando determinadas áreas e grupos da população em relação aos quais

serão "empregados e apurados os mais modernos métodos de melhoramento das condições de nutrição das coletividades".

A esta, seguir-se-ia uma "fase de ação geral", na qual os conhecimentos e experiências obtidos na etapa anterior seriam aplicados à população como um todo numa "Campanha Nacional de Alimentação". Sua execução dever-se-ia iniciar em 1954.

A Campanha teria quatro grandes projetos, cada um com várias atividades:

1. Plano de Assistência e Educação Alimentar à Infância e à Adolescência

a) *Inquérito sobre Desnutrição Infantil*

b) *Programa Nacional de Merenda Escolar*

• *Plano de Assistência e Educação Alimentar ao Escolar*

• *Projeto de criação de um Fundo Nacional de Merenda Escolar*

c) *Programa de Assistência Alimentar aos Estudantes de Cursos Secundários e Superior*

2. Planos Regionais de Política Alimentar

a) *Área Demonstrativa na Amazônia*

b) *Área Demonstrativa no Sertão do Nordeste*

c) *Área Demonstrativa na Baixada Fluminense*

d) *Área Demonstrativa no Planalto Central*

3. Planos de Tecnologia Alimentar

Centro de Pesquisas sobre Enriquecimento de Alimentos

4. Planos de Estudos

a) *Planos de estudos para a criação de novas indústrias alimentares e fomento à produção de alimentos de alto valor nutritivo.*

b) *Plano de estudos sobre Alimentação e Defesa Nacional "*
(105).

Como se observou, a CNA não dispunha nem de dinheiro, nem de recursos humanos para dar cumprimento a Plano tão ambicioso. O que conseguiu desenvolver foi com a ajuda de outras instituições, sobretudo a FAO e a OMS, que apoiaram a execução do Inquérito referido no primeiro

item do Plano, cujos resultados não são conhecidos, e dos Planos Regionais. Destes, o único que chegou a ser iniciado foi o da Amazônia, devido à ligação com o Plano de Valorização Econômica daquela região.

Na realidade, o único projeto realmente concretizado foi o **Programa Nacional de Merenda Escolar**, pois neste caso a CNA contou não com o apoio, mas com a participação efetiva da UNICEF, ou traduzindo para o nosso idioma, do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), que se instalara no Brasil em 1946.

Embora Castro e seu grupo da CNA tivessem planejado o Programa da Merenda e até executado algumas de suas primeiras tarefas, quando esse Plano é institucionalizado como Campanha em 1955, não é na CNA que vai se alojar, mas no Ministério da Educação e Cultura e irônica ou tristemente sob a direção de outras pessoas (106).

Sobre isso comentar-se-á ao final desta parte. Antes, convém colocar, resumidamente, como ficou a CNA depois desse insucesso.

5.4 O final melancólico da Comissão Nacional de Alimentação (CNA)

A partir de 1956, a CNA sofre algumas reformulações, segundo informa o **Boletim** que a Comissão passou a publicar nesse mesmo ano (107).

Amplia-se a participação dos ministérios, passando de cinco para oito (108), sendo o representante do Ministério da Viação e Obras Públicas — José Gayoso Neves — designado presidente da CNA em substituição a Josué de Castro. No entanto, dois médicos-nutrólogos do grupo de Castro permanecem na CNA: Walter Santos e Walter Silva, como representantes dos Ministérios da Educação e Cultura e da Saúde respectivamente. Walter Silva assume a direção da CNA em 1958 e, a partir daí, a direção da Comissão será exercida sempre pelo representante daquele Ministério, instituição que além de tudo, abrigava a CNA desde 1949. Quanto a Walter Santos, além de continuar na Comissão, teve atuação destacada na Campanha de Merenda Escolar que, apesar de dirigida por um funcionário do MEC, não podia prescindir da colaboração dos técnicos da CNA, que eram realmente os especialistas no assunto.

Na tentativa de continuar presentes no cenário político, os nutrólogos da CNA no editorial de seu primeiro **Boletim** manifestam certo otimismo em relação às promessas do Presidente Juscelino Kubitschek, ainda enquanto candidato, de empreender "grandes batalhas" em relação à alimentação.

Após elogiar a reestruturação do Conselho Coordenador de Abastecimento que objetiva:

"melhorar as condições alimentares do povo, possibilitando-lhe a aquisição de gêneros em melhores condições, por preços mais acessíveis, para a elevação de seus níveis nutricionais e, conseqüentemente, de sua capacidade de produção",

o editorialista comenta que pesquisas realizadas pela CNA e por outros órgãos nacionais e internacionais

"(...) revelam o agravamento constante de certas carências alimentares do nosso povo, contribuindo isso para o desgaste dos recursos humanos",

e conclui, reafirmando a função da CNA de assistir e orientar o governo em matéria alimentar no esforço para "melhorar os níveis nutricionais do povo" (109).

Mas os "tempos são outros". A euforia trazida pelas realizações econômicas possibilitou a generalização da crença de que "o desenvolvimento econômico terá como conseqüência a eliminação da pobreza" e "a elevação do padrão do povo" (110). O Plano de Metas do governo JK define que as melhorias na alimentação relacionam-se especificamente ao incremento da produção agropecuária (111).

Além desses aspectos de caráter mais geral, o apoio político a Castro e a seu grupo não podia ser o mesmo, desde que este último se tornara um parlamentar brilhante, mas de oposição, defendendo posições progressistas, inclusive, a favor da reforma agrária (112). Sabe-se também que para a eleição de seu primeiro mandato, em 1954, Castro contou com a "colaboração" do fato da distribuição da merenda escolar, ainda em caráter experimental, ter-se iniciado em Pernambuco e na Bahia, o que provocou uma cisão do grupo da CNA.

Sobre o fato, Coimbra et al. fazem o seguinte comentário:

"É quase certo que isso aconteceu mesmo... Se é verdade, porém, pelo menos de uma coisa estamos nós convencidos, de que foi sem dúvida a melhor eleição que a merenda já fez, de uma série onde pessoas bem menos notáveis também a usaram" (113).

Seja por esses aspectos, seja por outros que demandariam investigação bem mais detalhada, o certo é que a CNA não chegou a

assumir, a partir da década de 60, atuação mais destacada do que aquela tida inicialmente, que como se viu, já não foi muito grande.

Nos anos sessentas, as poucas informações sobre a CNA indicam uma ênfase na realização e publicação de vários tipos de pesquisas: inquéritos sobre hábitos e recursos alimentares, análise da indústria de alimentação no Brasil, alimentação e expansão demográfica, diagnóstico alimentar no Brasil etc. A partir de 1966 publicam-se os **Anais da Comissão Nacional de Alimentação**, contendo relatórios desses vários trabalhos e indicações das atividades que ainda eram desenvolvidas pela Comissão, entre as quais: cursos de Nutrição em Saúde Pública, em articulação com a Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS); divulgação de material didático; preparação do anteprojeto do Código Nacional de Alimentos etc. (114).

Assim, quando o Decreto de criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), de 1972, extinguiu a CNA, a Comissão, que viveu mais de propósitos de boas intenções e de planos que nunca saíram do papel do que de ações concretas, havia-se transformado, provavelmente, numa burocracia bastante esvaziada. Para isso deve ter contribuído também a cassação dos direitos políticos de Josué de Castro, em 1964. Mesmo afastado da direção da CNA, seu nome mantinha-se ligado ao grupo de nutrólogos que permaneceu na Comissão até o fim.

Se o papel da CNA na história da política de alimentação não tem o mesmo brilho daquele desempenhado pelo SAPS e pelo STAN, ele não é desprovido de significado, como se comentará no item seguinte, o último deste artigo.

5.5 O significado da CNA para a política de alimentação e nutrição

A Comissão Nacional de Alimentação, que existiu durante quase trinta anos (de 1945 a 1972), acabou por constituir certo elo de ligação entre a política de alimentação dos anos quarentas e a dos anos setentas. Mais do que um liame, representa uma mescla dos padrões de intervenção estatal utilizados num e noutro momento: a educação alimentar dos anos quarentas e a suplementação alimentar da década de setenta.

Na passagem de um para outro tipo de intervenção, de certa forma, se ganhou e se perdeu. Os ganhos dizem respeito à necessidade que os especialistas da Nutrição tiveram de descer do "sonho e da fantasia" de querer reformar a sociedade brasileira, através da alimentação, para o

planejamento de propostas possíveis de execução concreta, entre as quais o exemplo mais feliz é o Programa de Merenda Escolar. Esse Programa, o primeiro a utilizar sistematicamente a suplementação alimentar, só pôde concretizar-se com a ajuda de organismos internacionais (UNICEF, desde o início da década de 50, o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, a partir de 55 e os "Alimentos para a Paz" já na década de 60) porque se apresentava como um programa organizado, coerente e de grande importância social na medida em que atuava como proteção à futura mão-de-obra trabalhadora (115).

As perdas dizem respeito à fragmentação interna que começa a haver em relação à aplicação das políticas às camadas da população que apresentam carências alimentares. Ao privilegiar gestantes e nutrizas como população alvo para receber suplementação alimentar, está-se enfatizando uma condição biológica de vulnerabilidade que, na verdade, esconde uma situação que é vulnerável socialmente. Em outras palavras, não é toda gestante e toda nutriz que precisa receber suplementação, mas aquelas pertencentes às camadas socialmente mais desfavorecidas.

Embora a argumentação da necessidade da suplementação para os grupos "sensíveis" ou "vulneráveis" tenha tomado sua forma mais acabada no discurso e nas propostas da política de alimentação dos anos setentas, foi na CNA, a partir de 1956, que ela se iniciou.

Assim, entre os planos que a CNA se propôs a realizar a partir de 1956 encontra-se o **Programa de Assistência e Educação Alimentar às Gestantes e Nutrizas** que deverá realizar-se em conjunto com as demais atividades assistenciais do Departamento Nacional da Criança, da Legião Brasileira de Assistência e de outras entidades semelhantes, assumindo a Comissão o papel de orientação técnica e assistência econômica. A partir da confirmação, mediante inquéritos realizados pela CNA e outras instituições, das precárias condições de nutrição em que se encontram grande parte das gestantes e nutrizas do País, assume-se que:

"O desgaste orgânico ocasionado pela gravidez e pelo aleitamento em mulheres subnutridas é uma das sérias ameaças que pesam sobre o futuro da nacionalidade. A subnutrição, além de inferiorizar o organismo materno, repercute sobre o recém-nascido, sendo uma das causas das elevadas cifras de mortalidade infantil entre nós".

Diante desse fato:

"Às gestantes e nutrizes, devidamente selecionadas quanto a seu estado nutritivo e situação econômica, será fornecido um suplemento alimentar, constituído de alimentos de alto valor nutritivo e fácil digestão, aproveitando-se esta atividade para o desenvolvimento de um programa educacional no campo alimentar, especialmente destinado às beneficiadas" (116).

Por último, com a CNA inicia-se, ainda que de forma tímida, o padrão de organização burocrática que será assumida em toda sua plenitude na década de 70: os programas de alimentação e nutrição passam a depender, para sua execução, da ação conjunta de várias instituições, que por sua vez se emaranham numa grande complexidade de trâmites burocráticos, tornando muitas vezes tortuoso o caminho a ser percorrido para um recurso orçamentário transformar-se num benefício concreto, no caso, determinada quantidade de alimento a ser distribuída a também determinada parcela da população.

ABSTRACT

NUTRITION AND ALIMENTATION POLICIES IN BRAZIL FROM 1940 TO 1964

This paper analyses the political process to implement the National Politics of Nutritional Programmes, through Federal Government Agencies, in Brazil, from 1940 till 1964. It reports also the influence of a group of Doctors specialized in Nutrition on the establishment of these programmes.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Há informações indicando ter havido, por assim dizer, antecedentes da "política de alimentação" através de algumas medidas relacionadas com o abastecimento e a fiscalização da higiene alimentar desde a época da Colônia. Também o saber relacionado com a alimentação foi contemplado com teses apresentadas às Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de São Paulo desde a segunda metade do século XIX. Mas nada do que foi feito se assemelha, em termos de importância e oportunidade, ao ocorrido nos anos Quarentas. Ver a respeito: COIMBRA, M.; MEIRA, J. E. P. & STARLING, M. B. L. **Comer e aprender: uma história de alimentação escolar no Brasil.** Relatório do INAE/MEC. Belo Horizonte, 1982. 663p.

R. Nutr. PUCCAMP, Campinas, 1(2):87 - 138, jul./dez., 1988

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

CASTRO, A. M. **Nutrição e desenvolvimento: análise de uma política.** Rio de Janeiro, 1977. 269p. Tese (Livre-Docência) — Sociologia. Instituto de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde da UFRJ.

2. Josué de Castro nasceu em Recife, em 1908. Diplomou-se em medicina, no Rio, aos 21 anos e, ainda estudante, estagiou com Pedro Escudero, médico-nutrólogo argentino. Voltando à capital de Pernambuco, começou a desenvolver a "ciência da nutrição" e trabalhou na Diretoria de Saúde Pública do Estado. Ainda em Recife, inicia seus primeiros escritos escrevendo cenas da paisagem humana do Nordeste, a partir dos quais construiria vasta obra sobre a temática da alimentação, tendo sido, no Brasil, o primeiro a caracterizar a fome como **fenômeno social**. Seus interesses se voltaram também para as Ciências Humanas, sendo um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, em 1933. Dois anos depois, transfere-se para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, como professor de Antropologia Física. Em 1963, deixa o cargo de Deputado Federal do PTB, por Pernambuco, para ser embaixador brasileiro junto às Nações Unidas, em Genebra. Tendo seus direitos políticos cassados em 1964, não mais retorna ao Brasil, morrendo no exílio, na França, em 1973, aos 65 anos de idade. Sobre a biografia e a obra de Josué de Castro, ver:

TARANTO, G. **Società e sottosviluppo nell' opera di Josué de Castro.** Genève, Librarie Droz, 1978. 115p. (Quaderni Internazionali di Storia Economica e Sociale)

LINHARES, M. Y. L. Biografia. In: CASTRO, J. **Geografia da fome.** 10 ed. rev. Rio de Janeiro, Antares, 1982. p. 333-7.

L'ABBATE, S. Josué de Castro: a descoberta da fome como fenômeno social. In: _____ . **Fome e desnutrição: os descaminhos da política social.** São Paulo, USP, 1982. 204p. Dissertação (Mestrado) — Sociologia. Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP.
3. Algumas informações sobre o médico-nutrólogo Dante Costa revelam ter sido ele um dos fundadores, em 1945, da "Esquerda Democrática", base para o Partido Socialista Brasileiro. Teve papel destacado no Partido e, na convenção de 1949, apresentou o documento "Diretrizes de uma política alimentar". Outros nutrólogos como Rui Coutinho, Seabra Velloso e Nelson Chaves também pertenceram ao PSB. Ver:

COSTA, D. **O socialismo: conceito, raízes históricas, posição atual no Brasil.** 1954. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.250.
4. O mais destacado dos médicos-nutrólogos militares do grupo da Comissão Nacional de Alimentação, Walter Joaquim dos Santos, foi oficial-médico durante a guerra. Comparando o soldado brasileiro com o americano e observando as melhores condições de força e resistência deste último, interessou-se pela alimentação, responsável, segundo ele, pelas diferenças verificadas. De volta ao Brasil, aproximou-se de Castro, matriculando-se no Instituto de Nutrição, onde se formou em 1950, obtendo o primeiro lugar de sua turma de médicos-nutrólogos. Sempre trabalhou no grupo de Castro, mais orientado para os problemas de administração e planejamento. Todas as informações, algumas obtidas através de entrevista com o próprio Walter Santos, estão em:

COIMBRA, M. et al., op. cit., p.224-5 e 420.

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

5. Em relação a toda esta parte da constituição do saber da Nutrição, além da pesquisa feita pela autora nos Arquivos Brasileiros de Nutrição, constante de L'ABBATE, S. **Fome e desnutrição...**, p.2-94, ver também os trabalhos de CASTRO, A. M. e COIMBRA, M. et al., já citados.
6. Consolidação feita por Burnet e Aykroid, citados por COIMBRA, M. et al., op. cit., p.148.
7. O inquérito de Recife foi realizado em 1932 e publicado em 1935 em **Documentário do Nordeste**, juntamente com outros escritos de Josué de Castro. A autora consultou:
CASTRO, J. **Documentário do Nordeste**. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1968.
Quanto à legislação do salário-mínimo, ver:
BRASIL. Leis, Decretos etc. Decreto-Lei nº 2.162 de 1º de maio de 1940. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 5 maio 1969. Fixa o salário-mínimo e dá outras providências.
Em 30-4-1938, o Decreto-Lei nº 399 fixava a ração-tipo, para um indivíduo adulto cujo custo o salário-mínimo deveria cobrir, que é a seguinte: carne (6kg); leite (7,5ℓ) feijão (4,5kg); arroz (3,0kg); farinha de trigo (1,5kg); batata (6kg); tomate (9kg); pão (6kg); café, pó (0,6kg); banana (7,5dz.); açúcar (3,0kg); banha (0,7kg) e manteiga (0,7kg). Sobre o assunto, ver também:
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Salário-mínimo**. São Paulo, 1976. p.2-3. (Divulgação, 1/76)
8. PAULA SOUZA, G. H. et al. Inquérito sobre alimentação popular em um bairro de São Paulo. **R. Arq. mun.**, São Paulo, 2(17):121-81, 1935.
9. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.154. Nesta e nas páginas seguintes, há mais informações sobre a ação dos nutrólogos nesse período, bem como referência a trabalhos e pesquisas que foram sendo divulgados. Também na dissertação da autora, há uma parte "Estudos e pesquisas: a produção de conhecimentos em nutrição", não transcrita neste artigo. Ver:
L'ABBATE, S., op. cit., p.66-80.
10. CASTRO, A. M., op. cit., p.133.
11. Ver a respeito:
OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P. & GOMES, A. M. C. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 166p.
12. CASTRO, A. M., op. cit., p.194.
13. BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS). Portaria SCM nº 163, de 25 de outubro de 1939. **Resenha do SAPS**, Rio de Janeiro, 1945. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p. 176.
14. Ver nota 13.
15. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.178.
16. RESENHA DO SAPS. Rio de Janeiro, MTIC/SAPS, 1945. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.179.

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

17. CASTRO, A. M., op. cit., p.195-8.
18. CASTRO, A. M., op. cit., p.127.
19. CASTRO, A. M., op. cit., p.222.
20. RESENHA DO SAPS. Rio de Janeiro, MTIC/SAPS, 1945. p.11-2. Apud: COIMBRA, M. et al., p.183.
21. CASTRO, A. M., op. cit., p.216-7.
22. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.183.
23. RESENHA DO SAPS. Rio de Janeiro, MTIC/SAPS, 1945. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.179-80.
Deve-se observar que os restaurantes gregários e fiscalizados são referidos no Decreto-Lei nº 3.709, de 14 de outubro de 1941, apud CASTRO, A. M., op. cit., p.127-8.
24. CASTRO, A. M., op. cit., p. 128 e 121.
As informações sobre o número de postos são do:
BOLETIM DO SAPS. Rio de Janeiro, MTIC/SAPS, n. 15, jan. 1946.
25. RESENHA DO SAPS. Rio de Janeiro, MTIC/SAPS, 1945. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit. p.180-1.
26. CASTRO, A. M., op. cit., p.128.
27. SANTOS, W. J. O problema da educação alimentar no Brasil. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 8(5):400-1, 1951.
28. RESENHA DO SAPS. Rio de Janeiro, MTIC/SAPS, 1945. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.180-1.
29. Ver nota 28.
30. Ver nota 28.
31. BOLETIM DO SAPS. Rio de Janeiro, MTIC/SAPS, n. 15, jan. 1946. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.187.
32. Ver nota 31.
33. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.187-8.
34. PEREGRINO, H. Prestação de contas. **Cult. e Alim.**, Rio de Janeiro, 1(1):5, 1950. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.184.
35. Trechos do discurso de Balthazar de Oliveira publicados em:
CULTURA E ALIMENTAÇÃO. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1950. p.5 Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p. 188.
36. CASTRO, A. M., op. cit., p.130-1.
37. O PROGRAMA de alimento é segredo bem guardado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 out. 1972. p.9.
Trata-se de grande reportagem feita por ocasião da criação do IANAN.
38. CASTRO, A. M., op. cit., p.126-9.
39. IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1972. p.3-4.

40. COHN, A. **Previdência social e processo político no Brasil**. São Paulo, Ed. Moderna, 1980. p.174-5.
41. COHN, A., op. cit., p.177.
42. CASTRO, J.; BARBOSA, J. J. & SANTOS, W. Relatório do Brasil à Terceira Conferência Latino-Americana de Nutrição em 1953. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **10(1):9-43**, 1954.
43. MENSAGEM presidencial ao Congresso Nacional de 15-2-1954. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **10(1):90-101**, 1954.
44. Ver nota 7.
45. OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 4.ed. São Paulo, CEBRAP/Vozes, 1981. p.16.
46. Ver a respeito as análises do DIEESE, relacionando o custo da ração mínima com o salário-mínimo.
47. IANNI, O., op. cit., p.48-9.
48. SERVIÇO Técnico da Alimentação Nacional: organização e finalidades. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **1(1):75-6**, 1944.
49. COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA. **Serviço Técnico da Alimentação Nacional**. Rio de Janeiro, Gráfica Perfecta, 1943. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.48-9.
50. Ver nota 49.
51. CASTRO, J. O Serviço Técnico da Alimentação Nacional e os Arquivos Brasileiros de Nutrição. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **1(1):4**, 1944. (Editorial)
52. Ver nota 51.
53. COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA. **Serviço Técnico da Alimentação Nacional**. Rio de Janeiro, Gráfica Perfecta, 1943. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.203.
54. INSTITUTO de Tecnologia Alimentar. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **1(2):157**, 1944.
55. Ver nota 54.
56. INSTITUTO de Tecnologia Alimentar. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **1(2):157-8**, 1944.
57. CASTRO, A. M., op. cit., p.134-5.
58. Ver nota 54.
59. CAMPANHA Nacional de Vitaminas. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **1(2):84**, 1944. (Editorial)
60. COMISSÃO de Desidratação de Produtos Alimentares. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **1(2):161**, 1944.
61. CASTRO, J. A desidratação dos alimentos no Brasil. **Arq. bras. Nutr.**, **1(4):235**, 1944. (Editorial)

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

62. IANNI, O. **Estado e capitalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p.18.
63. Ver nota 51.
64. CURSO popular de alimentação pelo rádio do STAN. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 1(1):73, 1944.
Observe-se que essa distinção entre educação do povo e das elites ocorre em outras áreas de atuação do Estado Novo, conforme assinalam OLIVEIRA, L. L. et al., no trabalho citado.
65. CASTRO, J. O Serviço Técnico de Alimentação Nacional e os Arquivos Brasileiros de Nutrição. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 1(1):5-6, 1944. (Editorial)
66. Ver nota 65.
67. A publicação dos Arquivos Brasileiros de Nutrição, como órgão oficial do STAN, iniciou-se em maio de 1944, com uma periodicidade mensal, até agosto do mesmo ano, quando é interrompido. Retorna em novembro de 1946, como órgão oficial do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, uma vez que o STAN havia sido extinto em 1945. Continua sendo publicado mensalmente até dezembro de 1947 e de 1948 a 1951 passa a bimestral. Em 1952, não é publicado e, em 1953 e 1954 é trimestral. De 1955 a 1968 é semestral, sendo que nesse ano os dois números são publicados em um único volume de 275 páginas, nada constando a respeito da interrupção da publicação.
68. Os Arquivos foram dirigidos sempre pelo mesmo grupo: os especialistas do Instituto de Nutrição. Josué de Castro foi diretor da revista de 1944 a 1955, sendo substituído por Pedro Borges e depois por Hélio Vecchio A. Maurício, ambos do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. Josué de Castro assinava os primeiros editoriais, e seu nome sempre foi mencionado na revista, primeiro como Diretor-Responsável e depois como Diretor-Fundador.
69. Pedro Escudero, médico argentino homenageado no número 3 dos Arquivos, é considerado o precursor dos estudos de Nutrição na América Latina, devido às suas obras e ao Instituto Nacional de Nutrição de Buenos Aires, do qual era fundador e diretor. Exerceu considerável influência sobre a forma de pensar dos nutrólogos brasileiros, inclusive Josué de Castro, tendo prefaciado um dos primeiros trabalhos deste último. Ver a respeito:
CASTRO, J. **O problema da alimentação no Brasil**. Pref. Prof. Pedro Escudero. Rio de Janeiro, Comp. Ed. Nacional, 1932.
MAURÍCIO, H. V. **Evolução da Nutrição e do seu ensino no Brasil**. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.149.
70. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.206.
71. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.210.
72. Ver nota 71.
73. BRASIL. Leis, Decretos etc. Decreto-Lei nº 7.328 de 17 de fevereiro de 1945. Cria, no Conselho Federal do Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 8(4):353-5, 1951.

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

74. IANNI, O. **Estado e planejamento...**, op. cit., p.25.
75. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.212.
76. Primeiro exemplo de planejamento de grande alcance, o Plano SALTE é considerado pelos estudiosos como desordenado e fragmentado, que deve ser visto mais como um conjunto de proposições gerais, sem nenhuma força coercitiva. Ver e respeito:
LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 1975. p.30.
KOWARICK, L. **Estratégia do planejamento social no Brasil**. São Paulo, CEBRAP, s.d. p.31. (Cadernos CEBRAP, 2)
IANNI, O. **Estado e planejamento...**, op. cit., p.91.
77. O PLANO SALTE e o problema alimentar brasileiro. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 5(2):2-4, 1948. (Editorial)
78. CARNEIRO, J. **O Plano SALTE – Setor Saúde**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948. p.159-60. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.226.
79. INSTITUTO de Nutrição. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 2(1):72, 1946.
80. INSTITUTO de Nutrição. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 2(1):71-3, 1946.
81. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.217.
82. Ver nota 81.
83. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.220.
84. Ver:
COIMBRA, M. et al., op. cit., p. 366.
TARANTO, G., op. cit., p.11.
85. BRASIL. Leis, Decretos etc. Decreto nº 29.446 de 6 de abril de 1951. Atribui funções à Comissão Nacional de Alimentação. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 8(4):336, 1951.
86. Ver artigo 10 do Decreto nº 29.446, de 6 de abril de 1951.
87. Todas as informações estão no:
RELATÓRIO da Segunda Conferência Latino-Americana de Nutrição. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 7(3): 149-74, 1950.
88. TRUMAN, H. S. The point for Program. Apud: IANNI, O. **Estado e planejamento...**, op. cit., p.143-4.
89. MAUCK, W. Os programas bilaterais americanos de educação comunitária. Apud: AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1980. p.29-30.
90. GEORGE, S. **O mercado da fome**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p.184 e seguintes.
91. BRASIL. Leis, Decretos etc. Decreto nº 29.850 de 6 de agosto de 1951. Aprova o Regulamento da Comissão Nacional de Alimentação. Apud: CASTRO, A. M., op. cit., p.143-7.
92. Ver artigo 3º do Decreto nº 29.850 de 6 de agosto de 1951.
93. Ver nota 73.

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

94. Observe-se a composição da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) que consta no primeiro Boletim da CNA, de 1956, página 1: Membros da CNA: representantes dos Ministérios da Educação e Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio, Agricultura, Guerra, Relações Exteriores, Fazenda, Viação e Obras Públicas. Ver:
BOLETIM DA CNA. Rio de Janeiro, CNA, v.1, n. 1, 1956. p.1.
95. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.221.
96. Informações colhidas por Coimbra et al., com base em entrevistas realizadas com elementos desse grupo. Ver:
COIMBRA, M. et al., op. cit., p.224-5.
97. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.227.
98. Tal quantia era substancialmente maior que a de 1952, que havia sido de dois milhões de cruzeiros. Ver:
COIMBRA, M. et al., op. cit., p.227.
99. Ver nota 98.
100. CASTRO, J. Apresentação. In: COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO (CNA). **A conjuntura alimentar e o problema da nutrição no Brasil**: plano geral de trabalho – 1953-54. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1953. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.230.
101. CASTRO, J.; BARBOSA, J. J. & SANTOS, W. Relatório do Brasil à Terceira Conferência Latino-Americana de Nutrição – Caracas, 1953. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **10**(1):9-43, 1954.
102. Ver nota 101.
103. CASTRO, J.; BARBOSA, J. J. & SANTOS, W. Relatório do Brasil à Terceira Conferência Latino-Americana de Nutrição – Caracas, 1953. **Arq. bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, **10**(1):16-7, 1954.
104. A Organização Mundial da Saúde (OMS) vinha participando das Conferências Latino-Americanas de Nutrição.
105. CASTRO, J. Apresentação. In: COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO (CNA). **A conjuntura alimentar e o problema da nutrição no Brasil**: plano geral de trabalho – 1953-54. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1953. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.232.
106. COIMBRA, M. et al., op. cit., p.232-4.
107. O Boletim da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) é publicado de 1956 a 1966, com uma periodicidade bastante irregular (bimestral ou semestral); contém artigos sobre assuntos relacionados com estudos, pesquisas, planos e programas na área da alimentação, com maior ênfase àqueles desenvolvidos pela Comissão. Em 1967, é substituído pelos Anais da CNA.
108. São os seguintes os Ministérios: Saúde, Educação e Cultura, Fazenda, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas, Guerra e Relações Exteriores. Ver:
BOLETIM DA CNA. Rio de Janeiro, CNA, v. 1, n. 1, 1956. p.1.

AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO...
S. L'ABBATE

109. OS OBJETIVOS da Comissão Nacional de Alimentação. **Boletim da CNA**, Rio de Janeiro, 1(1):1, 1956. (Editorial)
110. CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.80.
111. BENEVIDES, M. V. M. **O governo Kubitschek**. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p.210.
112. Josué de Castro foi eleito, em 1954, deputado federal por Pernambuco, com 14.076 votos, pela coligação PTB/PSD e pequenos partidos denominada "Movimento Popular Autonomista" e reeleito em 1958, com 36.656 votos, por uma coligação de que faziam parte PTB, UDN, PSP e PTN, denominada "Oposições Unidas de Pernambuco". Sobre o assunto ver:
BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições federais e estaduais realizadas em 1945 e 1955. In: _____. **Dados estatísticos**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, s.d. v.3, parte 2. p.85. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.366.
BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições federais e estaduais realizadas em 1958 e em confronto com as anteriores. Referendo 6.163. In: _____. **Dados estatísticos**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1966. v.4. p.140. Apud: COIMBRA, M. et al., op. cit., p.366.
113. Ver nota 112.
114. BRASIL. Ministério da Saúde. **Anais da Comissão Nacional de Alimentação**. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 1967. v.1.
115. Algumas poucas informações desse Programa são referidas aqui, no sentido de mostrar sua colocação e importância para o tema da alimentação. O trabalho de Marcos Coimbra, João Francisco Meira e Mônica Barros Starling "Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil", tantas vezes referido neste artigo, constitui exaustiva e excelente análise sobre o assunto.
116. A COMISSÃO Nacional de Alimentação em 1956. **Boletim da CNA**, Rio de Janeiro, 1(1):2-7, 1956.

SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS NUTRICIONISTAS EGRESSOS DA PUCCAMP

I. ÁREAS DE ATUAÇÃO, ESTABILIDADE, ABANDONO DA PROFISSÃO, DESEMPREGO¹

Maria Cristina Faber BOOG²
Kátia Regina Martini RODRIGUES²
Sônia Maria Ferreira da SILVA²

RESUMO

O estudo refere-se à situação profissional de uma amostra dos nutricionistas egressos da PUCCAMP, nos anos de 1982 a 1986. Foram levantadas as áreas de atuação, a rotatividade e estabilidade profissional, as causas de abandono da profissão e o índice de desemprego.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação dos cursos de graduação constitui necessidade premente para a organização dos Projetos Pedagógicos a eles pertencentes, razão pela qual a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Nutrição da PUCCAMP tem como uma de suas metas a avaliação do respectivo curso, de cujos resultados devem partir propostas para sua reformulação. Segundo HOFF & CAMARGO (3), faz-se mister "conhecer o avanço dos cursos frente às exigências curriculares e o exercício das profissões, sobretudo quanto à inserção no mercado de trabalho, e que remetam diretamente ao desafio colocado pela PUCCAMP no seu Projeto

(1) Pesquisa realizada com verbas obtidas através do Projeto Nova Universidade, do Ministério da Educação, com assessoria de Cristina Bruzzo, mestranda da Faculdade de Educação da UNICAMP.

(2) Docente do Curso de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), contratada em regime de Carreira Docente.

Pedagógico, de identificar as situações concretas e, ao mesmo tempo, provocar propostas que venham atender à melhoria do ensino de graduação”.

Assim, o conhecimento da situação profissional dos nutricionistas egressos visa à obtenção de subsídios para a reflexão sobre o profissional que a PUCCAMP formou de 1982 a 1986 e à seleção de novos caminhos e estratégias para o aprimoramento dessa formação, visando aproximá-la do perfil profissional desejado, conforme descrito em BOOG et al. (1).

O levantamento da situação profissional dos nutricionistas egressos da PUCCAMP foi desenvolvido em etapas, cada uma com objetivos específicos distintos. O presente documento relata os resultados da primeira etapa, que consistiu em entrevistas telefônicas com os ex-alunos, mediante as quais procurou-se atingir os seguintes objetivos:

- a) verificar as áreas que estão absorvendo maior número de profissionais;
- b) verificar a rotatividade e a estabilidade profissional;
- c) conhecer as causas de abandono da profissão;
- d) levantar o índice de desemprego.

2. MATERIAL E MÉTODO

O estudo foi iniciado pela obtenção dos endereços dos egressos, ocorrendo aí sérias dificuldades, pois os arquivos da PUCCAMP não contêm os endereços dos formandos dos vários anos, mas apenas dos alunos matriculados na última série, em cada ano, o que não significa que efetivamente tenham-se formado nesse ano.

Pretendia-se, numa primeira etapa, trabalhar com o universo de formandos, contactando-os por telefone. Isso foi feito com a turma de 1983, pois a lista de endereços dessa turma foi a primeira a ser obtida. Verificou-se, contudo, que o custo dos telefonemas superaria o orçamento previsto, pois para conseguir contactar cada egresso, necessitava-se realizar cerca de quatro chamadas, interurbanas em sua maioria. Após a formatura, muitos mudam de domicílio, casam-se, mudam de sobrenome, o que dificulta sobremaneira a localização. Foi preciso contactar primeiramente os pais e colegas de turma, para conseguir o telefone e endereço atuais. Alguns endereços foram obtidos através do Conselho Regional de

Nutricionistas – 3ª região, que cobre os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Em vista disto, para as turmas subseqüentes, sorteou-se uma amostra de 20% de egressos de cada uma. Os resultados apresentados no presente documento referem-se, portanto, a uma amostra de 20% dos nutricionistas formados em 1982, 1984, 1985 e 1986 e ao total daqueles formados em 1983.

Para realizar as ligações telefônicas, contratou-se o serviço de monitores, que as realizaram de uma agência da TELESP, uma vez que os recursos financeiros para o trabalho vinham do Projeto Nova Universidade e não da PUCCAMP, o que impossibilitava que as ligações fossem feitas da própria Universidade.

O levantamento da situação profissional dos egressos do Curso de Nutrição da PUCCAMP prevê ainda a realização de outros dois estudos: levantamento pormenorizado do histórico da vida profissional, através de formulários enviados pelo correio aos egressos domiciliados fora do município de Campinas e, de questionários e entrevistas gravadas, junto àqueles residentes no município. Os resultados dessas duas etapas serão publicados posteriormente.

Os resultados que se seguem foram obtidos exclusivamente por contacto telefônico na residência ou no local de trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre o total da listagem de 1983 e as amostras obtidas por sorteio referentes aos egressos dos demais anos, trabalhou-se com uma população de 119 nutricionistas (Tabela 1)

Tabela 1. Distribuição da população estudada segundo os anos de formatura e a situação profissional (PUCCAMP, egressos de Nutrição, 1982-1986)

Ano	Total de formandos	Total Pesquisado		Localizados						Não Localizados	
				Exercem		Não exercem		Desempregados			
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1982	63	14	22,2	7	50,0	4	28,6	0	0,0	3	21,4
1983	66	66	100,0	43	65,1	11	16,7	1	1,5	11	16,7
1984	57	12	21,0	7	58,4	4	33,3	0	0,0	1	8,3
1985	69	15	21,7	13	86,7	0	0,0	0	0,0	2	13,3
1986	57	12	21,0	10	83,4	0	0,0	1	8,3	1	8,3
Total	312	119		80		19		2		18	

A porcentagem da amostra variou no ano de 1982 em relação a 1984, 1985 e 1986 devido a problemas relacionados com a listagem de ex-alunos.

No decorrer do estudo, as informações foram corrigidas e o remanejamento de nomes de um ano para outro fez elevar um pouco a amostra de 1982.

Do total de 119 egressos procurados, 68,9% exercem a profissão, 16,0% não a exercem e 15,1% não foram localizados (Figura 1).

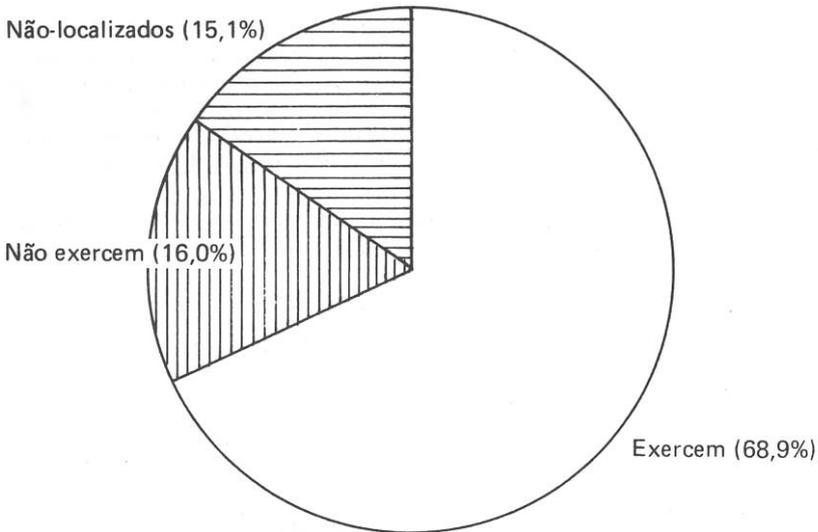


Figura 1. Distribuição dos nutricionistas, segundo sua situação profissional (PUCCAMP, egressos de Nutrição, 1982-1986)

A porcentagem de não-localizados variou de 8,3 a 21,4%. É provável que a maioria dos não-localizados não exerçam a profissão, uma vez que não estão inscritos no Conselho Regional de Nutricionistas – 3ª região. Outras possibilidades seriam: estarem exercendo a profissão em outras regiões do País ou terem alterado totalmente o sobrenome, o que dificultou a identificação.

Observando-se as porcentagens dos que exercem a profissão nos vários anos, verifica-se uma tendência ao abandono. É fato conhecido pela categoria que a falta de oportunidades de promoções faz com que os salários não progridam. Isso pode explicar um possível abandono gradual da profissão de nutricionista.

3.1 Resultados relativos aos que exercem a profissão

Há um consenso de que as principais áreas do mercado de trabalho que absorvem o profissional nutricionista são os serviços de alimentação institucional, os hospitais e os órgãos da rede de Saúde Pública.

Para o presente estudo, além dessas três, acrescentou-se a área de ensino e separou-se a área de hospital em produção, dietoterapia e produção + dietoterapia, com o intuito de detalhar o trabalho nesse campo, uma vez que há situações em que o nutricionista permanece apenas na produção, sem contacto com os pacientes. Essa situação, contudo, não ocorreu na população estudada.

A maioria (55,0%) dos egressos que exercem a profissão o fazem em serviços de alimentação institucional. Esse resultado reflete a oferta do mercado de trabalho que nessa área é maior e remunera melhor.

Em seguida, vem o hospital (18,8%), outras (13,7%), Saúde Pública, englobando serviços de merenda escolar (6,3%), e ensino (5,0%) (Figura 2).

Embora encontrados poucos casos de profissionais com mais de um emprego, para fins de organização do trabalho, considerou-se, na análise que se segue, as informações referentes ao emprego principal. Isso fez com que aparecesse um caso excepcional, referido na figura como "não se aplica" (n.s.a.): a entrevistada exerce a profissão de nutricionista, porém o principal emprego é em outra área.

MODESTO (4), num estudo sobre o mercado de trabalho do nutricionista graduado na Grande São Paulo, nos anos de 1978 e 1979, encontrou os seguintes resultados: hospital (42,3%); indústria (40,8%); ensino (11,3%) e Saúde Pública (5,6%).

Há que se ressaltar, nos resultados obtidos no presente trabalho, o surgimento de novos campos de atuação indicados pela expressiva

porcentagem de 13,7%, mais que o dobro daquela dos empregados na área de Saúde Pública. O baixo número de profissionais nessa área deve constituir objeto de profunda reflexão para os docentes e para a categoria profissional. Os nutricionistas estão se afastando do campo da Saúde Pública? Por que motivos não houve evolução nessa situação, como se observa, comparando os percentuais obtidos nesse campo, com aqueles verificados por MODESTO (4) há dez anos? Seria esta uma situação resultante unicamente das más condições de trabalho e de remuneração nos órgãos públicos? Até que ponto contribui para ela a indefinição das funções do nutricionista nessa área? Até que ponto os estágios em Saúde Pública oferecidos pela Faculdade contribuem para incentivar ou afastar os futuros profissionais desse campo de trabalho? De acordo com FELICIELLO (2), "a própria política de saúde que privilegia as ações médicas em detrimento de ações multiprofissionais" explica, em parte, a ausência desse profissional do setor Saúde nas próprias agências de Saúde.

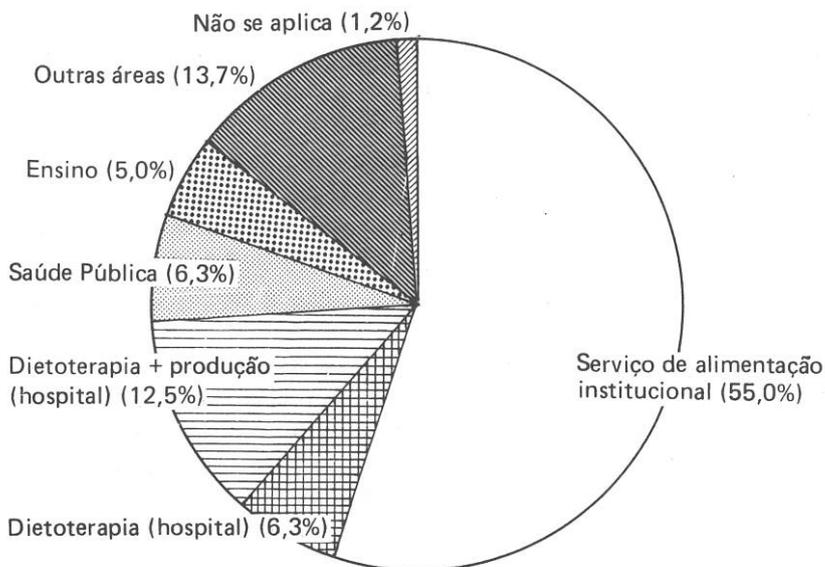


Figura 2. Distribuição dos nutricionistas por área de atuação (PUCAMP, egressos de Nutrição, 1982-1986)

SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS NUTRICIONISTAS...

M. C. F. BOOG et al.

Esforços devem ser envidados no sentido de aproximar mais o profissional nutricionista dos serviços de Saúde Pública, onde se encontram as camadas mais necessitadas da população brasileira.

O ensino foi pouco contemplado nos resultados: esta não é uma área que absorve expressivo contingente de nutricionistas, uma vez que somente cursos de formação de técnicos em alimentação, os quais não são tão numerosos, empregam nutricionistas como professores, além, é claro, dos próprios cursos de graduação em Nutrição (Figuras 3 e 4).

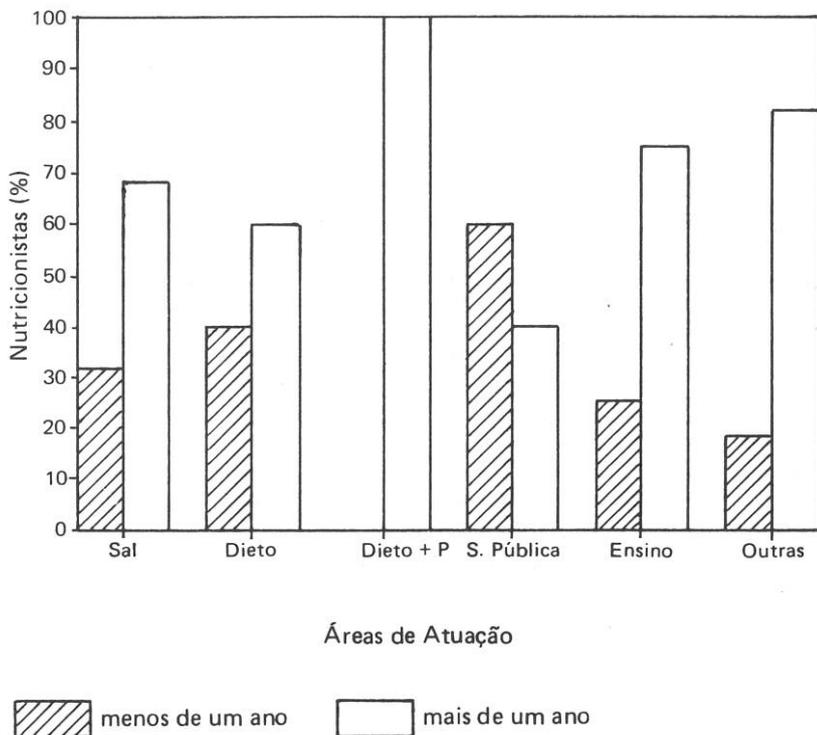


Figura 3. Tempo no emprego principal dos nutricionistas que exercem a profissão, por área de atuação: serviço de alimentação institucional, dietoterapia, dietoterapia mais produção; Saúde Pública, ensino, outras (PUCCAMP, egressos de Nutrição, 1982-1986)

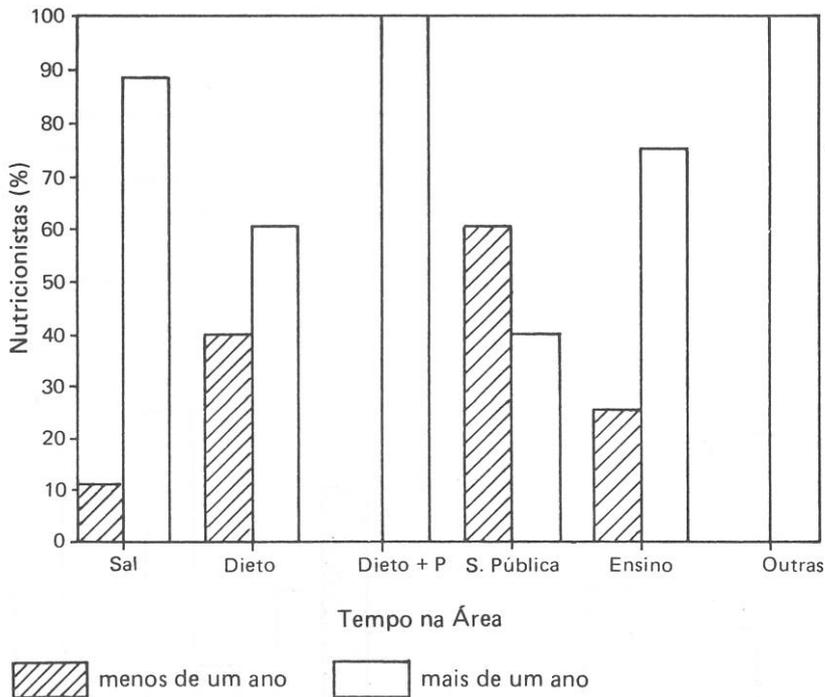


Figura 4. Tempo na área do emprego principal (em serviço de alimentação institucional, dietoterapia, dietoterapia mais produção, Saúde Pública, ensino, outras) dos nutricionistas que exercem a profissão (PUCCAMP, egressos de Nutrição, 1982-1986)

Entre os nutricionistas que trabalham em outras áreas, a maioria exerce atividades de orientação nutricional em clínicas ou consultórios (7,5%), seguidas de hotéis e SPA (clínicas de estética) (2,5%), realizam estudos de pós-graduação (2,5%) ou trabalham em vendas (1,3%).

Os resultados relativos ao número de empregos atuais indicam que 92,5% do total de nutricionistas que exercem a profissão têm apenas um emprego.

Inquiridos acerca do tempo em que estão no emprego e na área, 27,8% estão no emprego principal há menos de um ano e 72,2% há

mais de um ano. A mesma pergunta feita em relação à área trouxe um resultado de 14,1 e 85,9% respectivamente.

Esses resultados sugerem certa estabilidade. É interessante observar que apenas na área hospitalar (dietoterapia + produção) não há ninguém trabalhando há menos de um ano, não se encontrando explicação para o fato.

Essa estabilidade é também sugerida pelo baixo número de empregos anteriores. A maioria (68,8%) teve, no máximo, um emprego antes do atual; 27,5% tiveram dois; 2,5% tiveram três e apenas 1,2%, isto é, um único indivíduo, formado em 1982, teve quatro empregos (Figura 5).

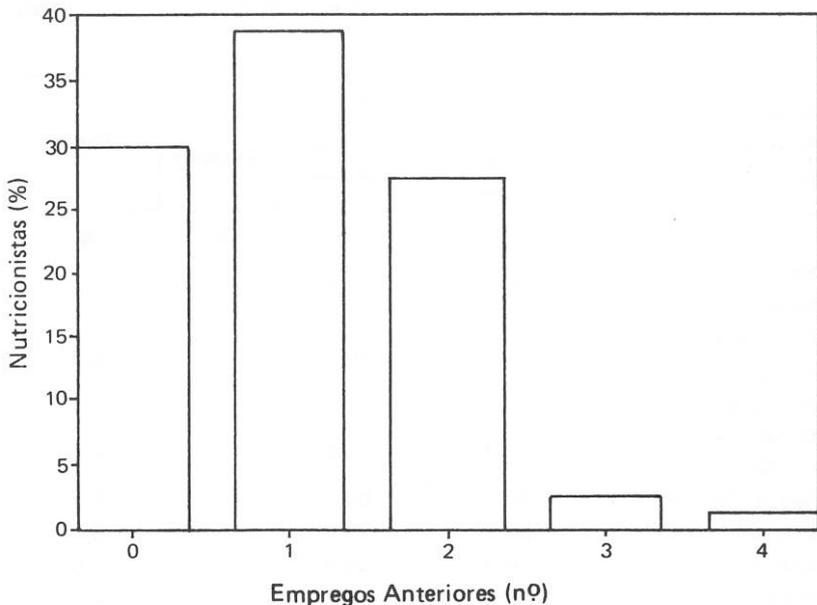


Figura 5. Distribuição dos nutricionistas segundo o número de empregos anteriores (PUCCAMP, egressos de Nutrição, 1982-1986)

Entre os que exercem a profissão, 60% o fazem em Campinas e em São Paulo ou outras capitais, 38,8% em cidades de menor porte e 1,2%, ou seja, um único elemento encontra-se no exterior realizando estudos de pós-graduação. Analisando a área de emprego em função do local, observa-se que para as áreas de serviço de alimentação institucional e outras, a maioria dos profissionais estão nos grandes centros (Campinas, São Paulo e outras capitais), pois as empresas que mantêm tais serviços estão em sua maioria aí localizadas. Também outros serviços, como clínicas de estética, por exemplo, surgem inicialmente em áreas metropolitanas, daí a concentração maior de profissionais desses serviços nessas regiões. Nas áreas de hospital e Saúde Pública, a distribuição é muito próxima para os grandes centros e outras cidades e, para a área de ensino a concentração maior de profissionais é nas outras cidades (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição da população estudada segundo o local e a área do emprego principal (PUCCAMP, egressos de Nutrição, 1982-1986)

Área do emprego principal	Local			Total
	Campinas São Paulo outras capitais	Outras cidades	Exterior	
	%	%	%	%
Serviço de alimentação institucional	68,2	31,8	—	55,0
Dietoterapia (hospital)	60,0	40,0	—	6,3
Produção(hospital)	—	—	—	—
Dietoterapia + produção (hospital)	50,0	50,0	—	12,5
Saúde Pública	40,0	60,0	—	6,2
Ensino	25,0	75,0	—	5,0
Outra n.s.a ¹	54,5	36,4	9,1	13,8
	100,0	—	—	1,2
Total dos que exercem	60,0	38,8	1,2	100,0

(1) Não se aplica.

Com relação ao tempo de exercício profissional, 85% dos que exercem a citada profissão informaram que o fazem desde a conclusão do curso. Períodos de até seis meses após a formatura foram englobados na categoria "desde que se formou", pois considerou-se que esse tempo constitui uma espera normal para obter emprego em períodos de recessão econômica, como é o caso do País, atualmente.

3.1.1 Desemprego

O índice de desemprego encontrado foi 2,4%, calculado sobre o total dos que exercem a profissão. Foram considerados desempregados aqueles profissionais que até há pouco tempo estavam empregados, saíram do emprego e estão procurando outro (Figura 6).



Figura 6. Porcentagem de desempregados entre os nutricionistas que exercem a profissão (PUCCAMP, egressos de Nutrição, 1982-1986)

3.2 Resultados relativos aos que não exercem a profissão

Dos 16,0% de egressos que não exercem a profissão, pouco mais da metade (52,6%) a abandonaram após alguma experiência e os demais (47,4%) nunca a exerceram.

Entre os que a abandonaram, num total de dez casos, sete mencionam tê-lo feito por motivo de gravidez e filhos pequenos que requeriam sua presença em casa. Entretanto, há que se considerar, nesta afirmativa, como chegaram a colocar algumas entrevistadas, a relação despesas domésticas x salários. Às vezes, a mulher abandona o emprego, não porque não goste dele, mas porque o baixo salário não compensa financeiramente frente às despesas domésticas decorrentes de pagamento de instituições ou pessoas que cuidem dos filhos pequenos. Os outros entrevistados alegaram "falta de campo", "muito desgaste", "falta de oportunidade para fazer pesquisa". Entre estes dez apenas um optou por outra alternativa profissional, em razão de não ter gostado da profissão.

Entre os que nunca a exerceram, num total de nove casos, cinco exercem outras atividades, duas engravidaram logo após a formatura e dois não gostaram da profissão escolhida.

4. CONCLUSÕES

a) A área que vem absorvendo maior número de profissionais é a área de serviços de alimentação institucional.

b) O hospital aparece como segundo campo de trabalho, sendo que os profissionais aí empregados fazem dietoterapia junto com produção, ou isoladamente.

c) A orientação nutricional em clínica e consultório surge em terceiro lugar como nova opção de trabalho, antes mesmo da Saúde Pública.

d) Observa-se boa estabilidade nos empregos.

e) A grande maioria dos egressos teve apenas um emprego.

f) O percentual de egressos que não exercem a profissão é 16,0%. A principal causa alegada para o abandono é casamento e gravidez.

g) O índice de desemprego entre os egressos é baixo: 2,4%.

5. RECOMENDAÇÕES

a) Outras universidades e cursos devem realizar estudos semelhantes, a fim de se poder comparar os resultados.

b) Docentes, entidades representativas da categoria, profissionais em geral, mormente aqueles que exercem suas atividades no campo da Saúde Pública, devem refletir acerca da ausência do nutricionista nesse campo, procurando causas explicativas para o fato e estratégias para reverter a situação.

c) A PUCCAMP deve buscar, através dos seus serviços de Saúde, maior integração entre serviços e atividades universitárias (docência, pesquisa e extensão), principalmente em setores como a Nutrição, que não têm tradição de atuação organizada nesses serviços.

d) O incremento do número de profissionais que exercem atividades em clínicas ou consultórios deve ser objeto de consideração por parte dos docentes, principalmente daqueles que ministram Nutrição e Dietética, Dietoterapia e Educação Nutricional, disciplinas mais afins à atividade em questão.

e) O acompanhamento profissional dos seus egressos, para ser viabilizado, mostra que a Universidade precisa contar com um arquivo atualizado de endereços, no momento da formatura.

f) A tendência ao abandono, após alguns anos de exercício profissional, deve ser objeto de pesquisas posteriores.

ABSTRACT

PROFESSIONAL SITUATION OF THE DIETITIANS GRADUATED AT PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUCCAMP), IN CAMPINAS (SP). PART I

This study reports the professional situation of a sample of Dietitians who received their degrees at PUCCAMP from 1982 to 1986. Fields of activity, turnover, job stability, reasons for abandonment of the profession, unemployment levels were investigated.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOOG, M. C. F. et al. Reestruturação do Projeto Pedagógico: Curso de Nutrição da PUCAMP. **R. Nutr. PUCAMP**, Campinas, 1(1): 7-23, 1988.
2. FELICIELLO, D. **A relação da PUCAMP com as instituições públicas de saúde**. Campinas, PUCAMP, 1988. 8p. (Mimeografado)
3. HOFF, M. S. & CAMARGO, A.L.C. **Avaliação do ensino de graduação: a perspectiva de egressos de cursos da PUCAMP**. Campinas, PUCAMP, 1988. (Mimeografado)
4. MODESTO, N.A. **O nutricionista recém-formado na Grande São Paulo e o mercado de trabalho**. São Paulo, FSP/USP, 1980. Dissertação (Mestrado).

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE, NO GRUPO DE GESTANTES DE SETE MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, BRASIL

Maria Lucia Rosa STEFANINI¹
Doris Lucia Martini LEI¹
Barbara Regina LERNER¹
Sandra Pinheiro CHAVES¹
Lenise MONDINI²

RESUMO

Estudo realizado em sete municípios do Estado de São Paulo, que contavam com o Programa de Nutrição em Saúde (PNS) do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), procurou medir o efeito da suplementação alimentar, fornecida ao grupo de gestantes sobre o peso de nascimento de seus filhos. Compuseram o estudo 1.281 gestantes. A incidência de baixo peso de nascimento (≤ 2.500 g) nos filhos dessas gestantes foi de 7,3%. Considerando os pesos de nascimento dos filhos de gestantes com altura menor que 150cm, o baixo peso ocorreu em 9,4%. Já para as crianças de mães com idade inferior a 20 anos a ocorrência de baixo peso foi de 10,6%. As gestantes com idade acima de 20 anos e com altura superior a 150cm, foram divididas em dois grupos segundo a frequência ao PNS: um que frequentou pelo menos nos últimos cinco meses antes do parto e outro que se matriculou somente no 9º mês gestacional. As médias de peso de nascimento dos filhos das gestantes dos dois grupos não apresentaram diferenças significativas (3.261 e 3.225g); a incidência do baixo peso foi, respectivamente, de 3,3 e 7,3%. Esses resultados mostram a importância da assistência pré-natal e do diagnóstico do estado nutricional acompanhado pelo incremento de peso da gestante. Apontam ainda para a necessidade de os profissionais de Nutrição questionarem os programas de suplementação alimentar quanto à sua existência e objetivos a serem alcançados.

(1) Pesquisadora Científica, Instituto de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Rua Santo Antonio, 590, 01314 São Paulo, SP.

(2) Nutricionista, Secretaria de Abastecimento do Estado de São Paulo, Av. Dr. Gasão Vidigal, 1946, 05316 São Paulo, SP. Bolsista do CNPq.

1. INTRODUÇÃO

Como parte integrante de um projeto de avaliação do Programa de Nutrição em Saúde (PNS), em São Paulo, este trabalho se refere à avaliação da influência da suplementação alimentar de gestantes.

O documento que descreve o PNS considera que o suplemento alimentar distribuído às gestantes contribui para diminuir a incidência do baixo peso de nascimento na população atendida (INSTITUTO..., 4).

O baixo peso de nascimento é fator de grande importância na mortalidade infantil e neonatal (LECHTIG, 7; McCORMICK, 9; MATA et al., 10). Na "Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância" foi constatado que 65,8% das crianças que morreram com menos de 28 dias de vida apresentaram baixo peso de nascimento (PUFFER & SERRANO, 14).

A incidência de baixo peso ao nascer está fortemente ligada à estrutura socioeconômica da população (HABICHT & BUTZ, 3; LECHTIG et al., 6; McCORMICK, 9). Nos países desenvolvidos como Suécia e Holanda, essa incidência é de 5,0 a 5,5%, enquanto em países não-desenvolvidos ou em desenvolvimento, como Índia e Guatemala, alcança até 43%. No Nordeste do Brasil, especificamente em Recife, encontrou-se 14,6% de recém-nascidos de baixo peso (MONTEIRO, 11).

Muitos fatores são apontados pela epidemiologia, como relacionados ao baixo peso de nascimento: idade e altura da mãe, estado nutricional materno, número de partos, ordem de nascimento, tabagismo, assistência pré-natal, ganho de peso e morbidade durante a gestação.

O estado nutricional materno tem merecido considerações de vários pesquisadores. LECHTIG et al. (8), trabalhando em áreas pobres da Guatemala, demonstram que a suplementação calórica na gestação tem influência no aumento do peso ao nascer, na região. Constatam, ainda, que quanto mais desfavorável o nível socioeconômico e mais deficiente o estado de nutrição materna, maior o impacto da suplementação alimentar.

PRENTICE et al. (13) encontraram relação entre o suplemento alimentar e o peso de nascimento em mulheres africanas. Outros autores têm encontrado resultados significativos no peso ao nascer de filhos de mulheres reconhecidamente com risco nutricional, que receberam suplementação alimentar durante o período de gestação. Esse risco foi identificado, nesses estudos, por ganho de peso insuficiente no segundo e no terceiro trimestre da gestação (KENNEDY et al., 5; MORA et al., 12; PRENTICE et al., 13; VIEGAS et al., 18).

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE NUTRIÇÃO...
M. L. R. STEFANINI et al.

Essas evidências têm levado a se considerar as gestantes como um dos grupos biologicamente vulneráveis à desnutrição, que compõem a população alvo de programas de suplementação alimentar.

O II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) estabeleceu como um dos objetivos do Programa de Nutrição e Saúde (PNS) a diminuição da incidência de baixo peso de nascimento através da suplementação alimentar das gestantes (INSTITUTO..., 4).

A equipe de nutrição do Instituto de Saúde foi a responsável pela coordenação, implantação, supervisão e avaliação desse Programa no Estado de São Paulo, que se desenvolveu em treze municípios.

O presente estudo tem por finalidade verificar a influência que esse Programa de suplementação alimentar teve sobre o grupo de gestantes, especificamente com relação ao peso de nascimento de seus filhos.

2. MATERIAL E MÉTODO

O estudo foi realizado em sete municípios onde o Programa foi implantado em 1983: Cajamar, Jandira, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Bernardo do Campo e Santos.

O critério de seleção da população para o acompanhamento foi o de identificar todas as gestantes que se matricularam no PNS, nos sete municípios, durante os dois primeiros meses de implantação do Programa. Por esse critério, a população constituiu-se inicialmente de 1.665 gestantes.

Como instrumento de coleta de informações, foram utilizadas as fichas preenchidas no Programa pelo pessoal dos postos de atendimento de Saúde; para tanto, realizou-se treinamento formal e em serviço, contando-se com o manual de preenchimento e a constante supervisão da equipe gerenciadora.

Uma vez identificadas as gestantes, houve o acompanhamento de cada uma delas até o pós-parto, quando então foram colhidas as informações necessárias à realização do estudo.

A população final ficou reduzida a 1.281 gestantes que tiveram parto a termo e retornaram à unidade de Saúde com dados referentes ao conceito. Foram eliminadas 374: 280 abandonaram o Programa, 6 mudaram de municípios, 55 apresentaram parto prematuro ou natimorto ou óbito, 22 tiveram aborto e 11, partos gemelares.

Para efeitos do estudo, foram levados em consideração os seguintes fatores: quantidade de suplemento distribuído à gestante

segundo sua freqüência ao PNS, peso ao nascer, idade e altura da gestante.

Foram calculadas as medidas de peso ao nascer para todas as crianças segundo as variáveis consideradas. A comparação entre as médias foi realizada através do modelo fixo de análise de variância, processado através do "Statistical Package for Social Sciences" (BERQUÓ et al., 2).

3. RESULTADOS

A distribuição dos recém-nascidos, segundo seu peso de nascimento e sexo, está expressa na tabela 1. A distribuição segundo o sexo é semelhante à esperada para a população geral, uma vez que o sexo masculino representa 51,6% dos nascimentos e o feminino, 48,8%.

Tabela 1. Distribuição dos recém-nascidos, segundo o peso de nascimento e o sexo (PNS, São Paulo)

Peso ao nascer g	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
≤ 2.500	46	7,0	48	7,7	94	7,3
2.501 - 3.000	170	25,9	187	29,9	357	27,9
> 3.000	440	67,1	390	62,4	830	64,8
Total	656	51,2	625	48,8	1.281	100,0

A incidência de baixo peso de nascimento foi de 7,3% para ambos os sexos, sendo que o sexo feminino apresentou maior proporção de crianças com baixo peso e com peso insuficiente (2.501 - 3.000g).

A influência da idade materna no peso de nascimento está apresentada na tabela 2; observa-se que a proporção de crianças de baixo peso foi maior nos filhos das mulheres com idades consideradas de maior risco (<20 e >35 anos), onde o peso menor ou igual a 2.500g esteve presente em 10,6 e 9,4% respectivamente.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE NUTRIÇÃO...

M. L. R. STEFANINI et al.

Tabela 2. Distribuição dos recém-nascidos, segundo o peso de nascimento e a idade da mãe (PNS, São Paulo)

Peso ao nascer	Idade da mãe						Total	
	< 20 anos		20 - 35 anos		≥ 35 anos			
g	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
≤ 2.500	15	10,6	65	6,6	14	9,4	94	7,3
2.501 - 3.000	45	31,9	275	27,7	37	24,8	357	27,9
> 3.000	81	57,4	651	65,7	98	65,8	830	64,8
Total	141	100,0	991	100,0	149	100,0	1.281	100,0

A tabela 3 mostra a influência da altura da mãe no peso do recém-nascido: o grupo de mulheres com estatura inferior a 150cm apresentou maior incidência de baixo peso (9,7%) ou de peso insuficiente (30,1%) de seus filhos, por ocasião do nascimento.

Tabela 3. Distribuição dos recém-nascidos, segundo o peso de nascimento e a altura da mãe (PNS, São Paulo)

Peso ao nascer	Altura da mãe				Total	
	≤ 149		≥ 150			
g	nº	%	nº	%	nº	%
≤ 2.500	21	9,7	63	7,0	84	7,5
2.501 - 3.000	65	30,1	246	27,3	311	27,8
> 3.000	130	60,2	593	65,7	723	64,7
Total	216	100,0	902	100,0	1.118	100,0

Para estudar a provável influência do suplemento recebido no peso de nascimento, considerou-se a frequência das gestantes ao Programa, uma vez que elas recebiam quota mensal de suplemento, composta de um quilograma dos seguintes produtos: arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca e fubá. Essa quota corresponde a 495 calorias por dia, cobrindo aproximadamente 21% das necessidades energéticas e protéicas da gestante.

Separaram-se do estudo as mulheres que já apresentavam alguma variável importante na determinação do peso ao nascer de seus filhos, isto é, aquelas com altura inferior a 150cm e as pertencentes às idades consideradas de maior risco a baixo peso (< 20 anos e > 35 anos).

Com as que não apresentaram essas variáveis, formaram-se dois grupos, segundo a frequência ao PNS e, portanto, segundo a quantidade de suplemento calórico-protéico recebido durante o período de gestação: o das gestantes que foram ao pré-natal e ao PNS somente no último mês antes do parto e o das gestantes que freqüentaram o PNS, no mínimo, durante os últimos cinco meses anteriores ao parto (tabela 4).

Tabela 4. Distribuição dos recém-nascidos, segundo a frequência ao programa e o peso ao nascer (PNS, São Paulo)

Peso ao nascer	Frequência da gestante ao PNS				Total	
	Uma vez no último mês de gestação		Cinco vezes ou mais			
g	nº	%	nº	%	nº	%
≤ 2.500	10	7,3	7	3,3	17	4,9
2.501 - 3.000	34	25,0	52	24,5	86	24,7
> 3.000	92	67,7	153	72,2	245	70,4
Total	136	100,0	212	100,0	348	100,0

Assim, o primeiro grupo recebeu, teoricamente, no máximo, 14.850 calorias no mês anterior ao parto, enquanto o segundo recebeu, pelo menos, 74.250 calorias antes do nascimento da criança.

A incidência do baixo peso nos dois grupos considerados foi de 7,3% no primeiro grupo e de 3,3% no segundo.

Quanto às médias de peso de nascimento, não se encontrou diferença significativa entre os dois grupos: a média de peso ao nascer no grupo que compareceu cinco vezes foi 3.261g e no outro, 3.225g.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados mostram que nos sete municípios estudados, a distribuição dos percentuais de recém-nascidos por faixa de peso ao nascer foi semelhante à encontrada por MONTEIRO (11), para o município de São Paulo, e por STEFANINI (17), para o município de Osasco. Mesmo a proporção de recém-nascidos de baixo peso foi bastante semelhante à encontrada nesses dois estudos citados.

A propósito, é oportuno comentar que LECHTIG et al. (6), ao se reportarem às causas de baixo peso ao nascer, alertam sobre o fato de que, quando a sua incidência se situa ao redor de 7%, não se pode esperar que ela seja alterada com programas de suplementação alimentar.

O baixo peso de nascimento esteve associado tanto à altura da mãe, quando inferior a 150cm, como à sua idade, quando abaixo de 20 anos. Essas variáveis também apresentaram associação com a ocorrência de baixo peso ao nascer em estudos de outros autores (BENICIO et al., 1; SERRANO & PUFFER, 15; SIQUEIRA et al., 16).

Quando se considerou a frequência ao Programa de Nutrição em Saúde, a incidência de baixo peso foi menor no grupo das gestantes que foram suplementadas nos cinco meses anteriores ao parto. Esse resultado, provavelmente, é consequência do maior período de exposição aos cuidados pré-natais e não à suplementação alimentar propriamente dita. Essa afirmação está baseada na literatura que atribui à incidência semelhante à encontrada na população de estudo (7,7%) outros fatores como: tabagismo, número de partos, qualidade da assistência pré-natal, morbidade durante a gestação etc. O componente estado nutricional da gestante aparece associado a incidências mais altas de baixo peso de nascimento, encontradas na população.

As médias dos pesos de nascimento nos dois grupos considerados, com e sem suplementação, não apresentaram diferenças significativas.

É importante ressaltar que o diagnóstico do estado nutricional da gestante acompanhado pelo incremento de peso, principalmente no segundo e no terceiro trimestre de gestação é instrumento relevante para se indicar suplementação alimentar.

Finalmente, os resultados encontrados neste estudo apontam para a necessidade de se aprofundar na questão de políticas públicas de alimentação e nutrição e nas causas reais da existência de programas de

suplementação alimentar. No decorrer da história de sua existência, tais programas têm ocupado espaço político cada vez mais amplo, utilizando-se de argumentos técnicos para a sua manutenção e ampliação, mas na verdade se propõem a atingir objetivos demagógicos, não possuindo dados concretos de diagnóstico e de avaliação.

É fundamental que os profissionais de nutrição retomem a questão e apontem a necessidade de reformular as políticas públicas que pretendam melhorar, concretamente, as condições de alimentação e nutrição da população.

ABSTRACT

NUTRITION HEALTH PROGRAM EVALUATION FOR PREGNANT WOMEN IN SEVEN MUNICIPALITIES IN SÃO PAULO (BRAZIL)

A study was carried out in seven municipalities of the Metropolitan Region of São Paulo – Brazil, where the Nutrition in Health Program was held. The objective was to measure the effect of the supplementary feeding program in the birth weight of newborns of pregnant women attending the program: 1,281 pregnant women were included in the study. The incidence of low birth weight (< 2,500g) was 7.3%. When the mother's height was < 150cm this incidence raised to 9.4%. When the mothers age was < 20 years old the incidence of low birth weight was of 10.6%. The pregnant women with height above 150cm and age above 20 years were separated in two groups, according to the attendance to the program: the first group attended the program for the last five months before the delivery, and the other attended only in the last month of the pregnancy. The children's average birth weight in the two groups did not show significative differences: 3,261g and 3,225g, respectively; the proportion of low birth weight was 3.3% and 7.3% respectively. These results show the importance of the pre-natal care and the assessment of the nutritional status based on the mother's weight gain. They also indicate the need for a more profound discussion on the issue of supplementary feeding programs, their existence and the objectives to be reached, by health professionals in the nutrition area.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BENICIO, M. H. et al. Análise multivariada de fatores de risco para o baixo peso ao nascer em nascidos vivos do município de São Paulo, SP. *R. Saúde públ.*, São Paulo, 19: 311-20, 1985.
2. BERQUÓ, E. S. et al. *Bioestatística*. São Paulo, EPU, 1980.
3. HABICHT, J. P. & BUTZ, W. Medición de los efectos de proyectos de intervención nutricional en gran escala sobre la salud y la nutrición. In: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. *Evaluación de los programas de nutrición y de salud*. Washington, D. C., 1982.
4. INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. *Programa de Nutrição em Saúde – PNS*. Brasília, INAN, 1976.
5. KENNEDY, E. T. et al. Evaluation of the effect WIC supplemental feeding on birth weight. *J. Amer. diet. Assoc.*, 80: 220-7, 1982.
6. LECHTIG, A. et al. Causas de baixo peso al nascer en Latinoamérica. *Arch. latin. Nutr.*, 27: 147-97, 1977. Suplemento 1.
7. _____ et al. Os efeitos de uma nutrição aperfeiçoada a partir da concepção da criança até os três anos de idade na mortalidade infantil. *J. Pediat.*, 42(1): 40-7, 1977.
8. _____ et al. Influence of maternal nutrition on birth weight. *Amer. clin. Nutr.*, 28: 1223-33, 1975.
9. McCORMICK, M. C. The contribution of low birth weight to infant mortality and childhood morbidity. *New Engl. J. med.*, 10: 82-90, 1985.
10. MATA, L. F. et al. Infection and nutrition of children of low socioeconomic rural community. *Amer. J. clin. Nutr.*, 24: 249-59, 1971.
11. MONTEIRO, C. A. **O peso ao nascer no município de São Paulo; impacto sobre os níveis de mortalidade na infância**. São Paulo, USP, 1979. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Saúde Pública da USP.
12. MORA, J. O. et al. Nutritional supplementation and the outcome of pregnancy. I. Birth weight¹⁻³. *Amer. J. clin. Nutr.*, 32: 455-62, 1979.

13. PRENTICE, A. M. et al. Prenatal dietary supplementation of african women and birth-weight. *Lancet*, 1: 489-91, 1983.
14. PUFFER, P. R. & SERRANO, C. V. **Características de la mortalidad en la niñez.** Washington, D. C., Organización Panamericana de la Salud, 1973. (OPAS. Publ. Cient., 262)
15. SERRANO, C. V. & PUFFER, P. R. **El peso al nascer, la edad materna y el orden de nacimiento, tres importantes determinantes de la mortalidad infantil.** Washington, D. C., Organización Panamericana de la Salud, 1975. (OPAS. Publ. Cient., 294)
16. SIQUEIRA, A. A. F. et al. Influência da altura e ganho de peso maternos e da idade gestacional sobre o peso do recém-nascido; estudo de três grupos de gestantes normais. *R. Saúde públ.*, São Paulo, 19: 37-50, 1985.
17. STEFANINI, M. L. R. **Programas de suplementação alimentar; uma reflexão sobre o assunto.** São Paulo, USP, 1986. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública da USP.
18. VIEGAS, O. A. C. et al. Dietary protein energy supplementation of pregnant Asian mothers at Sorrento, Birmingham. I: unselective during second and third trimesters. *Brit. med. J.*, 285: 589-92, 1982.

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO PARA ALIMENTAÇÃO HUMANA

Semíramis Martins Álvares DOMENE¹

RESUMO

O artigo é uma revisão sobre a utilização de sangue bovino na alimentação humana. Trata de aspectos sanitários e tecnológicos envolvidos nas fases de obtenção, preservação e utilização como alimento, trazendo resultados de uma experiência realizada na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

1. INTRODUÇÃO

Um dos mais sérios e complexos problemas que afligem a humanidade neste final de século é a fome. Na busca por soluções, a visão biologicista da Nutrição, que predominou no início de seu estudo enquanto ciência, dá hoje lugar a um enfoque multidisciplinar do problema, que não é exclusivamente médico.

BATISTA FILHO (2) reporta a consideração feita pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) em 1970, quanto aos problemas prioritários, em escala continental: a desnutrição protéico-calórica, a hipovitaminose A, o bócio endêmico e as anemias nutricionais; MOURA (11) considera premente a necessidade de que se estimule a pesquisa de fontes protéicas não-convencionais ou não-tradicionais. Contudo, é preciso que a fortificação e o enriquecimento de alimentos comprometam-se com uma perspectiva de apresentação e distribuição bastante preocupada com a população.

Inúmeros pesquisadores estão envolvidos com o estudo de compostos que possam ser incluídos na alimentação humana de maneira eficiente e efetiva, eliminando-se os entraves relacionados com a

(1) Nutricionista, Professora Assistente do Departamento de Alimentos e Técnica de Alimentos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP).

biodisponibilidade de nutrientes, com a presença de fatores antinutricionais (JAFFÉ & CAMEJO, 9; LIERNER, 10; SGARBIERI, 15) e com a viabilidade econômica.

Nesse sentido, aumentam os interesses acerca da utilização de um (sub) produto da pecuária que é, considerando seu baixo custo de produção e excelente composição, mal-empregado no Brasil: o sangue bovino, como possível fonte alimentar de ferro-heme e proteínas.

2. O SANGUE BOVINO

O sangue é uma solução coloidal constituída de alto teor de proteínas diversas (albumina, lipoproteínas, imunoglobulinas, fibrinogênio, transferrina e outras), enzimas, células, sais, lípidos, compostos nitrogenados e de baixo peso molecular, glicose e vitaminas, mantidos em suspensão (Wisner-Pedersen, citado por PISKE, 13).

Pode ser diferenciado por uma fração sólida, composta por glóbulos vermelhos, brancos e plaquetas e por uma fração líquida (plasma), da qual se pode separar a fibrina (por agitação mecânica), obtendo-se o soro.

Tem-se estudado a utilização de sangue ou plasma para a alimentação humana. A tabela 1 traz a composição percentual de ambos, comparada com a da carne bovina, mostrando ainda o teor de proteínas e de ferro-heme, de boa assimilação. Estas são suas características que melhor sugerem o emprego desse composto para a alimentação humana.

Tabela 1. Composição centesimal de sangue, plasma e carne bovina. Teor de ferro em mg/100g

Componente	Sangue ¹	Plasma ¹	Carne ²
Água	80,90	91,30	71,4
Proteínas	17,30	7,10	21,5
Gorduras	0,23	0,33	6,1
Carboidratos	0,07	—	—
Ferro	36,30 ²	—	3,2

Fonte: (1) ALENCAR (1). (2) INSTITUTO... (8).

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

A composição do sangue pode variar com a idade, o sexo e a alimentação do animal (SOBRAL, 16). Fazendo-se a composição comparativa entre aminoácidos do sangue, da carne e da proteína do ovo (conforme tabela 2), notam-se valores menores no sangue para triptofano e treonina, mas principalmente para metionina e isoleucina. Contudo, a mais séria limitação parece estar no conteúdo (mesmo) de isoleucina (DELANEY, 6). Por outro lado, o sangue bovino aporta boas concentrações de valina, leucina, fenilalanina e lisina. Seu perfil de aminoácidos indica, portanto, sua utilização em combinação com proteínas mais ricas em metionina e isoleucina.

Tabela 2. Composição de aminoácidos do sangue bovino e da carne, comparada com a da proteína do ovo

Aminoácido	Sangue ¹	Carne ²	Ovo ²
Isoleucina	23,0	48,0	54,0
Leucina	116,0	81,0	86,0
Lisina	92,0	89,0	70,0
Treonina	44,0	46,0	47,0
Triptofano	14,0	12,0	17,0
Valina	83,0	50,0	66,0
Metionina	12,0	27,2 ³	32,0 ³
Fenilalanina	77,0	44,8 ³	51,2 ³

Fonte:

(¹) PISKE (13).

(²) FAO/OMS (7).

(³) PAULL & SOUTHGATE (12).

Existe grande quantidade do produto disponível no mercado de abatedouros. Em sessenta segundos de sangria (tempo usualmente estipulado), obtém-se 50% do volume total de sangue circulante.

A sangria não é maior para que não haja descoloração do músculo bovino. Em média, pode-se coletar de 10 a 12 litros de sangue por bovino, o que permite estimar em cem milhões de litros produzidos no Brasil em 1979, com base no número de animais inspecionados (PISKE, 13). Em seguida, apresenta-se o volume de sangue passível de obtenção, a partir de diferentes espécies animais.

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

Quantidade média de sangue coletado no abate, segundo a espécie animal, de acordo com PISKE (13):

Espécie	Sangue
	kg
Cavalos	18
Bovinos	10 a 12
Vitelas	3,5
Suínos	2,5 a 3,5
Ovelhas	1,5
Cabras	1,2

Alguns países têm apresentado grande aproveitamento do sangue bovino; na Suécia, 80% da produção é utilizada para alimentação humana (QUAGLIA et al., 14).

Suas aplicações mais difundidas estão na indústria química e farmacêutica e na de fertilizantes e nutrição animal. A restrita aplicação alimentar deve-se, em grande parte, às indesejáveis características organolépticas que o sangue confere aos produtos aos quais é adicionado (PISKE, 13).

Seu emprego se dá, principalmente, na forma desidratada; quando se processa o sangue, o tratamento térmico determina a obtenção de um produto bastante escuro e de sabor característico. Alguns alimentos tornam possível sua adição, como molhos e preparados à base de carne. O plasma apresenta maiores aplicações: além de produtos cárneos, pode ser empregado em molhos, patês e produtos de panificação. Contudo, não se pode objetivar o fornecimento de ferro com o emprego do plasma, o que é uma das grandes atrações do uso do sangue. Além da maior versatilidade, o plasma apresenta excelentes propriedades funcionais, como ser bom retentor de água e ter boa solubilidade e bom poder de emulsificação, o que o qualifica para adição em embutidos (PISKE, 13).

2.1 Obtenção e preservação

Sua composição química, pH ($\cong 8,1$) e alto teor de água tornam o sangue bovino um produto de rápida deterioração pela ação

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

microbiológica, o que exige máxima assepsia no processamento e durante a coleta, para o que muitos métodos foram propostos.

Um bom método, descrito por Gunstone citado por PISKE (13), consiste na suspensão do animal por um dos membros posteriores e adaptação de uma calha ou de um frasco de coleta ligado diretamente à faca de sangria. Esta é introduzida no *arcus aortae*, fazendo o sangue fluir livremente. Após a coleta, o animal é inspecionado e o sangue pode ou não ser liberado.

Ao sistema de coleta segue-se o sistema de processamento imediato de sangue, com reservatório de sangue, (alimentador da) centrífuga e misturadores para adição de conservantes.

Esse sistema foi utilizado na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, por CONTRERAS GUZMÁN (4,5) e SOBRAL (16), e está ilustrado na figura 1.

Pela centrifugação do sangue (tratado com anticoagulante), obtêm-se 63 a 67% de plasma e 35 a 37% de concentrado de hemáceas (PISKE, 13), como ilustrado na figura 2.

A formação do coágulo deve-se à ativação da protrombina plaquetária em determinadas condições: presença de cálcio e temperatura adequada (ambiente, com maior eficiência); assim, tem-se o agente ativo da coagulação, a trombina, que torna o fibrinogênio solúvel, fibrina insolúvel.

O sangue não coagula se tratado com oxalatos ou citratos para a remoção do cálcio. A coagulação pode também ser prevenida se a fibrina for removida por agitação do sangue fresco (THE COMMITTEE...,3). Esse procedimento, contudo, leva também à hemólise. Um bom tratamento para impedir a coagulação no processo de coleta é a adição de citrato de sódio, em quantidade que permita que a concentração final (já com sangue) fique em torno de 0,4 a 0,5%.

Para a separação do plasma além da centrifugação pode-se usar também a coagulação (sistema mais antigo) e a adição de substâncias químicas. Dada a boa utilização do plasma na indústria de carnes, esta é uma prática bastante comum.

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

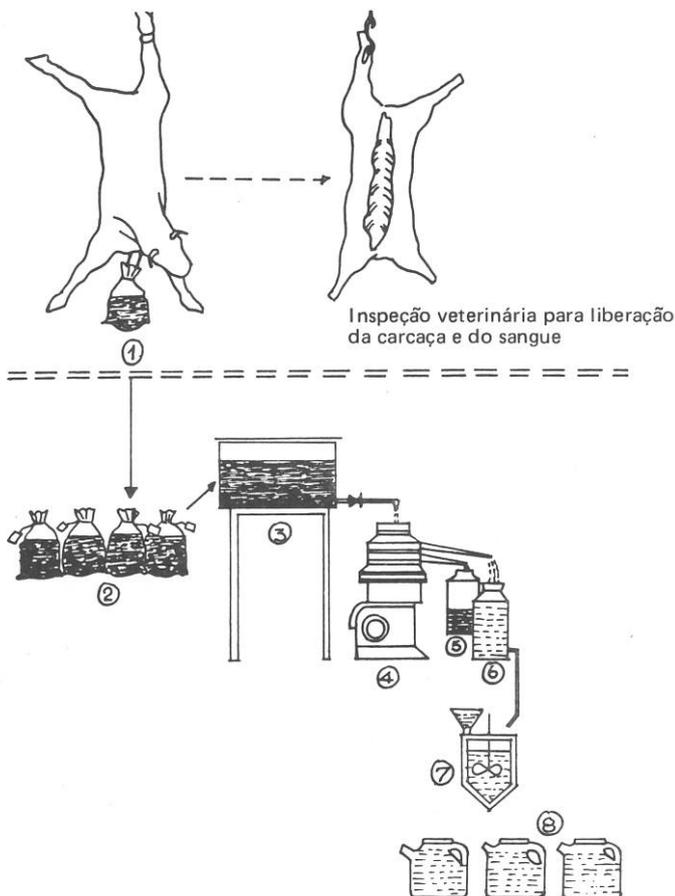


Figura 1. Processamento de sangue bovino para obtenção de plasma: 1. Coleta do sangue em saco plástico amarrado na face de sangria; 2. Sacos com sangue sob refrigeração; 3. Depósito alimentador da centrífuga; 4. Centrífuga separadora de líquidos baseada no sistema de tambor de pratos; 5. Fração vermelha (hemácias, 35%); 6. Fração plasmática (plasma, 65%); 7. Misturador para incorporação dos preservadores (sal comum, ácido acético, ácido láctico etc.); 8. Recipientes de plástico com plasma preservado por aditivos e mantido em câmara refrigerada a + 5° C.

Fonte: CONTRERAS GUZMÁN (4,5).

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

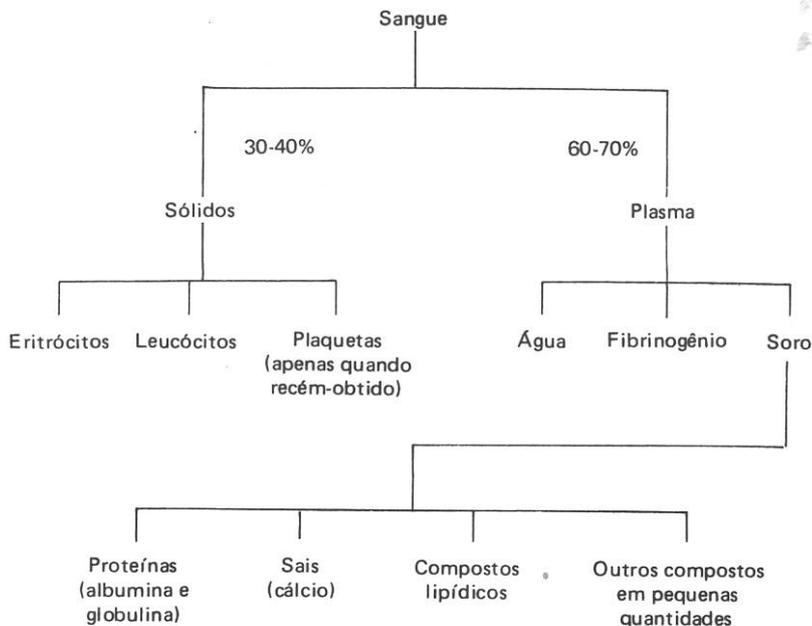


Figura 2. Diagrama dos componentes básicos do sangue

Fonte: THE COMMITTEE... (3).

2.2 Plasma

Usualmente, o plasma empregado para fins alimentícios é congelado, modo como pode permanecer por meses; para utilização mais imediata, a simples refrigeração preserva-o por até quinze dias (CONTRERAS GUZMÁN, 4,5).

Para a utilização em alimentos, os preservantes usados são os ácidos cítrico, acético ou láctico, que contribuem para a acidificação do

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

produto, baixando o pH original de aproximadamente 8,1 para 5,0. Para produtos destinados à confecção de alimentos salgados acresce-se cloreto de sódio; para alimentos doces, sacarose.

CONTRERAS GUZMÁN (4,5) submeteu amostras de plasma a tratamento com cloreto de sódio ou sacarose em diferentes concentrações e teores de pH para análise de suas características físico-sensoriais, conforme é apresentado a seguir. Foi estudado também o desenvolvimento microbiano.

Mudanças físico-sensoriais das amostras de plasma conservadas a + 5°C por 24 dias, segundo CONTRERAS GUZMÁN (4,5):

Amostra de plasma	Características
pH normal + 5% de sal	Permanece transparente e fluido nos 24 dias. Odor neutro e aspecto geral bom.
pH normal + 10% de sal	Transparente por 16 dias, havendo logo pequena precipitação das proteínas. Odor leve de algas marinhas, aspecto bom.
pH normal + 15% de sal	Precipitação moderada no momento do preparo com aumento progressivo nas semanas seguintes. Leve odor de algas, lembrando alfafa ou feno.
pH normal e pH 5,0 com 5% de sal	Permanece transparente e fluido o período completo. Odor neutro, aspecto geral bom.
pH 8,1 com açúcar a 5, 10 e 20%	Transparente e fluido na primeira semana com gradual engrossamento até ficar sólido no final do período (amostra com 20%). Odor inicial neutro, passando para levedo intenso na última semana. Aspecto ruim, típico de produto fermentado.
pH 5,5 com 5 e 10% de açúcar	Precipitação moderada no momento do preparo, não sendo notado nenhum aumento da precipitação com o tempo. Odor neutro. Aspecto regular.
pH 5,5 com 20% de açúcar	Pequena precipitação inicial sem aumentar durante o período. Aspecto bom e odor neutro.

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

Amostra de plasma	Características
pH 5,5 e 5,0 sem nada	Inicialmente solúvel, aparecendo um precipitado fino na segunda semana, para formar coágulos maiores no final do período. Odor neutro e aspecto bom.
pH normal (controle)	Inicialmente solúvel e transparente, torna-se opaco a partir do segundo dia. O odor e o aspecto geral se deterioram progressivamente. Na última semana o odor é típico de material putrefato (sulfídrico).

A conclusão de CONTRERAS GUZMÁN (4,5) é que o uso de sal comum a 10 e 5%, com redução do pH até 5,0 (com o uso de ácido acético 50%) é a melhor opção para preservação a 5°C, por quinze dias.

Apesar da baixa contagem de microrganismos conseguida com sal a 15%, ocorre precipitação parcial das proteínas e desenvolvimento de odor indesejável (de ferro, de algas). Pode-se usar a redução de pH para a preservação por quatro dias, na mesma temperatura (5°C).

O experimento seguiu identicamente pesquisando o comportamento a 30°C e os resultados mostraram alta proliferação microbiológica em 24 horas, indicando a necessidade de utilização concomitante de preservantes e refrigeração.

A literatura menciona ainda outros métodos de preservação, como saturação com dióxido de carbono e hermetização da embalagem em 2 atm de pressão, conforme descrito por Uchmann, citado por PISKE (13). Mas ainda não se conseguiu, através de métodos que não envolvam secagem ou congelamento, preservação do plasma por tempo suficiente à viabilização de seu emprego, considerando a produção de alimentos.

2.3 Fração vermelha

De pequena vida útil em seu estado fresco (algumas horas, de acordo com a temperatura), o concentrado celular é geralmente preservado por desidratação, o que provoca intensa desnaturação protéica. Além disso, as características organolépticas dos produtos preparados com a fração vermelha do sangue não o credenciam junto à preferência popular, o que faz com que seu emprego mais viável ainda seja para ração animal.

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

Tem-se procurado difundir essa possibilidade de utilização através da descoloração, método que permite a separação dos componentes da hemoglobina, removendo o grupo colorido heme; isso é possível através da redução do pH até 2,0. Em presença de acetona, ocorre a precipitação da globina e procede-se à desidratação (por atomização), sendo alcançado alto grau de pureza, mas com o sabor ainda indesejável (PISKE, 13).

A remoção desse grupo traz conseqüências funcionais à globina purificada, como maior sensibilidade à desnaturação, redução de solubilidade e, portanto, de capacidade de emulsificação, conforme ilustram as figuras 3 e 4.

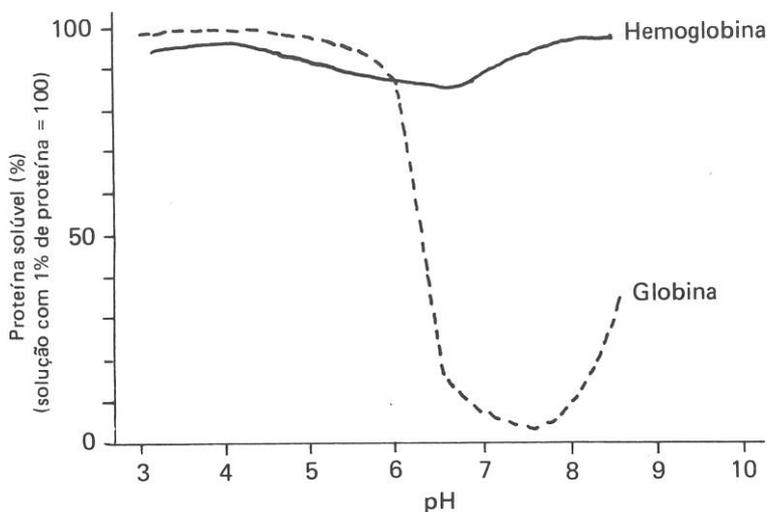


Figura 3. Solubilidade da hemoglobina e da globina em relação ao pH
Fonte: PISKE (13).

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

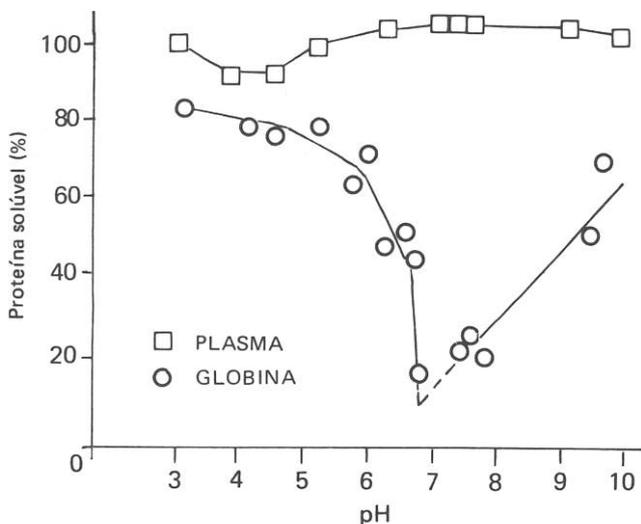


Figura 4. Efeito do pH na solubilidade do plasma e da globina

Fonte: PISKE (13)

Outros métodos também vêm sendo utilizados. Pkrovskii e Wismer-Pedersen, citados por PISKE (13), procuraram misturar sangue com leite (com posterior precipitação de proteínas), a fim de reduzir a intensidade da cor.

3. OPÇÕES PARA O EMPREGO DO SANGUE BOVINO NA ALIMENTAÇÃO HUMANA

A maioria dos processos que procuraram adequar o sangue bovino à alimentação humana apresentaram bons resultados, exceto quanto a dois aspectos principais: características sensoriais negativas e viabilidade econômica.

Corretas técnicas de coleta, armazenamento e transporte são onerosas. A preservação por atomização é outro exemplo de dificuldade.

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO..
S. M. A. DOMENE

Técnicas de preservação mais simples, como a refrigeração e o congelamento esbarram nas dificuldades de armazenamento e transporte, devido principalmente ao volume do material. No caso específico da refrigeração, o reduzido tempo de vida útil exige rápido emprego.

Desde que a concentração do produto seguida de desidratação parece ser a melhor forma de preservação, o caminho a ser seguido é o desenvolvimento de novas técnicas de mais baixo custo e, portanto, mais viáveis.

Há ainda que se considerar as perdas nutritivas envolvidas por processamentos térmicos inadequados. A obtenção de farinha de sangue (165°C por doze horas) determina perdas de até 57% de lisina (THE COMMITTEE..., 3).

Entre as melhores opções de uso, tem-se sugerido (e praticado) a inclusão de plasma na confecção de produtos cárneos e análogos e em derivados de proteína de soja, para melhorar sua textura e seu valor nutritivo (PISKE, 13).

Existe uma característica funcional das proteínas plasmáticas de grande atração: quando concentradas de 75 mg/ml a 220 mg/ml por liofilização permitem a formação de filamentos, através de um processo denominado "spinning".

Visando estimular o aproveitamento de sangue integral do abate de bovinos através de tecnologias simples, CONTRERAS GUZMÁN (4,5) desenvolveu um produto desidratado que consiste no uso de proteína texturizada de soja (PTS) como suporte para secagem do sangue bovino; esse pesquisador comprovou a boa aplicabilidade do PTS "grits" como suporte do sangue, dada a sua porosidade e a sua propriedade de absorver água em quantidade equivalente a três vezes o seu próprio peso sem alteração da forma.

Para sua utilização, o PTS é misturado com sangue ou plasma, na proporção 1:2, com agitação suave para que não haja rompimento de partículas. Segue-se a secagem do produto, para o que estão desenvolvidas algumas técnicas (CONTRERAS GUZMÁN, 4,5; SOBRAL, 16); de modo geral, recomenda-se o emprego de 65°C, no tempo suficiente para que se alcance 6% de umidade.

As partículas tornam-se quebradiças e aptas à moagem, resultando um "produto amarelado e de odor neutro", quando se emprega plasma, e "pó cor de chocolate com odor levemente metálico" (CONTRERAS GUZMÁN, 4,5), quando se emprega o sangue.

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

Apesar da estabilidade à oxidação apresentada pelo produto (sessenta dias sem alteração, segundo o mesmo autor), as condições de embalagem devem ser melhor definidas, dado o conteúdo importante de lipídeos (3,69%) do sangue.

A tabela 3 traz a composição dos produtos obtidos por diferentes combinações PTS-plasma e PTS-sangue, comparadas com a do plasma e a do sangue isoladamente.

Tabela 3. Composição centesimal e teor de ferro das amostras de proteína texturizada de soja (PTS), de plasma, de sangue e das suas combinações. Teor de ferro em mg/100g

Amostra	Proteína	Lipídeos	Hidrato de carbono	Ferro
	— g/100g de matéria seca —			mg/100g
Plasma	91,94	1,36	2,27	—
Sangue	86,96	3,69	2,19	240,0
PTS-P 1/2	58,60	1,89	32,63	—
PTS-P 1/2,5	61,06	1,90	30,13	—
PTS-S 1/2	61,60	1,40	30,90	67,0
PTS-S 1/2,5	63,54	1,40	29,02	80,0
PTS	50,30	1,43	41,58	6,0

Fonte: CONTRERAS GUZMÁN (4,5).

Esse estudo deu margem a um prosseguimento, onde se procurou testar o uso alimentar dos produtos PTS-sangue (PTS-S) e PTS-plasma (PTS-P).

O PTS-P como produto claro apresenta maior espectro aplicativo, enquanto o PTS-S parece mais indicado como componente de alimentos escuros, portanto de aplicação mais restrita, apesar das vantagens em termos de composição química (proteínas e ferro) e viabilidade econômica (apresenta rendimento 17% maior que o do plasma e dispensa a etapa de centrifugação).

CONTRERAS GUZMÁN (4,5) desenvolveu então uma formulação priorizando o uso de PTS-S em diferentes proporções, para a obtenção de bolachas de chocolate, cuja composição está na tabela 4. Os demais componentes da formulação são farinha de trigo, gordura vegetal, chocolate em pó, açúcar e fermento químico.

Tabela 4. Composição centesimal em base seca de bolachas de chocolate contendo 0, 3,5, 7,0 e 14% de PTS-S

Produto bolachas	Proteína	Lipídeos	Hidrato de carbono	Ferro
%	%	%	%	mg/100g
0	9,4	21,9	67,1	1,0
3,5	10,9	21,0	66,4	3,8
7,0	11,8	20,8	65,4	6,4
14,0	15,6	20,6	61,3	10,9

Fonte: CONTRERAS GUZMÁN (4,5).

O estudo propõe proceder a avaliação da aceitação do produto por crianças, a fim de adequar a proporção dos ingredientes e introduzi-lo em programas de suplementação alimentar. Propõe, ainda, realizar estudo nutricional das matérias-primas e produtos.

4. CONCLUSÃO

A procura por novas fontes de nutrientes parece ser uma das saídas para o equacionamento dos problemas de carência dos mesmos.

Nesse sentido, a utilização de sangue bovino mostra-se como alternativa para minimização da desnutrição energético-proteica e da anemia ferropriva, principalmente se considerarmos a disponibilidade do produto; em contrapartida, limitações sanitárias e tecnológicas, principalmente quanto à sua transformação em produto alimentar largamente consumido, precisam ser superadas.

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

É importante ressaltar que pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos não são recentes: há muitos anos estuda-se a introdução de novas fontes alimentares, sempre acompanhadas das já mencionadas limitações tecnológicas e/ou nutricionais e econômicas, cuja complexidade faz com que sua resolução pareça trazer a solução para os problemas nutricionais, o que não acontece, apesar dos recursos e da dedicação empenhados.

Cientes dessa realidade e sem ilusões, acreditamos, por outro lado, na importância da manutenção da tentativa, uma vez que já se torna claro para a comunidade científica o que sempre o foi para a população: a questão da desnutrição é, fundamentalmente, social.

Portanto, é oportuno reafirmar a necessidade de consolidação entre Tecnologia, Ciências de Alimentos, Nutrição Experimental e Aplicada, a fim de que nossos esforços não continuem em vão. Nesta perspectiva multidisciplinar, consideramos oportuna a viabilização das fases complementares ao estudo exposto neste artigo, através da avaliação sensorial e nutricional do produto.

ABSTRACT

BOVINE BLOOD UTILIZATION FOR HUMAN CONSUMPTION

The paper is a review about the utilization of bovine blood for human consumption. It deals with sanitary and technological aspects involved in obtention, preservation and utilization as food and mentions results of an experience conducted at Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

AGRADECIMENTO

Ao Prof. Dr. Emílio Contreras Guzmán, pesquisador do Departamento de Tecnologia de Alimentos da Faculdade de Engenharia de Alimentos — UNICAMP — pela revisão deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENCAR, F. A. Estudos da recuperação das proteínas do plasma bovino por complexação com fosfatos e sua utilização em

- produtos cárneos.** Campinas, UNICAMP, 1983. Tese (Mestrado) – Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP.
2. BATISTA FILHO, M. Problemas de nutrição no Brasil. In: DE ANGELIS, R. C. *Fisiologia da nutrição*. 2. ed. São Paulo, EDART, 1979. v. 2, p.257-274.
 3. THE COMMITTEE ON TEXTBOOKS OF THE AMERICAN MEAT INSTITUTE. **By-products of the meat packing industry**. Chicago, Institute of Meat Packing, 1950.
 4. CONTRERAS GUZMÁN, E. S. **Desenvolvimento de novos produtos à base de plasma bovino; estudos sobre a preservação do plasma e sangue de abate por desidratação**. Campinas, UNICAMP – Faculdade de Engenharia de Alimentos, 1984a. (Relatório técnico, 1)
 5. ————. **Desenvolvimento de novos produtos à base de plasma bovino**. Campinas, UNICAMP – Faculdade de Engenharia de Alimentos, 1984b. (Relatório Técnico, 2)
 6. DELANEY, R. A. M. Protein concentrates from slaughter animal blood. II. Composition and properties of spray dried red blood cell concentrates. *J. Food Technol.*, 12(4):355-68, 1977.
 7. FAO/OMS. **Necessidades de energia y proteínas**. Genebra, OMS, 1985. (Série de Informes Técnicos)
 8. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabelas de composição de alimentos**. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.
 9. JAFFÉ, W. G. & CAMEJO, G. Heat labile growth inhibiting factors in beans (*Phaseolus vulgaris*). *J. Nutr.*, 94: 203-10, 1968.
 10. LIERNER, I. E. Phytohemagglutinins; their nutritional significance. *J. Agric. Food Chem.*, 22: 17-22, 1974.
 11. MOURA, E. C. V. Fontes protéicas não convencionais; perspectivas do seu emprego na alimentação. In: NÓBREGA, F. J. **Desnutrição intra-uterina e pós-natal**. São Paulo, PANAMED, 1981. p.35-56.
 12. PAULL, A. A. & SOUTHGATE, D. A. T. **McCance and Widdowson's; the composition of foods**. 4.ed. Londres, Elsevier; Holand Biomedical Press, 1978.
 13. PISKE, D. Aproveitamento de sangue de abate para alimentação humana. I. Uma revisão. *B. ITAL*, Campinas, 19(3): 253-308, 1982.

UTILIZAÇÃO DO SANGUE BOVINO...
S. M. A. DOMENE

14. QUAGLIA, G. B. et al. Preparation and rheological characteristics of protein concentrates from slaughterhouse blood. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF FOOD SCIENCE AND TECHNOLOGY, 3. Abstracts. Chicago, 1973. p.73.
15. SGARBIERI, V. C. **Alimentação e nutrição**; fator de saúde e desenvolvimento. Campinas, UNICAMP; São Paulo, ALMED, 1987. p.213-42.
16. SOBRAL, P. J. A. **Secagem de sangue bovino incorporado à proteína texturizada de soja, em leite fluidizado e em leite fixo**. Campinas, UNICAMP, 1987. Tese (Mestrado) – Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP.

INFORME

A UNIVERSIDADE INTEGRADA AO SUDS

Eduardo José Pereira COELHO¹

A Universidade Brasileira não pode caminhar alheia às atuais reformulações por que tem passado o setor saúde no País.

Se por um lado, ela esteve presente na formulação de muitas das idéias contidas na proposta da Reforma Sanitária, hoje, com a implantação do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde (SUDS), com certeza sua contribuição também se faz necessária.

Se entendermos o SUDS como parte de um processo mais amplo, que busca a inversão do atual quadro sanitário do País ou se, por outro prisma, o entendermos como um momento de reorganização dos serviços públicos de assistência à saúde, estaremos, nos dois casos, projetando uma atuação própria e peculiar para a Universidade.

No plano das idéias, a Universidade deve "exercer a crítica", função essa que lhe é inerente, procurando dessa forma contribuir para a elevação do nível de saúde de nossa população e para a consolidação de uma sociedade mais justa.

Por outro lado, é importante que a Universidade se conscientize de seu papel de detentora da segunda rede de serviços hospitalares do País, só superada pelo setor privado; e a partir daí, entenda sua responsabilidade neste momento de reorganização do setor, não se limitando apenas à assistência de boa qualidade, mas buscando apontar novos caminhos para a prática profissional em saúde, seja estudando a utilização de novas tecnologias, seja sugerindo novos modelos assistenciais, seja ainda e, principalmente, imprimindo continuamente a esses serviços a sua especificidade docente.

(1) Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP) e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

A UNIVERSIDADE INTEGRADA AO SUDS
E. J. P. COELHO

A Universidade deve responder de maneira competente ao grande desafio constituído pela necessidade de formação de recursos humanos adequados às novas exigências do setor saúde.

Cabe salientar a importância da participação da Universidade nas instâncias de gerenciamento do SUDS ao nível municipal, regional e/ou estadual, onde, além de exercer função de sua responsabilidade enquanto integrante da rede de serviços, deve buscar subsídios que norteiem novas possibilidades de pesquisa, de práticas docentes e de extensão.

Finalmente, constitui perspectiva positiva a participação nos programas de equipes multidisciplinares de saúde nas quais outros profissionais, como os nutricionistas, devem ganhar o espaço que, historicamente, nem sempre lhes tem sido assegurado.

NOTÍCIAS

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Em 18-5-1988, tomou posse na Presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) o Magnífico Reitor da PUCCAMP, Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho.

O CRUB tem a finalidade de promover a integração das universidades brasileiras, na busca de constante aperfeiçoamento e desenvolvimento da educação superior. Tem incentivado e oferecido condições para o intercâmbio institucional de informações e experiências dentro do sistema universitário e com instituições congêneres do Exterior.

Congrega 35 universidades federais (19 autarquias e 16 fundações), 11 universidades estaduais e 5 universidades municipais, 28 universidades particulares (confessionais, comunitárias e leigas) e 3 instituições privadas de ensino superior.

Sua estrutura administrativa tem-se constituído em fundamental apoio logístico para as universidades, assessorando-as junto aos órgãos públicos e outras entidades e agências no Brasil e no Exterior.

LANÇAMENTO DE REVISTA

A Faculdade de Ciências Médicas da PUCCAMP lançou, em agosto de 1988, o primeiro número da Revista Ciências da Saúde.

Como se depreende da leitura do seu Editorial, a revista se caracteriza pela multidisciplinaridade atribuída "às ações de saúde", como extensão da própria filosofia da Faculdade de Ciências Médicas da PUCCAMP, que se compõe de cinco grandes cursos das chamadas Ciências da Saúde: Medicina, Nutrição, Ciência Farmacêutica, Terapia Ocupacional e Fisioterapia.

Enfatizando essa multidisciplinaridade, a revista está aberta à participação de outros cursos, da Universidade e fora dela, com atuação profissional e/ou docente no âmbito da Saúde.

Ela será, ainda, um dos instrumentos necessários ao estímulo e à vivência mútua dos multiprofissionais da Saúde, pois a partir do conhecimento da produção científica realizada por diferentes profissionais da área, será possível despertar o interesse pelo desenvolvimento de serviços e trabalhos científicos em comum, contribuindo, assim, para maior caracterização e aceitação do trabalho multiprofissional, já exercido em diversos setores do Hospital-Escola e dos postos de saúde periféricos da PUCAMP.

REVISTA DE NUTRIÇÃO DA PUCAMP: COMENTÁRIOS RECEBIDOS

O Conselho Editorial tem recebido, desde a publicação do primeiro número da Revista de Nutrição da PUCAMP, várias cartas de agradecimento e incentivo. Gostaríamos de deixar registrada a nossa satisfação e o estímulo que a leitura dessas cartas nos tem trazido. Como seria muito extensa a reprodução de todas, transcrevemos partes de algumas delas:

"O Assessor Regional de Informação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação cumprimenta a Comissão Editorial da Revista de Nutrição da PUCAMP e agradece penhorado o envio de dois exemplares solicitados dessa excelente publicação."

Cláudio Rubens Pereira Fornari
Assessor Regional de Informação da FAO
Rio de Janeiro, RJ

"Vimos agradecer a essa Instituição a remessa do volume 1 da Revista de Nutrição da PUCAMP.

Parabenizamos o Conselho Editorial pela iniciativa da criação desse veículo de divulgação científica na área proposta, bem como pelo nível técnico já apresentado no primeiro exemplar."

Prof. Gilberto Paixão Rosado
Chefe do Departamento de Nutrição e Saúde
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa, MG

"Estou-lhes escrevendo para parabenizá-las, bem como a todos os docentes do Curso de Nutrição da PUCAMP, pelo lançamento da Re-

vista de Nutrição, número 1. Realmente adorei. Todos os artigos foram interessantíssimos, atuais, e na medida certa. Tão logo a revista "caiu" em minhas mãos, devorei-a numa leitura gostosa, e sobre temas que apreciei demais. Parabéns mais uma vez, e sucesso sempre!"

Marta Cecília Alves Rochelle
Nutricionista – Docente da UNIMEP
Piracicaba, SP

"Cumpre-me pelo presente cumprimentar Vossas Senhorias e acusar o recebimento do número 1 da Revista de Nutrição da PUCCAMP, editada pelo Curso de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas desta Universidade.

Já pelo seu primeiro número pudemos constatar que a revista, a par de sua qualidade gráfica, realiza o importante papel de comunicar (participar, tornar comum) a produção científica dos professores e pesquisadores do Curso e de colaboradores externos.

Desejamos sucesso nessa nova empreitada do Curso de Nutrição que, sem dúvida, irá dar o devido destaque ao trabalho profícuo que se desempenha nessa Unidade."

Prof. José B. Pinho
Coordenador do Departamento de
Disciplinas Básicas de Comunicação
Instituto de Artes e Comunicação da PUCCAMP
Campinas, SP

"Foi com grande satisfação que recebi o primeiro número da Revista de Nutrição da PUCCAMP. Talvez a mesma satisfação que vocês sentiram em imprimi-la. São fatos marcantes como estes que tendem a motivar os professores e alunos em sua carreira docente, porque uma Faculdade deve primar essencialmente pela divulgação dos fatos e vivências por ela experimentados, e que possam ser compartilhados com os que dela dependem."

Prof. Dr. José Alfredo dos Reis Neto
Coordenador do Departamento de Clínica Cirúrgica
Faculdade de Ciências Médicas da PUCCAMP
Campinas, SP

"Acuso, com muita satisfação, o recebimento do primeiro número da Revista de Nutrição da PUCCAMP.

Trata-se de uma publicação com artigos altamente qualificados e que, por certo, servirão de subsídios para tantos que atuam na área, além de permitir uma visão global sobre a matéria.

Em nome da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas, parabênizo toda a equipe ligada à expedição dessa revista."

Prof. José Geraldo de Souza Carreira

Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas,
Contábeis e Administrativas da PUCAMP
Campinas, SP

Recebemos, ainda, cartas de diversas bibliotecas, associações, faculdades e empresas de alimentos, quer acusando o recebimento da Revista de Nutrição da PUCAMP, quer solicitando-a em permuta, ou mesmo através de assinaturas:

- Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco
- ” do Instituto Filadélfia de Londrina – CESULON
- ” da Associação Prudentina de Educação e Cultura
- ” da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- ” da Universidade Federal de Ouro Preto
- ” da Universidade Federal de Goiás
- ” da Universidade Federal de Ijuí
- ” da Universidade Federal de Santa Catarina
- ” da Universidade Federal da Paraíba
- ” da Universidade Federal do Paraná
- ” da Universidade de Moji das Cruzes
- ” da Universidade do Rio de Janeiro
- ” da Universidade Santa Úrsula
- ” da Fundação Universidade de Brasília
- ” da Faculdade de Saúde Pública da USP
- ” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- ” da Faculdade de Serviço Social da PUCAMP
- Faculdade de Biblioteconomia da PUCAMP
- Curso de Nutrição do Instituto Metodista de Educação e Cultura, de Porto Alegre
- Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina
- Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa
- Instituto de Ciências Biológicas da PUCAMP

Curso de Fisioterapia da Faculdade de Ciências Médicas da PUCAMP

Faculdade de Educação Física da PUCAMP

Coordenadoria de Estudos e Apoio à Pesquisa da PUCAMP

Instituto de Artes e Comunicação da PUCAMP

Faculdade de Ciências Médicas da PUCAMP

Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da PUCAMP

ERJ — Administração e Restaurante de Empresas Ltda.

Nutrícia

Conselho Federal de Nutricionistas

Associação de Nutrição do Estado da Paraíba (ANEP)

Escola Comunitária de Campinas

Nutrínnews: divulgação da Revista de Nutrição da PUCAMP no nº 36, julho de 1988, pág. 12

Alimentação & Nutrição: divulgação da Revista de Nutrição da PUCAMP no nº 37, pág. 13.

VI SEMANA DE ESTUDOS DE NUTRIÇÃO

Realizou-se de 23 a 26 de agosto de 1988 a "VI Semana de Estudos de Nutrição", promovida pelo Diretório Acadêmico Lieselotte Hoeschl Ornellas, do Curso de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas da PUCAMP.

A abertura do evento contou com a presença da Profª Lieselotte H. Ornellas, que na ocasião foi homenageada pelos alunos do Curso.

Do programa da semana de estudos constaram os seguintes temas:

Dia 23-8-1988

- Abertura — Profª Lieselotte H. Ornellas, Rio de Janeiro, RJ
- Fibras na alimentação — Drª Maria Lúcia Ferrari Cavalcante, Centro de Informações sobre Fibras Alimentares, Kellogg's do Brasil, São Paulo, SP
- Mercado de trabalho — Nutr. Lúcia F. Amorim, Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo, São Paulo, SP.
- Aditivos e contaminantes nos alimentos — Drª Maria Cecília de Figueiredo Toledo, Área de Compostos Tóxicos em Alimentos, Faculdade de Engenharia de Alimentos, UNICAMP, Campinas, SP

Dia 24-8-1988

- Clínica de endocrinologia e condicionamento físico – Nutricionista Iris Valéria Jaworski de Lima. Clínica de Endocrinologia e Condicionamento Físico. Relais de Valinhos, Valinhos, SP
- Implantação de orientação nutricional em ambulatório – Nutricionista Vera Barreto Belo. Faculdade de Ciências da Saúde São Camilo, São Paulo, SP
- *Stevia rebaudiana* e o esteviosídeo – Dr. Ediomar Angelucci. Seção de Glicídeos e Diversos, Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), Campinas, SP
- Progressos em tecnologia de alimentos e qualidade nutricional – Prof. Aloísio J. Antunes. Departamento de Planejamento Alimentar e Nutrição, Faculdade de Engenharia de Alimentos, UNICAMP, Campinas, SP

Dia 25-8-1988

- Perda de peso em pacientes com câncer – Dr^a Ana Neuza Vieira Matos. Divisão de Oncologia, Laboratório de Pesquisas Bioquímicas, CAISMI, UNICAMP, Campinas, SP
- Marketing – Nutricionista Sônia Háfez. Gerência de Produto em Novos Projetos, Companhia Nestlé, São Paulo, SP
- Aspectos gerais sobre embalagens de alimentos – Dr^a Marisa Padula. Centro de Tecnologia de Embalagens de Alimentos, Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), Campinas, SP
- Biotecnologia aplicada à alimentação – Dr. Tobias José Barreto de Menezes. Seção de Fermentações Industriais, Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), Campinas, SP

Dia 26-8-1988

- Filosofia da educação e saúde – Dr. André F. Pilon. Área de Educação em Saúde, Disciplina de Pedagogia Aplicada à Nutrição, Faculdade de Saúde Pública, Curso de Nutrição, USP, São Paulo, SP
- Atuação do nutricionista em associação de diabéticos juvenis – Nutricionista Celeste Elvira Virggiano. Associação dos Diabéticos Juvenis, São Paulo, SP
- Controle de qualidade – Prof. Carlos Grosso. Departamento de Planejamento Alimentar e Nutrição, Faculdade de Engenharia de Alimentos, UNICAMP, Campinas, SP

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A APNESP TORNA-SE SINDICATO

Com a assinatura da carta sindical dos nutricionistas pelo Ministro Almir Pazzianotto no dia 12 de abril de 1988, foi criado o Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo.

Esse fato vem de encontro aos anseios da classe, que buscava a formação do Sindicato. A Associação Profissional de Nutricionistas do Estado de São Paulo, que desde a sua fundação teve um caráter pré-sindical, deixou de existir, sendo criado o Sindicato, que passou a ser reconhecido pelo governo. As eleições para a composição da primeira diretoria, do conselho fiscal e dos suplentes foi realizada em setembro próximo passado.

O SINDICATO NOTICIA

Foi apresentada, no II Encontro Regional de Entidades de Nutricionistas, uma pesquisa a respeito do mercado de trabalho. Segundo os dados levantados, a média de profissionais formados inscritos no Conselho Regional de Nutricionista — 3ª região (CRN-3), em março de 1988, distribuía-se da seguinte forma: São Paulo com 3.115, Mato Grosso do Sul com 197 e Paraná com 30, num total de 3.342. Constatou-se que o número de nutricionistas em todo o Brasil, no final de 1987, era de aproximadamente 10.500. Verifica-se que 30% da categoria se localiza no Estado de São Paulo.

A maior parte desses profissionais atuam no mercado convencional, ou seja, hospitais (públicos ou particulares), restaurantes industriais (concessionárias e autogestão), Saúde Pública, docência, pesquisa. O restante está colocado no que se chamou de mercado em expansão, com diversos campos de atuação, tais como: marketing, vendas, refeição convênio, controle de qualidade, restaurantes comerciais, assessoria e consultoria, academias, clínicas para tratamento de saúde, hotelaria e desenvolvimento de produtos.

Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas (ABERC) de setembro de 1987, as empresas concessionárias empregavam, naquela data, cerca de 640 nutricionistas no Estado de São Paulo. Isso significa 20% do total de profissionais atuantes no Estado.

Verificou-se, portanto, que o mercado de trabalho do profissional nutricionista está em expansão e que o quadro atual ainda é favorável.

Por outro lado, constatou-se que a realidade salarial é, no mínimo, preocupante, pois, pelos dados levantados, verificou-se que um profissional de nível universitário, ocupando um cargo considerado de "confiança" numa determinada concessionária, ganhava em março de 1988 somente 15,58% mais que um operário metalúrgico sem qualificação, salário este muito abaixo da proposta de salário-mínimo profissional, aprovada no "I ENEN", de dez salários-mínimos por trinta horas semanais.

Com base no exposto, é preciso encontrar soluções conjuntas para poder manter, expandir e conquistar o mercado de atuação do nutricionista. Essa luta passa pela questão da valorização e do respeito ao trabalho desse profissional, concretizados através de um salário digno.

Para que essas aspirações se concretizem torna-se necessária uma maciça filiação ao sindicato e uma participação efetiva nas suas atividades.

NOVAS EDIÇÕES DE LIVROS SOBRE NUTRIÇÃO

MOTTA, D. G. da & BOOG, M. C. F. **Educação nutricional**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo, Ed. Ibrasa, 1987. 182 p.

ORNELLAS, L.H. **Técnica dietética**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo, Ed. Atheneu, 1987. 320p.

ITAL: DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS, NOVAS PUBLICAÇÕES E CURSOS REALIZADOS

O Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), órgão da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, informa:

1) O desenvolvimento do projeto sobre "Inovações tecnológicas na indústria de massas e biscoitos", tendo como objetivo detectar as inovações tecnológicas geradas ou adaptadas pelas empresas, no período 1975-1986, nos setores de matéria-prima, produtos, processo, embalagem,

R. Nutr. PUCCAMP, Campinas, 1(2):182-191, jul./dez., 1988

equipamentos e controle de qualidade. O projeto pretende contribuir para que se obtenha melhor visão da indústria de massas e biscoitos da região, no que se refere ao processo de modernização e suas tendências, procurando qualificar os problemas mais fundamentais relacionados com as pequenas, médias e grandes empresas. O projeto poderá também contribuir para o desenvolvimento de métodos específicos que poderão ser aplicados para outros setores da indústria de alimentos.

2) O desenvolvimento da pesquisa "Avaliação qualitativa de misturas de triticales e trigo nacional e importado para efeito de panificação", tendo como objetivo a avaliação qualitativo-tecnológica da adição percentual de farinhas dos cultivares de triticales resultantes dos trabalhos de melhoramento da Seção de Arroz e Cereais de Inverno no Instituto Agrônomo de Campinas. Visa tal pesquisa à comprovação da viabilidade da utilização da farinha composta dos cultivares de triticales e trigo, tendo em vista a avaliação da política de subsídio ao trigo, cujo dispêndio atual está em torno de vinte e quatro bilhões de dólares.

3) O desenvolvimento do projeto: "Utilização de carne de frango mecanicamente separada (CMS) em produtos cárneos". Com a crescente demanda no consumo de derivados cárneos de aves, como embutidos empanados e reestruturados, que exigem necessariamente o corte e a desossa manual do frango, aumentou consideravelmente o número de carcaças, cuja carne aderida aos ossos pode ser mecanicamente separada, resultando numa recuperação de 15 a 20% dela, com proteínas de alto valor biológico. O projeto visa caracterizar quimicamente a CMS em diferentes condições de transporte, refrigeração e congelamento, determinar as propriedades funcionais da CMS de diversas fontes e condições de estocagem e, ainda, estabelecer formulações de produtos cárneos contendo vários níveis de CMS.

4) A publicação da segunda edição revista e ampliada do segundo volume pertencente à série de livros "Frutas tropicais", denominado Abacaxi, apresentando informações sobre a cultura, como: generalidades, histórico, taxinomia, descrição botânica, exigência climática e edáfica, estabelecimento de plantação, moléstias e pragas, controle de plantas daninhas, controle de florescimentos, tratamentos diversos entre a floração e a colheita e rendimento, bem como quanto à caracterização da fruta, preparo para consumo ao natural, embalagem, transporte, armazenamento, conservação, maturação controlada e processamento, produtos e subprodutos, resíduos agroindustriais, aspectos econômicos da produção e mercado do abacaxi.

5) A publicação "Processamento e mercado de frutas secas" que enfoca a instalação de uma unidade industrial hipotética para secagem

das frutas: uva (Maria e Paulistinha), ameixa (Carmesim), caqui (Giombo e Taubaté) e banana (Nanicão).

6) A edição do primeiro número da "Série Manual", com o tema "Tecnologia de biscoitos", elaborado com a implantação do Núcleo Setorial de Informação em Alimentos — NSI-AL. Essa série visa oferecer ao leitor informações que venham contribuir para o desenvolvimento tecnológico do setor industrial.

7) A edição de mais um exemplar da série "Estudos Econômicos — Alimentos Processados", intitulado: "Aproveitamento do pescado rejeitado na captura do camarão sete-barbas: análise econômica".

Devido ao fato de que quantidades apreciáveis de pescados, que são capturados acidentalmente por barcos camaroeiros, são descartados pelas empresas de pesca porque in natura teriam valor comercial baixo em relação à captura total, fez-se um estudo da viabilidade econômica do aproveitamento desse pescado acompanhante rejeitado, na forma de "fish stick" e polpa de peixe salgado prensado, farinha mista do pescado e quirela de arroz, mostrando a atratividade dos empreendimentos.

As publicações citadas encontram-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), na Av. Brasil, 2880, Campinas, São Paulo.

8) Foi realizado em agosto próximo passado o curso "Industrialização de frutas", com a colaboração da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia (SBCTA), que teve a coordenação técnica da pesquisadora Marcia Paisano Soler, da Seção de Frutas e Doces, da Divisão de Processamento do ITAL.

9) Foi ministrado, em setembro próximo passado, o seminário "Corantes para alimentos" em colaboração com a Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos (SBCTA), que visou difundir conhecimentos na área de corantes para alimentos, principalmente o confronto entre corantes naturais e artificiais. O evento teve a coordenação técnica do pesquisador científico Dr. Ediomar Angelucci, da Seção de Glicídes e Diversos, da Divisão de Pesquisa do ITAL.

CORREÇÃO A SER FEITA NO VOLUME 1, NÚMERO 1.

Por um lapso, no primeiro número da Revista de Nutrição da PUCAMP, no informe técnico "Anemia ferropriva", foi omitida a fonte da tabela 1, na página 69. Assim, após a tabela 1, leia-se:

Fonte: STEKEL et al. (4).

REVISTA DE NUTRIÇÃO DA PUCCAMP**REVISORES TÉCNICOS PARA ESTE NÚMERO:**

Daisy Blumenberg Wolkoff

Doraci Alves Lopes

Eliete Salomon Tudisco

Emilio Contreras Guzmán

Katia Regina Martini Rodrigues

Maria Cristina Faber Boog

Rye Katsurayama de Arrivillaga

Pede-se permuta
Exchange desired
Pidese cambio
On demande l'échange

REVISTA DE NUTRIÇÃO DA PUCCAMP
CURSO DE NUTRIÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
AV. JOHN BOYD DUNLOP, S/Nº
TELEFONE: 47-4999 R. 357
13060 Campinas SP Brasil

REVISTA DE NUTRIÇÃO DA PUCCAMP

Revista semestral do Curso de Nutrição da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A Revista de Nutrição da PUCCAMP aceita para publicação trabalhos na área de Nutrição e Alimentos, que relatem observações ou experiências originais, artigos de revisão, informes técnicos, traduções autorizadas pelos autores, notícias de eventos ou cursos na área e trabalhos multidisciplinares envolvendo a Nutrição.

Todos os trabalhos deverão ser encaminhados em duas vias, datilografados em espaço duplo.

Aceitam-se trabalhos em português, inglês, francês ou espanhol, com resumo e título em português e inglês.

Os autores devem seguir as normas da ABNT quanto à apresentação de artigos de periódicos e às referências bibliográficas.

As figuras e tabelas devem vir em separado, com indicações de sua localização no texto.

Cada autor receberá cinco exemplares da revista.

A TORRE DA MATRIZ.



Toda cidade tem seu símbolo.
Um monumento, a paisagem,
o estilo dos edifícios.
São Paulo não deixa por menos:
tem a matriz do Banespa.
O prédio que já foi a maior
edificação de concreto armado
do mundo, e que até hoje guarda
um charme especial.
Só que esse símbolo vai mais longe.
Representa o progresso, o
desenvolvimento, o apoio a
quem quer crescer em sua
atividade, no Brasil e no exterior.
Uma força que se projeta
nas agências Banespa do
país inteiro.
A torre da matriz.
Garantia da melhor
assistência bancária.

banespa

O BANCO FORTE